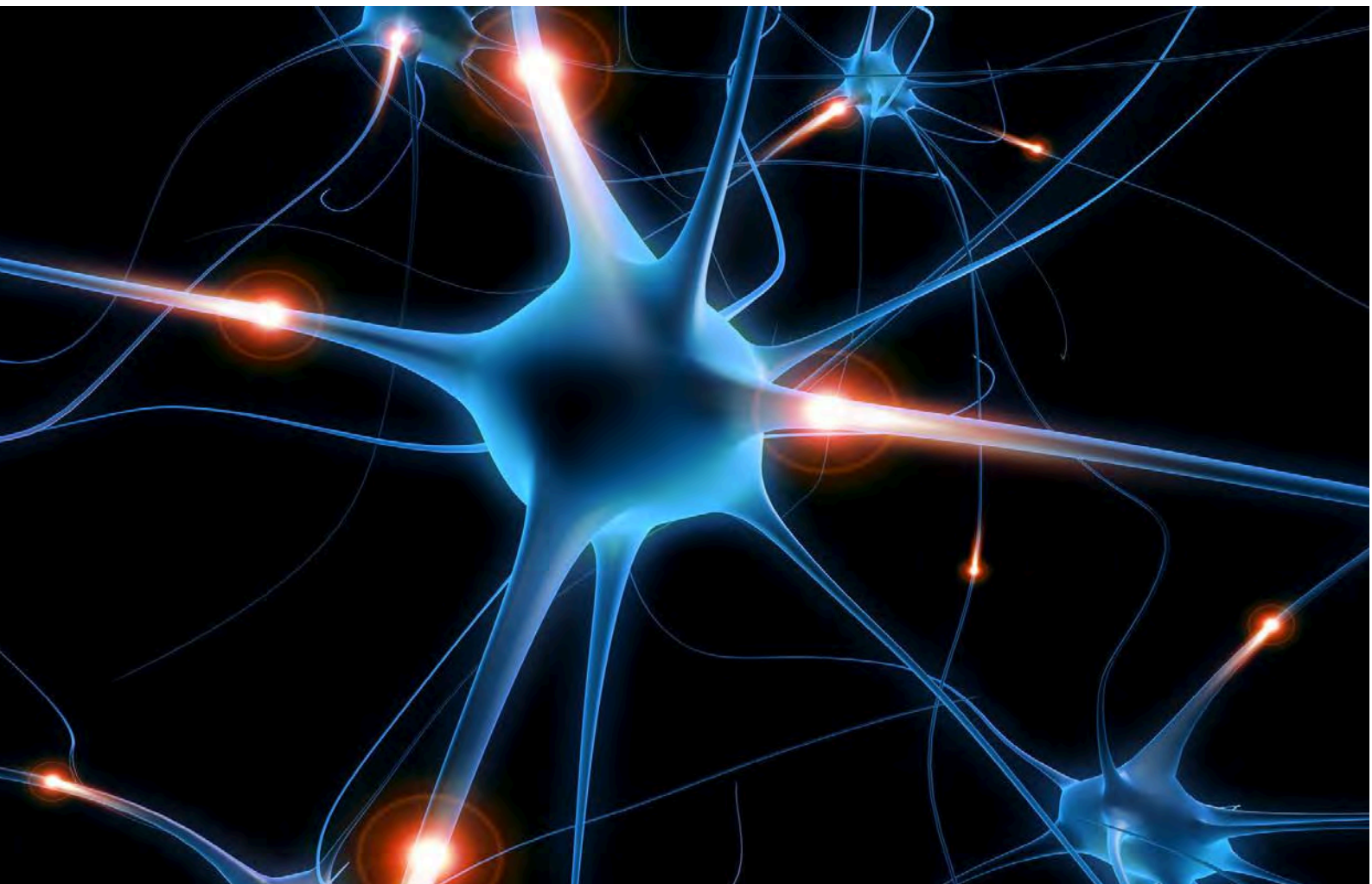


MARCELO LEITE  
THIAGO STRAUSS

revisão por  
Mapas Mentais

*Otimizando o aprendizado e a memorização,  
com a revisão esquematizada da matéria*

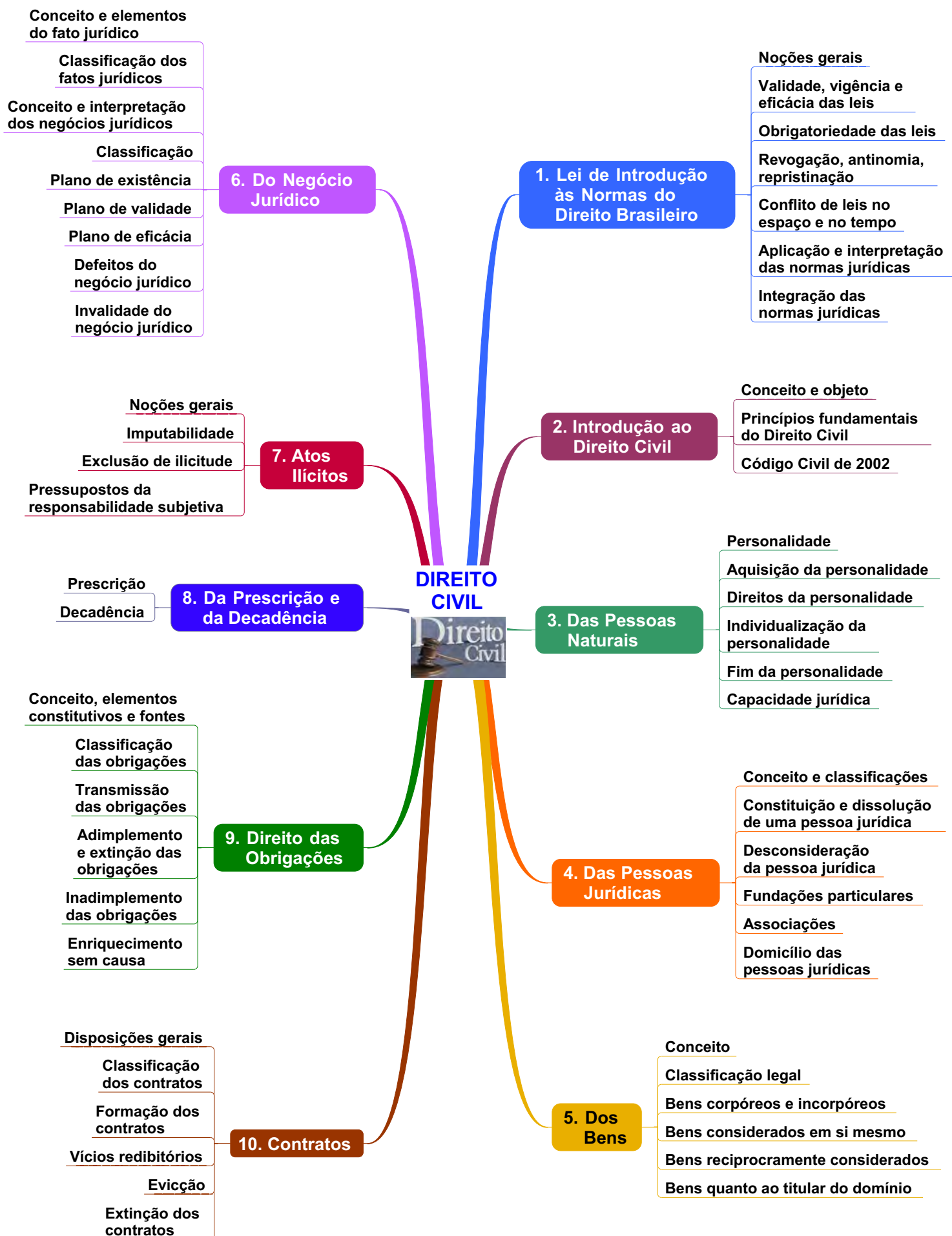


# DIREITO CIVIL EM MAPAS MENTAIS

# SUMÁRIO

<b>Visão Geral .....</b>	<b>3</b>
<b>1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....</b>	<b>4</b>
1.1 Validade, vigência e eficácia das leis .....	4
1.2 Obrigatoriedade das leis .....	4
1.3 Revogação, antinomia, repristinação .....	5
1.4 Conflito de leis no espaço e no tempo .....	6
1.5 Aplicação e interpretação das normas jurídicas .....	6
1.6 Integração das normas jurídicas .....	7
<b>2. Introdução ao Direito Civil .....</b>	<b>8</b>
 <b>PARTE GERAL</b>	
<b>3. Das Pessoas Naturais .....</b>	<b>9</b>
3.1 Aquisição da personalidade .....	9
3.2 Direitos da personalidade .....	9
3.3 Individualização da personalidade .....	10
3.4 Fim da personalidade .....	10
3.5 Capacidade jurídica .....	11
<b>4. Das Pessoas Jurídicas .....</b>	<b>12</b>
4.1 Constituição e dissolução de uma pessoa jurídica .....	12
4.2 Desconsideração da pessoa jurídica .....	13
4.3 Fundações particulares .....	13
4.4 Associações .....	13
4.5 Domicílio das pessoas jurídicas .....	13
<b>5. Dos Bens .....</b>	<b>14</b>
5.1 Bens corpóreos e incorpóreos .....	14
5.2 Bens considerados em si mesmos .....	15
5.3 Bens reciprocamente considerados .....	16
5.4 Bens quanto ao titular do domínio .....	16
<b>6. Negócio Jurídico .....</b>	<b>17</b>
6.1 Conceito, elementos e classificação dos fatos jurídicos .....	17
6.2 Conceito, interpretação e classificação dos negócios jurídicos .....	20
6.3 Planos de existência, validade e eficácia .....	22
6.4 Defeitos do negócio jurídico .....	27
6.5 Invalidade do negócio jurídico .....	33
<b>7. Atos ilícitos .....</b>	<b>34</b>
<b>8. Prescrição e decadência .....</b>	<b>36</b>
 <b>PARTE ESPECIAL</b>	
<b>9. Direito das Obrigações .....</b>	<b>38</b>
9.1 Classificação das obrigações .....	39
9.3 Transmissão das obrigações .....	42
9.3 Adimplemento e extinção das obrigações .....	43
9.4 Inadimplemento das obrigações .....	48
9.5 Enriquecimento sem causa .....	52
<b>10. Contratos .....</b>	<b>53</b>
10.1 Classificação dos contratos .....	55
10.2 Formação dos contratos .....	57
10.3 Vícios redibitórios .....	59
10.4 Evicção .....	60
10.5 Extinção dos contratos .....	61

## DIREITO CIVIL - VISÃO GERAL



# LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO I

## Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)

Antiga Lei de Introdução ao Código Civil

**Decreto-Lei 4.657/42**

### 1. Noções gerais

#### Características

- i. É um conjunto de normas sobre normas Lei das leis  
Trata-se de uma norma de *sobredireito*
- ii. É aplicável a todos os ramos do Direito Não apenas ao Direito Civil

A LINDB disciplina os seguintes conteúdos

- i. **Vigência** e **eficácia** das normas jurídicas
- ii. Conflito de leis no tempo
- iii. Conflito de leis no espaço
- iv. Critérios de **hermenêutica jurídica** (interpretação)
- v. Critérios de **integração** do ordenamento jurídico
- vi. Normas de direito internacional público e privado

Ligada à ideia de **conformidade** e **legalidade**

Norma deve ser produzida por autoridade legítima, competente, e respeitado os trâmites legais preestabelecidos

#### a) Validade

- i. **Validade material** Diz respeito ao conteúdo regulado
- ii. **Validade formal** Refere-se à competência de quem elaborou ou da observância dos trâmites legais

Refere-se ao **intervalo de tempo** em que a norma jurídica está legalmente autorizada a produzir seus efeitos

Critério temporal

- i. **45 dias**, em todo o país, depois de oficialmente publicada
- ii. **03 meses** nos Estados **estrangeiros**, quando admitida

**Salvo disposição contrária**, a lei começa a **vigorar**

Inclusão da data da publicação e do último dia do prazo

#### Contagem do prazo

A lei entra em vigor no **dia subsequente** à sua consumação integral

**LC 95/98, art. 8º, § 1º**

#### b) Vigência

Prazo entre a publicação e a entrada em vigor da lei

**Vacatio legis**

**A lei ainda não pode ser aplicada**

A norma é válida  
Mas ainda não está vigente

Caso haja erros ortográficos ou gramaticais que exijam a republicação da lei, o prazo de **vacatio legis** recomeçará da data da nova publicação

#### c) Eficácia ou Efetividade

- Refere-se aos **efeitos** ou **consequências** de uma regra jurídica
- Qualidade da norma de efetivamente produzir os efeitos esperados
- Validade social das leis Aplicabilidade da norma

### 2. Validade, vigência e eficácia das leis

A LINDB positiva o **princípio da inescusabilidade da ignorância da lei**

Ninguém pode se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece

**LINDB, art. 3º**

Ficção jurídica Visa a garantir a eficácia global da ordem jurídica

### 3. Obrigatoriedade das leis

**LINDB**

## LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO II

## LINDB

## 4. Revogação

## Princípio da continuidade das leis

Uma lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue

Exceto em caso de leis temporárias

**LINDB, art. 2º, caput**

**Revogar** é o ato de tornar uma norma sem efeito, retirando sua obrigatoriedade

## Características

- i. Somente uma lei pode revogar outra lei
- ii. A lei revogadora tem que ser de hierarquia igual ou superior à lei revogada
- iii. A lei, em regra, vigora por tempo indeterminado, só perdendo a sua eficácia se lei ulterior modificar-lhe o conteúdo ou revogar-lhe, à exceção das leis excepcionais ou temporárias

## Formas de revogação

## i. Revogação expressa ou direta

Lei **indica os dispositivos** que estão sendo revogados

## ii. Revogação tácita ou indireta

Lei nova é **incompatível** com a lei anterior

## iii. Revogação global

Lei revogadora **disciplina inteiramente** a matéria disciplinada pela lei antiga

**Obs.:** Para o Cespe/UnB, a revogação global é uma forma de revogação tácita ou indireta

## Quanto à sua extensão

## i. Ab-rogação

Revogação total

Exclusão ou substituição integral por outra lei nova

## ii. Derrogação

Revogação parcial

Apenas parte da lei anterior é revogada



**Obs.:**

A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas

**LC 95/98, art. 9º**

## 5. Antinomia

Ocorre quando uma norma entra em conflito com outra

## Critérios para solução de antinomias

## i. Hierárquico

**Princípio da hierarquia das leis**

A norma de hierarquia superior deve prevalecer

## ii. Especialidade

Determina a aplicação de lei especial em relação à geral

## iii. Cronológico

Norma que entrar em vigor posteriormente revogará a norma anterior

## Tipos

## i. Antinomia aparente

Quando os critérios de hierarquia, cronologia e especialidade forem suficientes para a solução do conflito normativo

## ii. Antinomia real

Quando não houver na ordem jurídica qualquer critério para solução do conflito normativo

O juiz deverá buscar uma resposta por meio da interpretação corretiva

## 6. Repristinação

A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário

**✗** O Direito brasileiro **não admite**, como regra, a **repristinação**

Só pode ocorrer em casos excepcionais e deve ser expressa

## 7. Conflito de leis no espaço

## Princípio da territorialidade moderada

i. Não se aplicam leis, sentenças ou atos estrangeiros no Brasil quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes;

ii. Não se cumprirá sentença estrangeira no Brasil sem *exequatur* (cumpra-se), ou seja, a permissão dada pelo STJ para que a sentença tenha efeitos (**CF, art. 105, I, "i"**)

A norma jurídica aplica-se ao território do Estado, estendendo-se às

Embaixadas

Consulados

Navios de guerra (onde quer que se encontrem)

Navios mercantes em águas territoriais

Navios estrangeiros em águas territoriais (menos os de guerra)

Aeronaves no espaço aéreo do Estado

## Soberania estatal

Em regra, a norma tem aplicação dentro do território do Estado

Excepcionalmente admite-se a aplicação da lei estrangeira no território nacional

# LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO III

Ocorre quando a lei é modificada por outra e já se haviam formado relações jurídicas na vigência da lei anterior

**Crerios para solução do conflito de leis no tempo**

**i. Disposições transitórias**

São elaboradas pelo legislador no próprio texto normativo

Destinadas a evitar e solucionar conflitos entre a **nova lei com a antiga**

**ii. Irretroatividade das normas**

Ocorre quando a lei não se aplica às situações constituídas anteriormente

## RETROATIVIDADE

A **IRRETROATIVIDADE** é a **regra**, mas admite-se a **retroatividade** em determinados casos (exceção)

Em regra, aplica-se a nova lei aos **casos pendentes** e **casos futuros**

Legislador deve expressamente mandar aplicar a lei nova a casos pretéritos (retroatividade)

**Teoria subjetiva de Gabba**

**i. Ato jurídico perfeito**

É o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou

**ii. Direito adquirido**

É o que já se incorporou definitivamente ao patrimônio e à personalidade de seu titular

**iii. Coisa julgada**

Decisão judicial de que já **não caiba RECURSO**  
**✗ Ação rescisória não é recurso**

**✗ A retroatividade não pode prejudicar**

**LINDB, art. 6º**

**Espécies de retroatividade**

**i. Máxima**

Atinge o direito adquirido e afeta negócios jurídicos perfeitos

**✗ Não é aceita** no ordenamento jurídico brasileiro

**ii. Média**

Faz com que a lei nova alcance os fatos pendentes, os direitos já existentes mas ainda não integrados no patrimônio do titular

**iii. Mínima**

Ocorre quando a lei nova afeta apenas os efeitos dos atos anteriores, mas produzidos após a data em que ela entrou em vigor



**Obs.:** No silêncio do texto legal, a lei somente poderá ter retroatividade mínima, porém, em situações expressas admite-se a retroatividade média

## 8. Conflito de leis no tempo

## LINDB

**Interpretar** é descobrir o **sentido** e o **alcance** da norma jurídica

**Hermenêutica** é a ciência da interpretação das leis

**a) Quanto à fonte / origem**

**i. Autêntica**

É a feita pelo próprio legislador, por outro ato

O legislador, reconhecendo a ambiguidade da norma, vota uma nova lei, destinada a esclarecer a sua intenção

**ii. Judicial**

É aquela dada pelos juízes e Tribunais, no caso concreto que lhes for colocado à apreciação

**iii. Doutrinária**

É aquela dada pelos estudiosos do direito

**i. Gramatical / literal**

Utiliza análise sintática, semântica ou ortográfica das palavras

**ii. Lógica / racional**

Busca-se inferir, por critérios lógicos/rationais, a intenção do legislador

**iii. Sistemática**

Considera o sistema em que se insere a norma, relacionando-a com outras concernentes ao mesmo objeto, de modo a ser obter uma análise contextual

**iv. Sociológica / teleológica**

Procura verificar a finalidade da norma, levando em consideração os fins sociais a que se destina e as exigências do bem comum

**v. Histórica**

Procura verificar o contexto histórico do período de elaboração da norma

**b) Quanto aos métodos / meios**

**i. Declarativa**

Quando proclama que o texto legal corresponde ao pensamento do legislador

**ii. Extensiva**

O texto da norma diz menos do que pretendia o legislador, de modo que o intérprete estende seu alcance

**iii. Restritiva**

A norma disse mais do que pretendia o legislador, de modo que o intérprete reduz o seu alcance

**c) Quanto ao resultado**

## 9. Interpretação das normas jurídicas



## LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO IV

## 10. Aplicação das normas jurídicas

## a) Subsunção

Ocorre quando o fato ocorrido no mundo real se enquadra perfeitamente à hipótese abstrata prevista na norma

## b) Integração

Ocorre quando não for possível a subsunção, por não ter norma abstrata aplicável ao caso concreto

O juiz deve se utilizar dos mecanismos do próprio direito (analogia, costume, princípios) para oferecer uma solução ao caso concreto

**Aplicação da norma jurídica** = fato concreto + norma incidente + interpretação normativa

Ocorre quando da existência de situações não previstas de modo específico pelo legislador e que reclamam solução por parte do juiz

Preenchimento de lacuna jurídica

## Formas de integração

## a) Analogia

É o **primeiro critério** que deve ser utilizado para a integração da lei

## Requisitos

- i. Inexistência de previsão legal que regule o caso concreto
- ii. Relação de semelhança entre o caso concreto não previsto em lei, com a situação abstrata por ele regida
- iii. Identidade de fundamentos lógicos e jurídicos

## Espécies

- i. **Analogia legis** Aplicação de **uma norma jurídica** existente semelhante ao caso concreto
- ii. **Analogia juris** Decorre de solução extraída de **um conjunto de normas** que regulem casos similares

É a prática uniforme, constante, pública e geral de determinado ato, com a convicção de sua necessidade

## Elementos

- Subjetivo** Crença que se tem de que é obrigatório
- Objetivo** Prática reiterada de um comportamento

## b) Costume

## Espécies

- i. **Secundum legem** Quando se acha expressamente referido na lei
- ii. **Praeter legem** Quando se destina a suprir a lei nos casos omissos
- iii. **Contra legem** Quando contraria a lei  
O costume contrário à lei não tem o poder de revogá-la

## c) Princípios gerais de direito

Regras que se encontram na consciência dos povos e são universalmente aceitas

Deve ser utilizado quando o juiz não encontrar solução na analogia ou nos costumes

É empregada quando a própria lei cria espaços ou lacunas para o juiz utilizar a norma de forma mais adequada ao caso concreto

## EQUIDADE

Objetiva afastar consequências injustas ao caso concreto, pelo apego ao frio mandamento da lei

Restrita e limitada pelo CPC, que só permite o seu uso se houver expressa referência legal



Obs.: **INTEGRAÇÃO** vs **INTERPRETAÇÃO**

## Integração

Não há lei

## Interpretação

Há uma lei dúbia

LINDB

## 11. Integração da lei

# INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO CIVIL

Ramo do **direito privado** que disciplina as relações jurídicas existentes entre as **pessoas privadas**, sobretudo as de caráter **obrigacional, patrimonial, negocial** e **familiar**

## 1. Conceito

### Objeto

É a **tutela da personalidade humana**, disciplinando a personalidade jurídica, a família, o patrimônio e sua transmissão

## 2. Princípios fundamentais do Direito Civil

### a) Dignidade da pessoa humana

Proporciona ao Direito Civil, amparado na Constituição Federal, comprometer-se com a manutenção da **vida** e da **liberdade** do ser humano

Trata o ser humano como sujeito de direito, e não como objeto de direito

### b) Autonomia privada

Sujeito de direito possui a liberdade para praticar ou se abster de praticar atos ou assumir e deixar de assumir obrigações, de acordo com sua vontade

Ligado ao princípio da liberdade contratual, segundo o qual, **é lícito tudo o que não é proibido**

### c) Função social do direito privado

Considera a função social da propriedade e dos negócios jurídicos como modo de compatibilizar as pretensões entre os particulares e os anseios da coletividade

### d) Boa-fé objetiva

#### Boa-fé

#### Subjetiva

É aquela que se situa na consciência do indivíduo

Significa **padrão de conduta** e não é auferível de forma subjetiva

#### Objetiva

A boa-fé deixa de ser analisada de modo interpretativo, sendo alçada pela forma **comportamental** das partes

### e) Responsabilidade

Evidencia-se pela ideia de que quem causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo

### Parte Geral

Das pessoas

Dos bens

Dos fatos jurídicos

### a) Estrutura e conteúdo

### Parte Especial

Direito das obrigações

Direito da empresa

Direito das coisas

Direito de família

Direito das sucessões

## 3. Código Civil de 2002

### b) Princípios básicos

#### i. Socialidade

Prevalência dos **valores coletivos** sobre os individuais

Afasta o individualismo que predominava no direito civil antigo, no qual a proteção era sempre voltada para os interesses individuais

Estrutura voltada aos **interesses sociais**

**Ex.:** Função social da propriedade

#### ii. Eticidade

Prioriza a **equidade**, a **boa-fé**, a **justa causa** e demais critérios éticos, conferindo ao juiz maior poder para encontrar a solução mais justa e equitativa

CC/02 prestigia valores como probidade e boa-fé, de modo a tornar as normas privadas mais brandas e facilmente adaptadas ao caso concreto

#### iii. Operabilidade

Eliminação de institutos jurídicos que não apresentavam grau satisfatório de eficácia

## Direito Civil



# DAS PESSOAS NATURAIS - PERSONALIDADE I

**Pessoa** é todo ente **físico** ou **jurídico** suscetível de direitos e obrigações (**sujeitos de direito**)

**Pessoa natural** ou **física** é o ser humano considerado como sujeito de direitos e deveres

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (**CC, art. 1º**)

**Relação jurídica** é toda relação da vida social regulada pelo direito

O sujeito da relação jurídica é sempre o **ser humano**, na condição de ente social

## 1. Pessoas naturais

## 2. Personalidade

Aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações ou deveres na ordem civil

### ✓ Sistema adotado pelo CC/02

A personalidade jurídica inicia-se com o **nascimento com vida**

É o que está por nascer

✗ **Não tem personalidade jurídica**, pois, juridicamente, ainda não é pessoa

A lei põe a salvo os direitos do nascituro desde a concepção

O nascituro tem **expectativas de direito**, sob **condição suspensiva**: só terão eficácia se nascer com vida

### NASCITURO

### ✓ Teoria natalista

## 3. Aquisição da personalidade

### Teoria concepcionista

Nascituro já tem personalidade jurídica desde a concepção

Apenas certos direitos, como os patrimoniais, dependem do nascimento com vida

### Personalidade jurídica

#### Formal

Por meio da concepção

#### Material

Por meio do nascimento com vida

# Das Pessoas Naturais

Dá direito à integridade física, intelectual e moral

São direitos da personalidade o direito à vida, à liberdade, à saúde, à honra, à imagem, à integridade física e intelectual, à privacidade, à intimidade

## Características

### i. Intransmissíveis

Não podem ser transferidos ou cedidos, gratuita nem onerosamente a terceiros

Alguns atributos da personalidade **admitem a cessão de seu uso**



**Obs.:**

**Ex.:** Direito autoral e o relativo à imagem, para fins comerciais

### ii. Irrenunciáveis

Não podem ser abandonados ou abdicados pelo seu titular

### iii. Imprescritíveis

Não se perdem pelo seu uso, desuso ou inércia de seu titular, nem pelo decurso do tempo

O dano moral consiste na lesão a um interesse contido nos direitos da personalidade



**Obs.:**

A pretensão à reparação dos danos morais está sujeita a prazos prescricionais, por possuir natureza patrimonial

### iv. Ilimitados

É ilimitado o número de direitos da personalidade

Não se restringem aos direitos arrolados nas disposições legais

### v. Absolutos

São oponíveis *erga omnes* (contra todos)

### vi. Impenhoráveis

Não são passíveis de constrição para satisfação forçada de créditos

### vii. Inexpropriáveis

Não podem ser extraídos de seu titular ou objeto de usucapião

### viii. Vitalícios

Existem permanentemente enquanto o indivíduo viver

## 4. Direitos de personalidade

## Atos de disposição do próprio corpo

**CC/02** confere proteção jurídica à vida e à integridade física

✗ **Proibidos os atos de disposição do próprio corpo** que

✗ Importem diminuição permanente da integridade física

✗ Contrariem os bons costumes

✓ Salvo exigência médica

✓ **Permissão para transplantes**

### Depois da morte

✓ Válida disposição gratuita do próprio corpo

**CC, arts. 13 e 14**

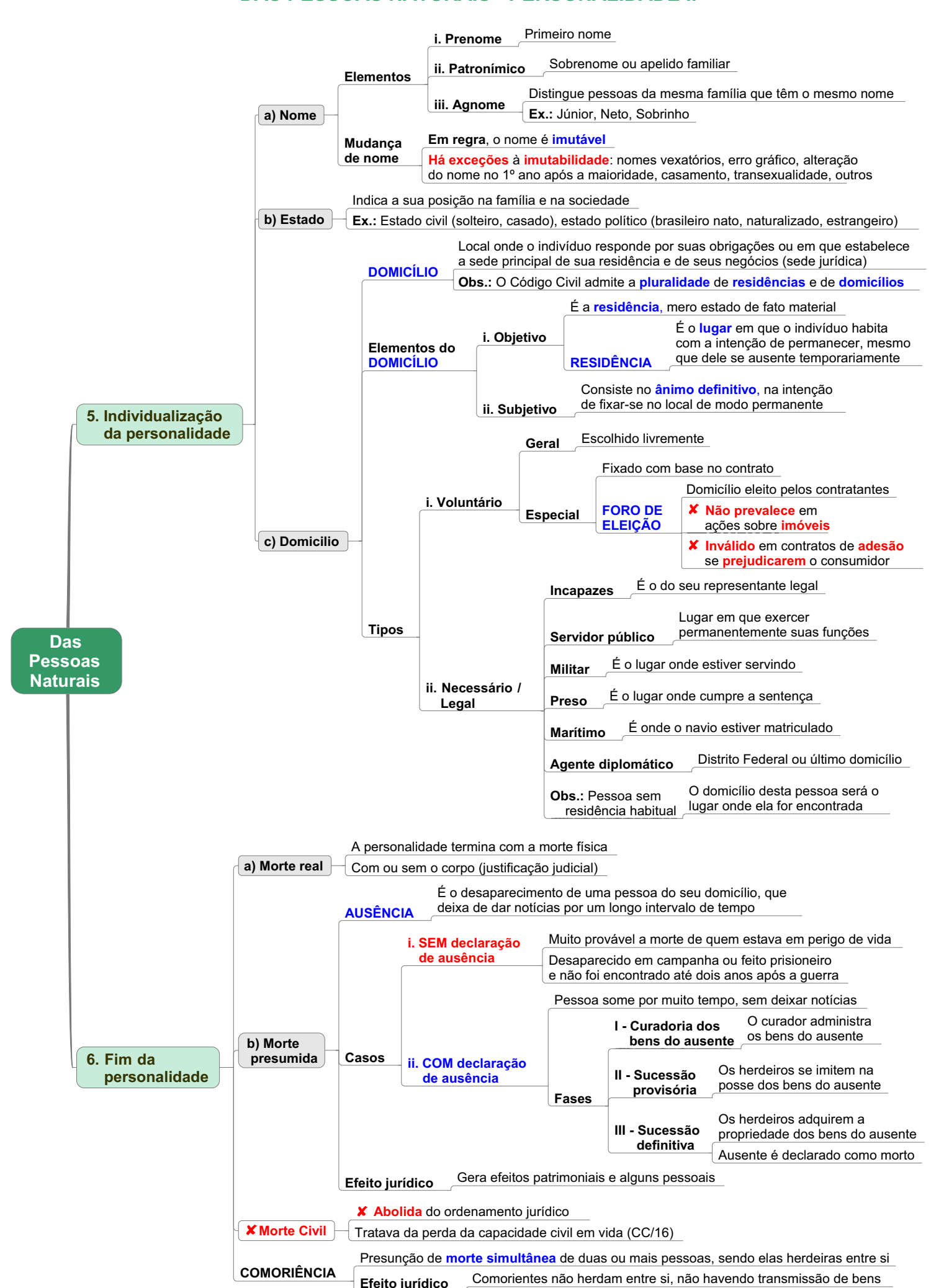
## Tratamento médico de risco

Ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico de risco

Médicos devem atuar com prévia autorização do paciente

**CC, art. 15**

## DAS PESSOAS NATURAIS - PERSONALIDADE II



# DAS PESSOAS NATURAIS - CAPACIDADE JURÍDICA

A **capacidade jurídica** do indivíduo pode ser considerada a **extensão**, em maior ou menor grau, da **personalidade jurídica** Capacidade é a medida da personalidade

## 1. Conceito

**Personalidade jurídica**

Aptidão genérica para ser sujeito de direitos e obrigações  
Inerente a todos os seres humanos vivos

## 2. Classificação

a) Capacidade de DIREITO

### Capacidade de DIREITO ou de GOZO

Capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil  
Própria de todo ser humano e que só perde com a morte (**CC, art. 1º**)  
Confunde-se com o conceito de personalidade

b) Capacidade de FATO

### Capacidade de FATO ou de EXERCÍCIO

Diz respeito à aptidão do sujeito para praticar **validamente** os atos da vida civil  
Todas as pessoas têm capacidade de direito ou de gozo, mas nem todas possuem a capacidade de fato ou de exercício

**Restrição legal** ao exercício dos atos da vida civil (deficiência jurídica)

As **INCAPACIDADES** são referentes à **capacidade de FATO ou de EXERCÍCIO**

a) Tipos

**Incapacidade ABSOLUTA**

- i. Os **menores de 16 anos** Menores impúberes
- ii. Os que, por **enfermidade** ou **deficiência mental**, **não tiverem o necessário discernimento** para a prática dos atos da vida civil
- iii. Os que, **mesmo por causa transitória**, **não puderam exprimir sua vontade**

**Incapacidade RELATIVA**

- i. **Maiores de 16 anos e menores de 18 anos**
- ii. **Ébrios habituais**, os viciados em **tóxicos**, e os que, por **deficiência mental**, tenham o **discernimento reduzido**
- iv. **Excepcionais**, sem desenvolvimento mental completo
- v. **Pródigos**

⚠ **Obs.:** A capacidade dos índios é regulada por legislação especial

b) Modos de suprimimento da incapacidade

**REPRESENTAÇÃO**

Necessária aos **ABSOLUTAMENTE incapazes**  
A **incapacidade absoluta** acarreta a **proibição total**, pelo incapaz, do exercício do direito  
O representante responde pelo absolutamente incapaz  
Se não **REPRESENTADOS** (por pais, **tutores** ou **curadores**), acarreta a **NULIDADE** do ato jurídico

**ASSISTÊNCIA**

Necessária aos **RELATIVAMENTE incapazes**  
A **incapacidade relativa** permite que o incapaz pratique atos da vida civil, desde que **assistidos**  
O assistente acompanha os atos do relativamente incapaz  
Se não **ASSISTIDOS** (por pais, **tutores** ou **curadores**), acarreta a **ANULABILIDADE** do ato jurídico

c) Tutela vs Curatela

**TUTELA**

Amparo de **menores** ante a ausência dos pais  
O tutor protege o **menor** não emancipado e seus bens, se seus pais falecerem ou forem suspensos ou destituídos do poder familiar

**CURATELA**

Amparo de **maiores** com "problemas"  
Encargo (*munus*) público previsto em lei que é dado para pessoas **maiores**, mas que por si só não estão em condições de realizar os atos da vida civil pessoalmente, geralmente em razão de enfermidade ou deficiência mental

## Capacidade Jurídica

## 3. Incapacidade

## 4. Fim da incapacidade

a) Maioridade

A incapacidade cessa quando o menor completar 18 anos

b) Emancipação

Antecipação da capacidade de fato antes dos 18 anos Deve ser maior de 16 anos

i. Voluntária

Por concessão dos pais ou de um deles na falta do outro Instrumento público

ii. Judicial

Sentença do juiz Quando há conflito de vontade entre os pais quanto à emancipação do filho  
Quando o menor estiver sob tutela

iii. Legal

Pelo casamento  
Por exercício de emprego público  
Por colação de grau em curso de ensino superior  
Por estabelecimento civil ou comercial ou pela relação de emprego que lhe propicie economia própria

# DAS PESSOAS JURÍDICAS I

São entidades compostas por **peessoas naturais** ou **bens**, a que a lei confere **personalidade própria e individual**, tornando-as aptas para serem **sujeitos de direitos e obrigações**

**a) Principal característica** Atuam na vida jurídica com **personalidade diversa** da dos indivíduos que a compõem  
Em regra, não podem ser penhorados bens dos sócios por dívida da sociedade

✓ **Teoria da realidade técnica** Pessoa jurídica existe de fato, e não como uma mera abstração  
A personificação é atribuída a grupos em que a lei reconhece **vontade** e **objetivos próprios**

✗ **Teoria da ficção** PJ é uma criação artificial da lei ou da doutrina

✗ **Teoria da realidade objetiva** PJ nasce por imposição das forças sociais

✗ **Teoria da realidade jurídica** PJ são organizações sociais destinadas a um serviço  
Analisa as relações sociais, e não a vontade humana

## 1. Conceito

### b) Natureza jurídica

### a) Quanto à nacionalidade

#### i. Nacional

#### ii. Estrangeira

### b) Quanto à estrutura interna

#### i. Corporação

*Universitas personarum*

Conjunto de **peessoas**, que apenas coletivamente goza de certos direitos e os exerce por meio de uma vontade única

#### ii. Fundação

*Universitas bonorum*

**Patrimônio** personalizado para um determinado fim que lhe dá unidade

## 2. Classificação

### c) Quanto às funções e capacidades

#### De direito PÚBLICO

#### i. Interno

União

Estados, DF e Territórios

Municípios

Autorarquias, inclusive associações públicas

Fundação pública de direito PÚBLICO

Demais entidades criadas por lei

#### ii. Externo

Estados estrangeiros e organismos internacionais

Ex.: Estados, ONU, Mercosul

#### De direito PRIVADO

#### i. Fundações

Públicas de direito PRIVADO

Particulares

#### ii. Organizações religiosas

#### iii. Partidos políticos

#### iv. Associações

#### v. Sociedades

Simplex

Empresária



Fundação Pública

**Direito PÚBLICO** Instituída diretamente por **lei específica**

**Direito PRIVADO** Instituídas por **ato** próprio do P. Executivo  
**Autorizada** por lei específica

Exige uma pluralidade de pessoas ou de bens e uma finalidade específica

## 3. Constituição da pessoa jurídica

### Requisitos

#### i. Vontade humana criadora

*Affectio societatis*

Intenção de criar uma entidade distinta da de seus membros

#### I - Elaboração do **ato constitutivo**

Estatuto Associações

Contrato social Sociedades, simples ou empresárias

#### II - **Registro** do **ato constitutivo**

Escritura pública ou testamento Fundações

Precedido de autorização do Estado, quando necessária

A existência da pessoa jurídica de direito privado começa com o **REGISTRO** (CC, art. 45)

#### iii. Lícitude de seu objeto

## DISSOLUÇÃO

Ato declaratório, por deliberação dos sócios, do Poder Judiciário ou de autoridade administrativa, com a finalidade de fazer cessar as atividades

## 4. Dissolução da personalidade jurídica

Com a **dissolução**, a pessoa jurídica continua com a personalidade para fins de **liquidação** (pagamento das dívidas e partilha do remanescente entre os sócios)

Somente após a liquidação, será dado baixa nos atos constitutivos

CC, art. 51

# DAS PESSOAS JURÍDICAS II

## Princípio da Autonomia da Pessoa Jurídica (PJ)

✓ Regra

Bens da pessoa jurídica não se confundem com os bens das pessoas naturais

A **desconsideração da personalidade jurídica** é **exceção**, em razão de fraudes ou abusos

Trata-se de estender aos bens dos sócios e/ou administradores a execução por dívidas da PJ

Pessoa jurídica não pode servir de manto protetor aos seus representantes ou administradores que praticarem atos fraudulentos ou abusivos contra terceiros

A desconsideração da personalidade não acarreta a extinção da pessoa jurídica

## 5. Desconsideração da personalidade jurídica

### a) Legitimados ativos

i. Parte interessada

ii. Ministério Público, quando couber intervir

### b) Requisitos

**Abuso da personalidade jurídica**, caracterizado por

i. **Desvio de finalidade**

ii. **Confusão patrimonial**

CC, art. 50

### c) Desconsideração inversa

Ocorre quando o juiz decide sobre a extensão dos efeitos de determinada relação jurídica praticada pelo particular aos bens da PJ

Alcança bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros

**União de pessoas** que se organizam para **fins não econômicos** (CC, art. 53)

A CF garante a **liberdade de associação** para fins lícitos (CF, art. 5º, XVII)

Deve ser registrada Estatuto

## 6. Associações

### a) Características

i. Não persegue lucro, nem intenção de dividir os resultados

ii. Inexistência, entre os associados, de direitos e obrigações recíprocas

iii. Podem ter objetivos altruísticos, científicos, artísticos, beneficentes, religiosos, culturais, políticos, esportivos ou recreativos

### b) Exclusão do associado

Só é admissível havendo **justa causa**, nos termos estatutários

Deve haver procedimento que assegure a ampla defesa e o contraditório

### c) Intransmissibilidade da qualidade de sócio

Salvo autorização estatutária (CC, art. 56)

### d) Direito dos minoritários

20% dos associados podem convocar qualquer órgão deliberativo

**Universalidades de bens**, personificados, em atenção ao **fim** que lhes dá unidade

Dois elementos

i. **Patrimônio**

ii. **Fim** O objetivo é **imutável** e não pode visar ao lucro

São criadas a partir de **escritura pública** ou **testamento**

Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (CC, art. 62)

## 7. Fundações particulares

### a) Pressupostos

i. Dotação de bens livres

ii. Especificação dos fins

iii. Previsão do modo de administrá-las (não essencial)

iv. Elaboração de estatutos com base em seus objetivos e submetidos à apreciação do Ministério Público (MP) que os fiscalizará

### b) Nascimento

**Registro** de seus estatutos nos Registro Civil de Pessoas Jurídicas

### c) Características

i. Bens inalienáveis e impenhoráveis

Necessita de autorização judicial/consulta ao MP

ii. Os estatutos são suas leis básicas

iii. Administradores devem prestar contas ao Ministério Público **Estadual**

iv. Não existem sócios

### d) Término

i. Tornarem-se ilícitas, impossíveis ou inúteis as suas finalidades

ii. Vencido o prazo de sua existência

## 8. Domicílio das pessoas jurídicas

### i. União

Distrito Federal

### ii. Estados e Territórios

As respectivas capitais

### iii. Municípios

Lugar onde funcione a administração municipal

### iv. Demais pessoas jurídicas

✓ Regra

Onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos

**Na falta de domicílio especial**

Lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações

**Havendo diversos estabelecimentos**

Cada um deles será considerado domicílio para os atos neles praticados

**Se a administração ou diretoria tiver sede no estrangeiro**

Lugar do estabelecimento, no Brasil, a que ela corresponder

## DOS BENS I

**Coisa** é tudo o que pode satisfazer uma necessidade do homem

**Bens** são valores materiais ou imateriais que podem ser **objeto** de uma **relação de direito**

**Bens** são **coisas** úteis e de expressão econômica, suscetíveis de apropriação

## 1. Conceito

Toda **relação jurídica** entre dois sujeitos tem por **objeto** um **bem** sobre o qual recaem direitos e obrigações

⚠ Obs.:

**PESSOAS** São os **SUJEITOS** de uma relação de direito

**BENS** São os **OBJETOS** de uma relação de direito

A classificação dos bens é feita segundo critérios de importância científica

## a) Considerados em si mesmos

- i. Bens móveis e imóveis
- ii. Bens fungíveis e infungíveis
- iii. Bens consumíveis e inconsumíveis
- iv. Bens divisíveis e indivisíveis
- v. Bens singulares e coletivos

## b) Reciprocamente considerados

- i. Bens principais
- ii. Bens acessórios
  - Frutos
  - Produtos
  - Pertenças
  - Benfeitorias

## c) Quanto à titularidade do domínio

- i. Públicos
  - De uso comum do povo
  - De uso especial
  - Dominicais
- ii. Particulares

## 3. Bens corpóreos e incorpóreos

## CORPÓREOS

Os que têm existência física, material  
**Ex.:** Joias, carros, dinheiro

## INCORPÓREOS

Os que têm existência abstrata, mas possuem valor econômico  
**Ex.:** Crédito, propriedade intelectual, propriedade industrial

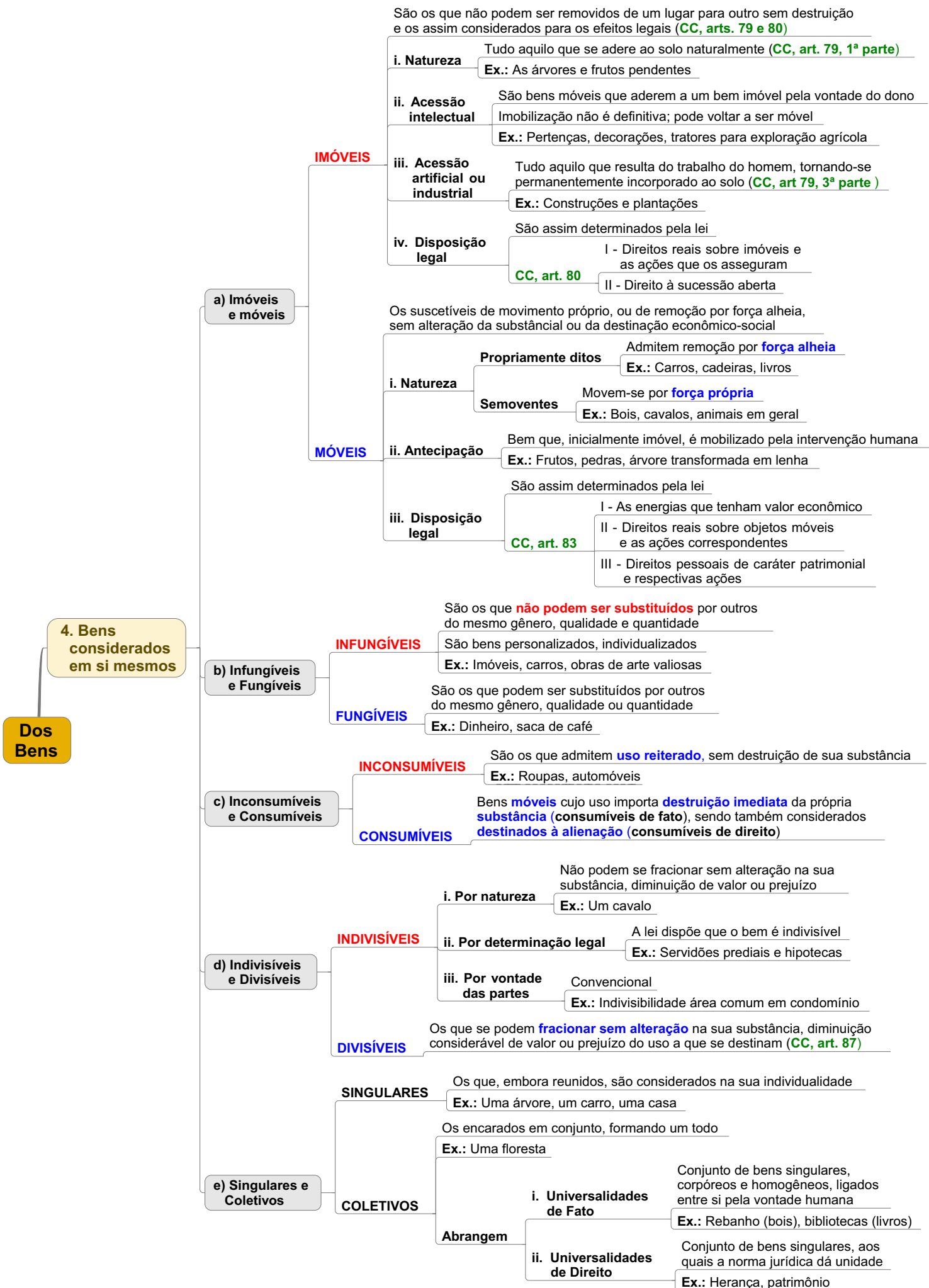
## Dos Bens

## 2. Classificação legal dos bens



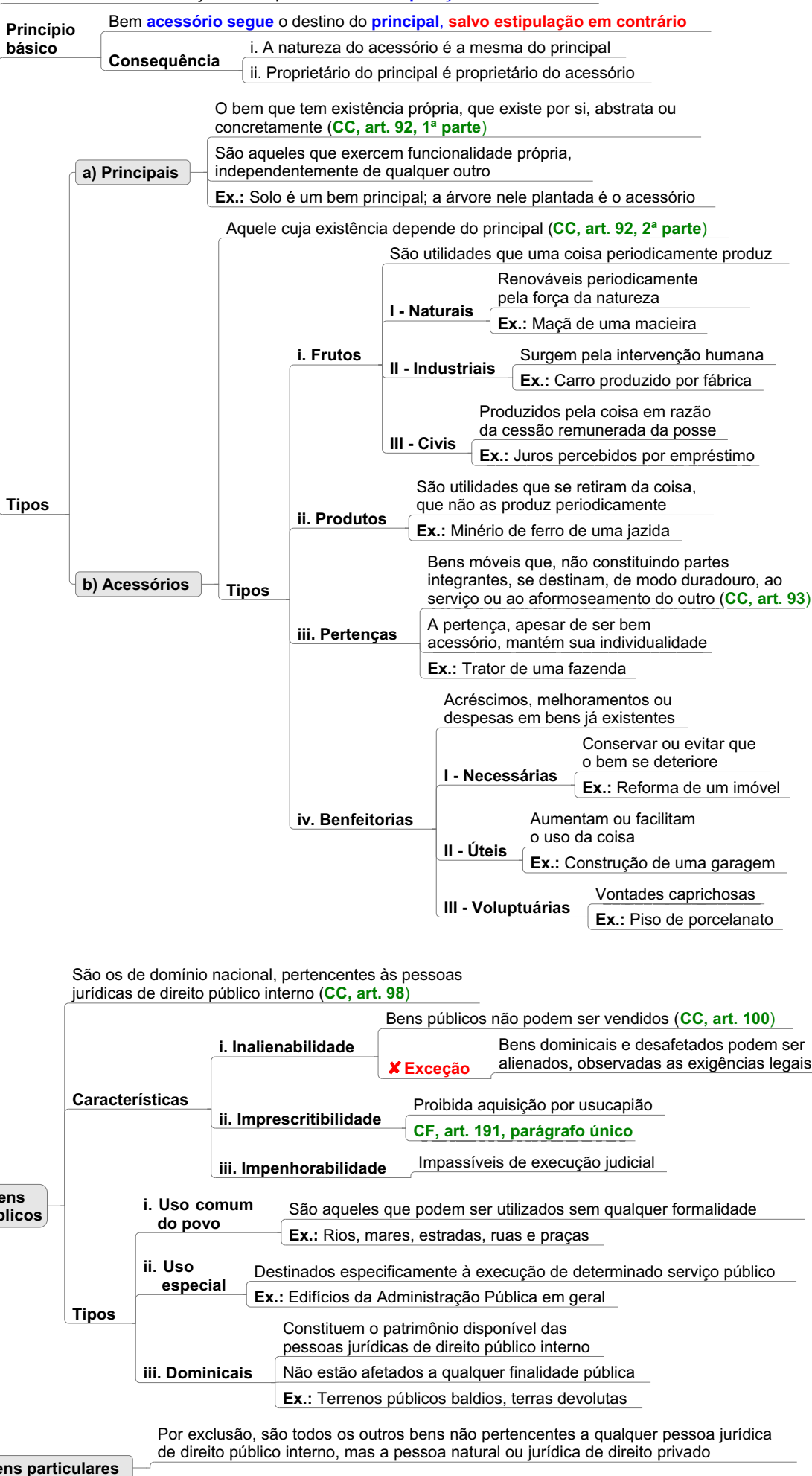
## DOS BENS II

São os que não podem ser removidos de um lugar para outro sem destruição e os assim considerados para os efeitos legais (**CC, arts. 79 e 80**)



## DOS BENS III

Trata-se de uma classificação feita a partir de uma **comparação** entre os bens



# FATOS JURÍDICOS - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Fato jurídico é o **fato social** (acontecimento natural ou humano), ao qual são atribuídas **consequências jurídicas**

## 1. Conceito

É o evento concretizador de hipótese contida na norma

**Fato social** que se ajusta à hipótese prevista na lei (**fato abstrato**)

A norma incide sobre este fato, fazendo nascer um dos seguintes **efeitos jurídicos**

**A.R.M.E**

- i. **Aquisição** de direitos
- ii. **Resguardo** de direitos
- iii. **Modificação** de direitos
- iv. **Extinção** de direitos

## Fato Jurídico

## 2. Efeito / Finalidade dos fatos jurídicos (A.R.M.E)

### a) Aquisição de direitos

É a conjunção (união, incorporação) dos direitos com o seu titular

Ocorre a **aquisição** de um direito com a incorporação ao patrimônio e/ou à personalidade do titular

**Ver Mapa Mental de "Aquisição de Direitos"**

### b) Resguardo de direitos

Também tratado por **conservação de direitos**

Relaciona-se ao conjunto de medidas ou providências que o titular adota para **conservar seus direitos**

As medidas / providências adotadas pelo titular podem ser de caráter

- Preventivo; ou
- Repressivo
- Judiciais; ou
- Extrajudiciais

Os direitos subjetivos podem sofrer alteração relativa ao **objeto** ou à **pessoa** do sujeito

### c) Modificação de direitos

Quando diz respeito ao seu **objeto**

#### i. Modificação objetiva

##### I - Qualitativa

É a alteração no **conteúdo** do direito, que se converte em outra espécie

**Ex.:** Dação em pagamento por dívida em dinheiro

##### II - Quantitativa

É a alteração no **volume** do objeto ou do direito

#### ii. Modificação subjetiva

É a alteração da **titularidade** do objeto ou do direito

Pode se dar **inter vivos** ou **causa mortis**



**Obs.:** Os direitos personalíssimos, constituídos **intuitu personae**, são **insuscetíveis** de **modificação subjetiva**

### d) Extinção de direitos

As principais causas de extinção de direitos são

- Perecimento do objeto
- Falecimento do titular
- Renúncia
- Abandono
- Alienação
- Confusão
- Prescrição e decadência

# FATOS JURÍDICOS - AQUISIÇÃO DE DIREITOS

É a conjunção (união, incorporação) dos direitos com o seu titular

## 1. Formas de aquisição

- i. Originária**
  - A aquisição ocorre de **forma direta**
  - ✗ Não há qualquer **relacionamento** com o **anterior titular**
  - Ex.: Ocupação de coisa sem dono (**CC, art. 1.263**)
- ii. Derivada**
  - A aquisição decorre de **transferência** feita por outra pessoa (**sucessão**)
  - ✓ A aquisição é fundamentada na **relação** entre
    - o **atual titular** (sucessor) e
    - o **anterior titular** (sucedido)
- i. Gratuita**
  - Ocorre quando **não há contraprestação** na aquisição, ou seja, quando só o adquirente auferir vantagem
  - Ex.: Doação, herança
- ii. Onerosa**
  - Ocorre quando se exige do adquirente uma **contraprestação**, obtendo ambos os contratantes benefícios
  - Ex.: Compra e venda, locação
- i. A título universal**
  - O adquirente substitui o sucedido na **totalidade** de seus direitos
- ii. A título singular**
  - O adquirente substitui o sucedido apenas no tocante a **bens determinados**

## Aquisição de Direitos

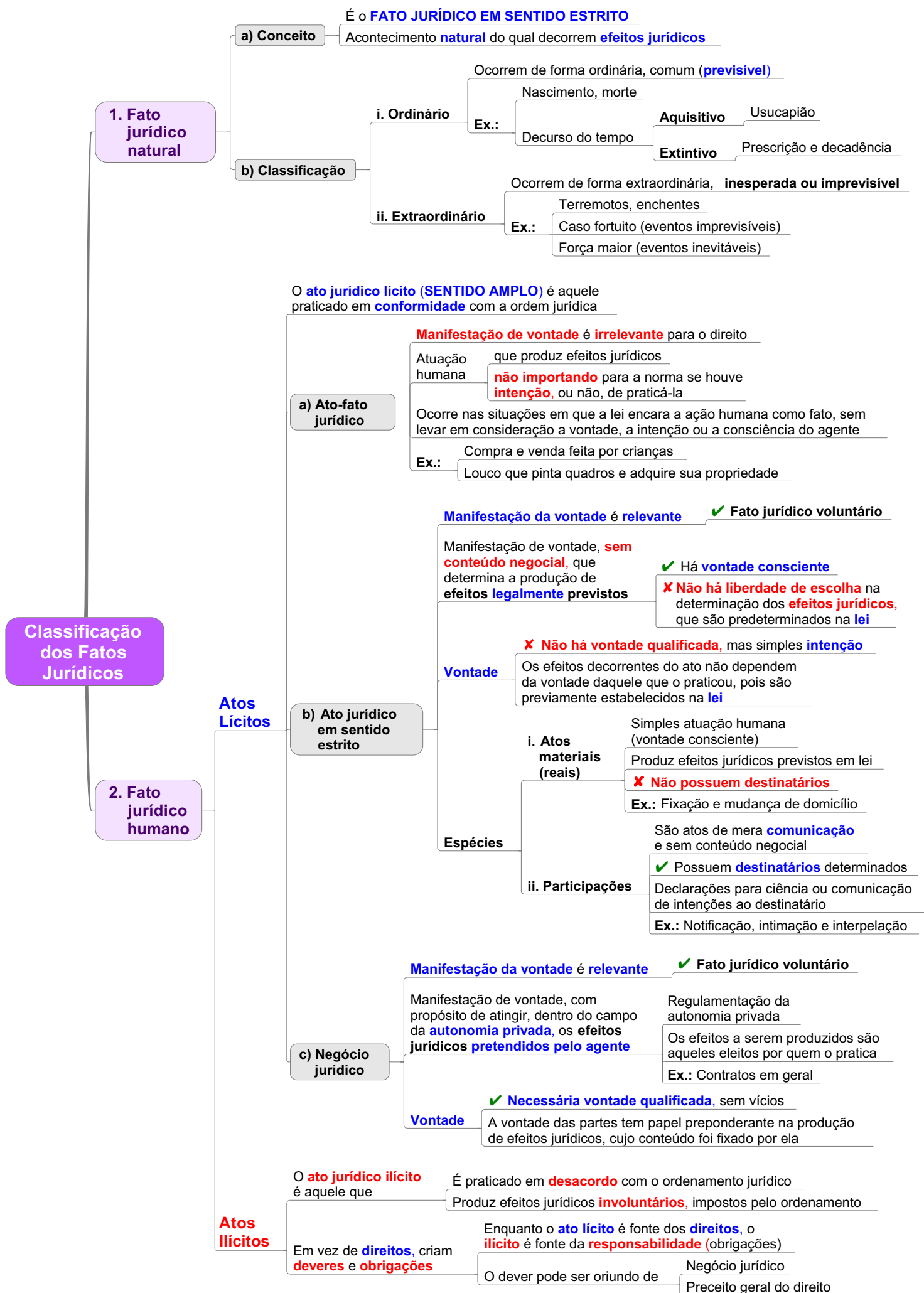
## 2. Espécies de direito

- a) Direito atual**
  - É o **direito subjetivo** já formado e incorporado ao patrimônio do titular (adquirido), podendo ser por ele exercido
  - É o direito que **ainda não se constituiu**
  - Direito deferido**
    - É aquele que depende somente da **vontade do sujeito**
    - Ex.: Transmissão da herança, que só se completa pela aceitação dos titulares, pois os herdeiros podem renunciar
  - Direito não deferido**
    - É aquele que se **subordina** a **atos** ou **condições fálieis**, que **escapam** ao mero arbítrio (**vontade**) do interessado
    - Ex.: Promessa de recompensa (art. 1512, CC). Sua realização depende de condição ou prazo
  - Direito a termo**
    - É aquele subordinado a elemento **futuro** e **certo**
    - Há uma situação jurídica perfeita e acabada apenas subordinada a efeito temporal (**prazo**)
    - Ex.: Contrato de compra e venda com prazo de entrega do objeto vendido
  - b) Direito futuro**
    - É aquele subordinado a elemento **futuro** e **incerto** (condição)
    - Direito condicional**
      - Cláusula que subordina o **efeito** do negócio jurídico a elemento futuro e **incerto**
      - Condição**
        - É de natureza **externa** ao fato jurídico
        - Requisito de **eficácia**
        - A condição é **externa** ao fato jurídico
    - Direito eventual**
      - É o direito **incompleto** que, apesar de apresentar alguns elementos constitutivos, depende de um **acontecimento** para se concretizar
      - Acontecimento**
        - Elemento **futuro** e **incerto**
        - É de natureza **interna** (inerente e essencial) ao fato jurídico, a ser efetivado pelo próprio interessado
        - Requisito de **perfeição**
      - Ex.:
        - Venda de coisa alheia – o negócio fica na dependência da aquisição da coisa para que haja sua transferência
        - Exercício do direito de preferência
    - c) Expectativa de direito**
      - É a mera **possibilidade** de aquisição de direito
      - O direito ainda não existe, havendo apenas a mera possibilidade de que venha a ser adquirido
      - 1º) Na fase preliminar há apenas **possibilidade** de que venha a ser adquirido **Expectativa de direito**
      - 2º) Ultrapassada a fase preliminar, já há um direito concebido, mas **pendente de concretização** a ser efetivado pelo próprio interessado **Direito eventual**
      - 3º) O direito se encontra em situação mais avançada, completamente constituído (perfeito), cuja **eficácia** depende do implemento de **condição** **Direito condicional**

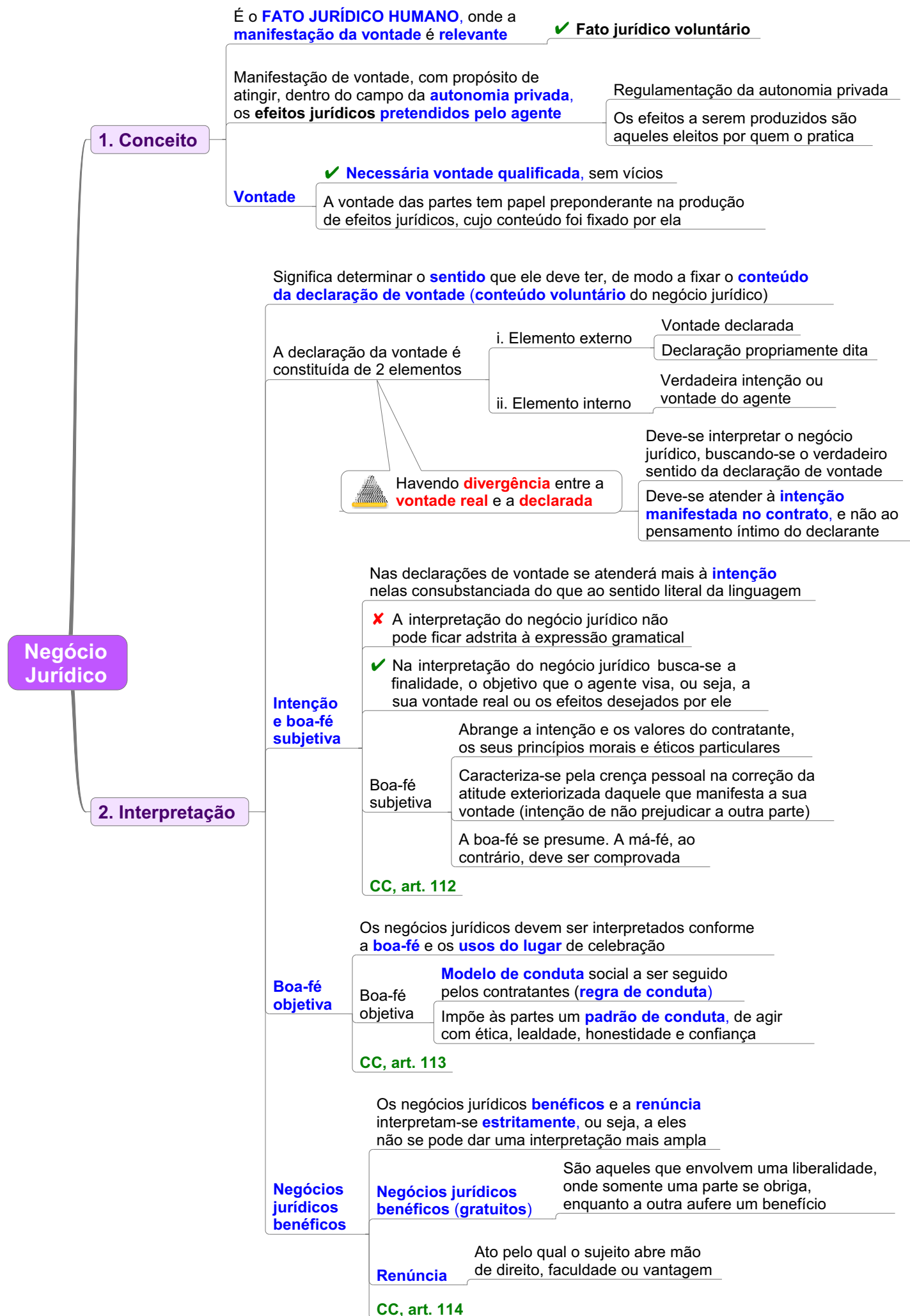


Algumas vezes o direito se transforma gradativamente

# CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS

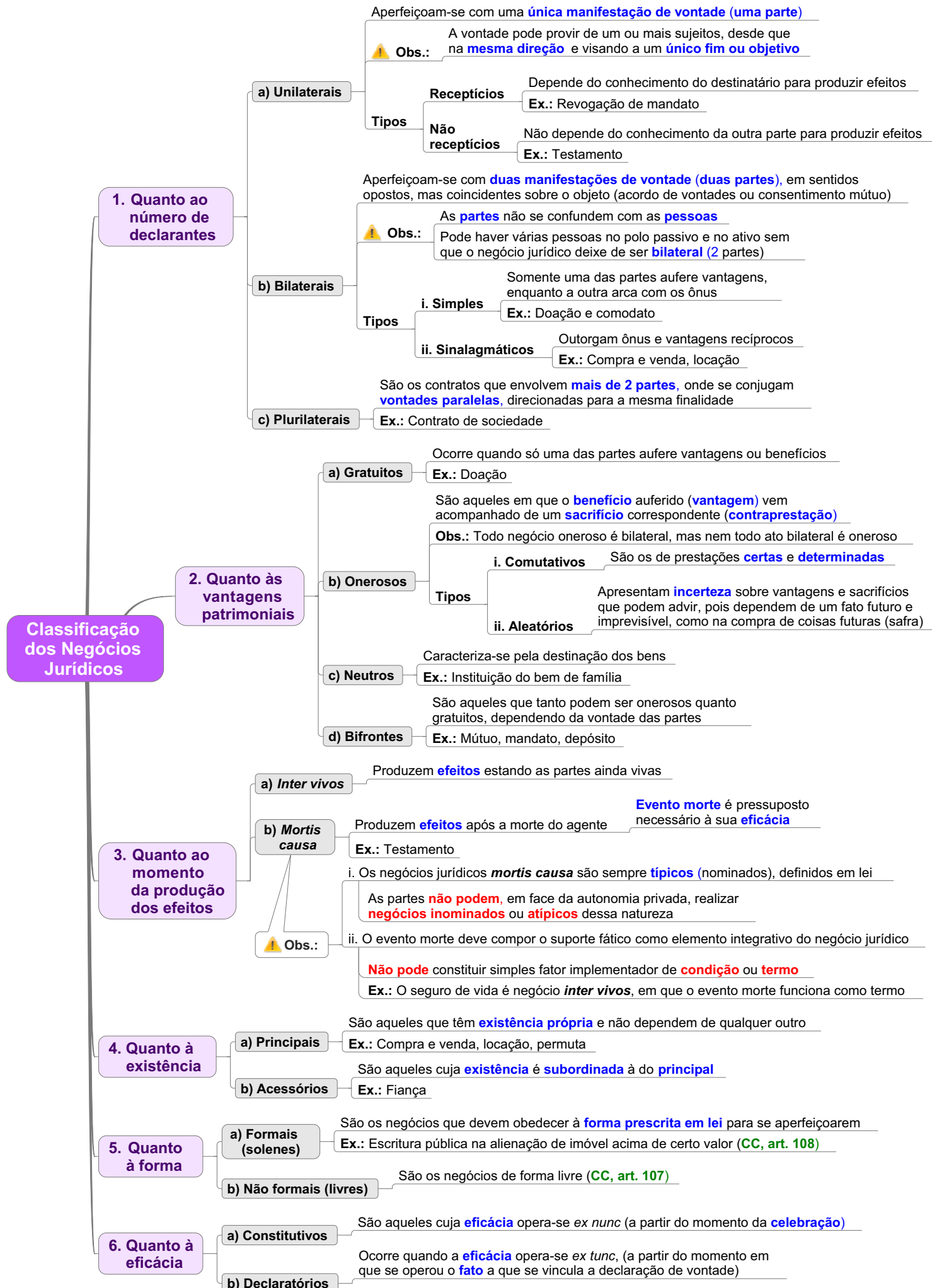


# NEGÓCIOS JURÍDICOS - CONCEITO E INTERPRETAÇÃO





# CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS



# PLANO DE EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

Trata dos **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**, estruturais, indispensáveis à existência do negócio jurídico

## 1. Conceito

✓ Nesse plano constam os **requisitos de existência** do negócio jurídico

✗ Não constam os **requisitos de validade** (plano de validade) e de **eficácia** (plano de eficácia)

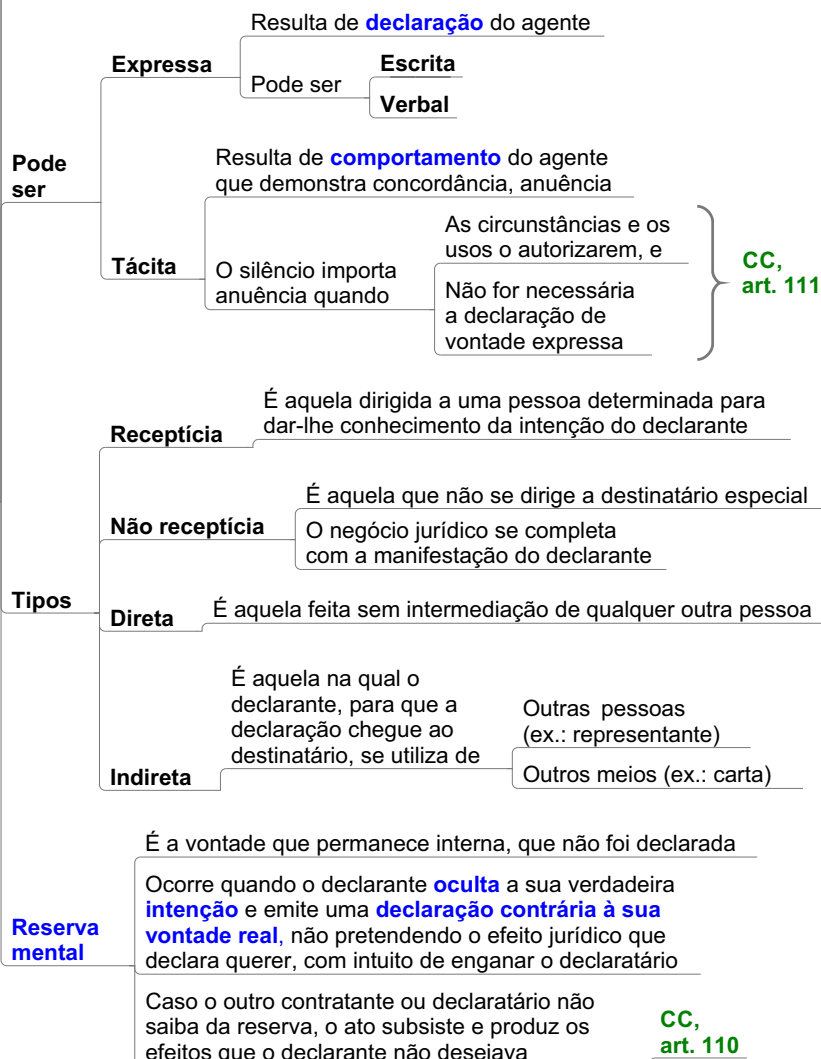
## Plano de Existência

## 2. Requisitos de existência

### a) Manifestação da vontade

É o instrumento da **exteriorização** da vontade

Nos contratos, denomina-se **consentimento** ou **consenso consciente**



### b) Agente

O sujeito emissor da vontade é o elemento caracterizador do ato jurídico

Sem sujeito não se pode falar em ato, e, por conseguinte, em negócio jurídico, mas tão somente em fato jurídico em sentido estrito

### c) Objeto

É aquilo sobre o qual o negócio dispõe

Utilidade física ou ideal em razão da qual giram os interesses das partes

### d) Forma

Meio mediante o qual a declaração se exterioriza

⚠ Obs.:

A **forma** é **elemento essencial** do negócio jurídico

A **forma legalmente prescrita** (exigida em lei) é **elemento de validade** do negócio jurídico

### e) Finalidade negocial

A manifestação de vontade deve ter finalidade negocial, ou seja, ter o propósito de atingir, dentro do campo da **autonomia privada**, os **efeitos jurídicos pretendidos** pelo agente (regulamentação da autonomia privada)

Os efeitos produzidos são aqueles eleitos por quem os pratica

# PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

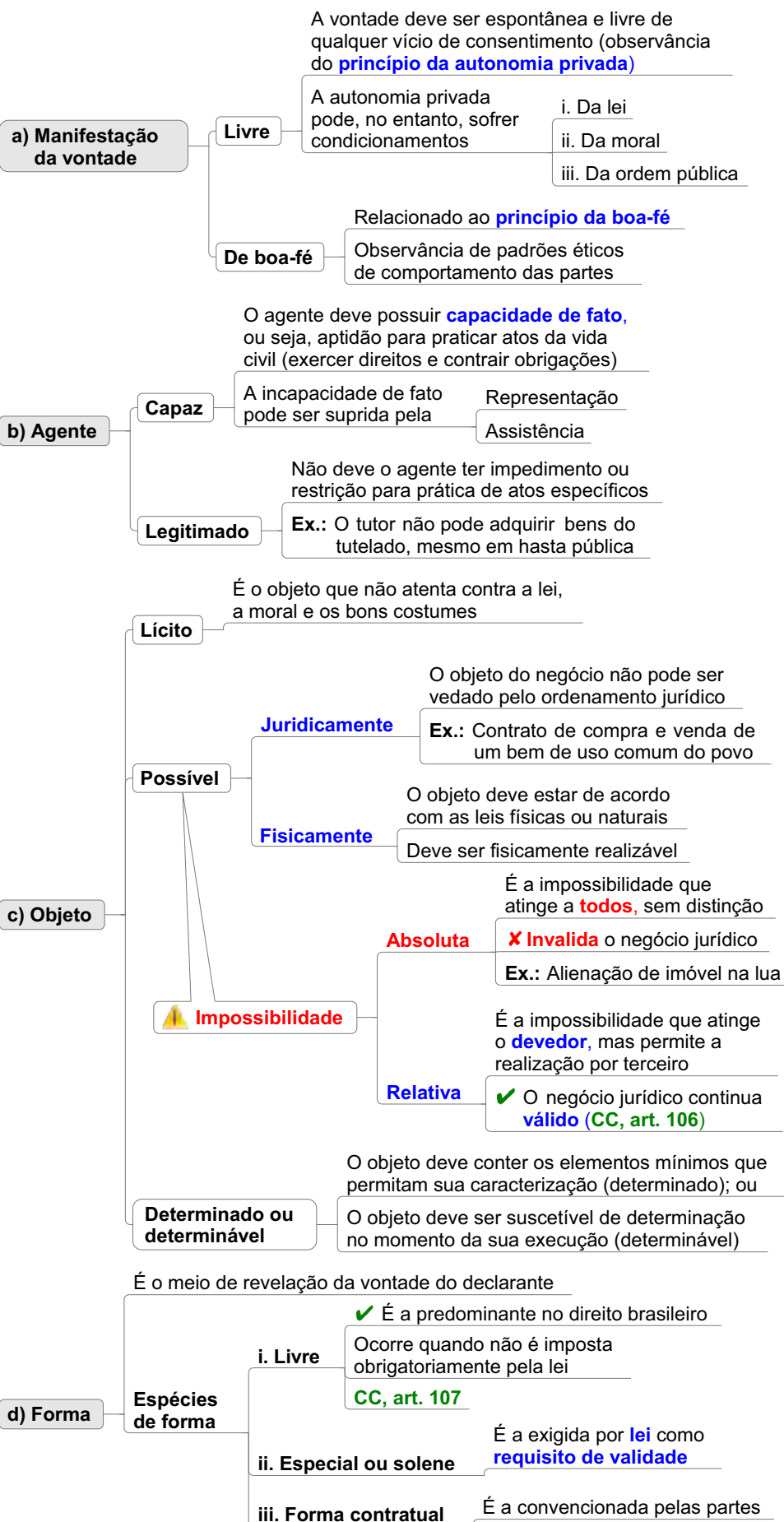
Trata dos **PRESSUPOSTOS DE VALIDADE** do negócio jurídico

## 1. Conceito

É o plano no qual se analisa a **conformidade** do negócio jurídico com o **ordenamento jurídico**

## Plano de Validade

## 2. Requisitos de validade



# PLANO DE EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

Trata dos pressupostos para que o negócio jurídico produza **EFEITOS JURÍDICOS**

## 1. Conceito

### ELEMENTOS ACIDENTAIS

Tem por objetivo alterar ou regular a produção de **efeitos** nos negócios jurídicos

São **limitadores da eficácia** do negócio jurídico

#### Espécies

- i. Condição
- ii. Termo
- iii. Encargo ou modo

É a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o **EFEITO** do negócio jurídico a evento **FUTURO** e **INCERTO** (**CC, art. 121**)

### Elementos da condição

#### Incerteza

A incerteza abrange o **evento**, e **não** o **período** em que ele irá se realizar

**Ex.:** A morte, regra geral, não é considerada condição

#### Futuridade

**Fato passado** ou **presente**, ainda que ignorado, não caracteriza condição (**condição imprópria**)

**Ex.:** Promessa de doação de certa quantia se bilhete de loteria, que aconteceu em data anterior, for o premiado

#### Voluntariedade

A condição deriva exclusivamente da **vontade** das partes

**X Não abrange as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS**

São as condições impostas pela lei

✓ São requisitos de **validade**

**X Não são** requisitos de **eficácia**

**Ex.:** A escritura pública na venda de imóvel

### a) Tipos

Ver Mapa Mental "Classificação das Condições"

## Plano de Eficácia

## 2. Condição

### b) Atos puros

São os atos que **não admitem condição**

#### Abrangem

- i. Negócios jurídicos que, por sua função, **não admitem incerteza** **Ex.:** Aceitação e renúncia de herança
- ii. **Atos jurídicos em sentido estrito** **Ex.:** Aceitação de tutela  
Atos cujos efeitos são determinados pela lei
- iii. **Atos jurídicos de família** **Ex.:** Direito à vida, à honra, à integridade física etc.  
Não incide o princípio da autonomia privada, em razão do fundamento ético-social presente
- iv. Atos relativos ao exercício dos **direitos personalíssimos**

### c) Invalidam o negócio jurídico

- i. Condições física ou juridicamente **impossíveis**, quando **suspensivas**
- ii. Condições **ilícitas**, ou de fazer coisa ilícita
- iii. Condições **perplexas** (incompreensíveis ou contraditórias)

**CC, art. 123**



**Não confundir**

#### CONDIÇÕES ILÍCITAS

Condição ilícita é aquela que **fere** o ordenamento jurídico

**Invalidam** o negócio jurídico

**Ex.:** "Se roubares" ou "se matares"

#### CONDIÇÕES JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEIS

Condição juridicamente impossível é aquela **não prevista** no ordenamento, não tendo amparo jurídico

**Ex.:** "Se emancipares aos 12 anos"

As **suspensivas** **invalidam** o negócio jurídico

As **resolutivas** são consideradas **inexistentes**

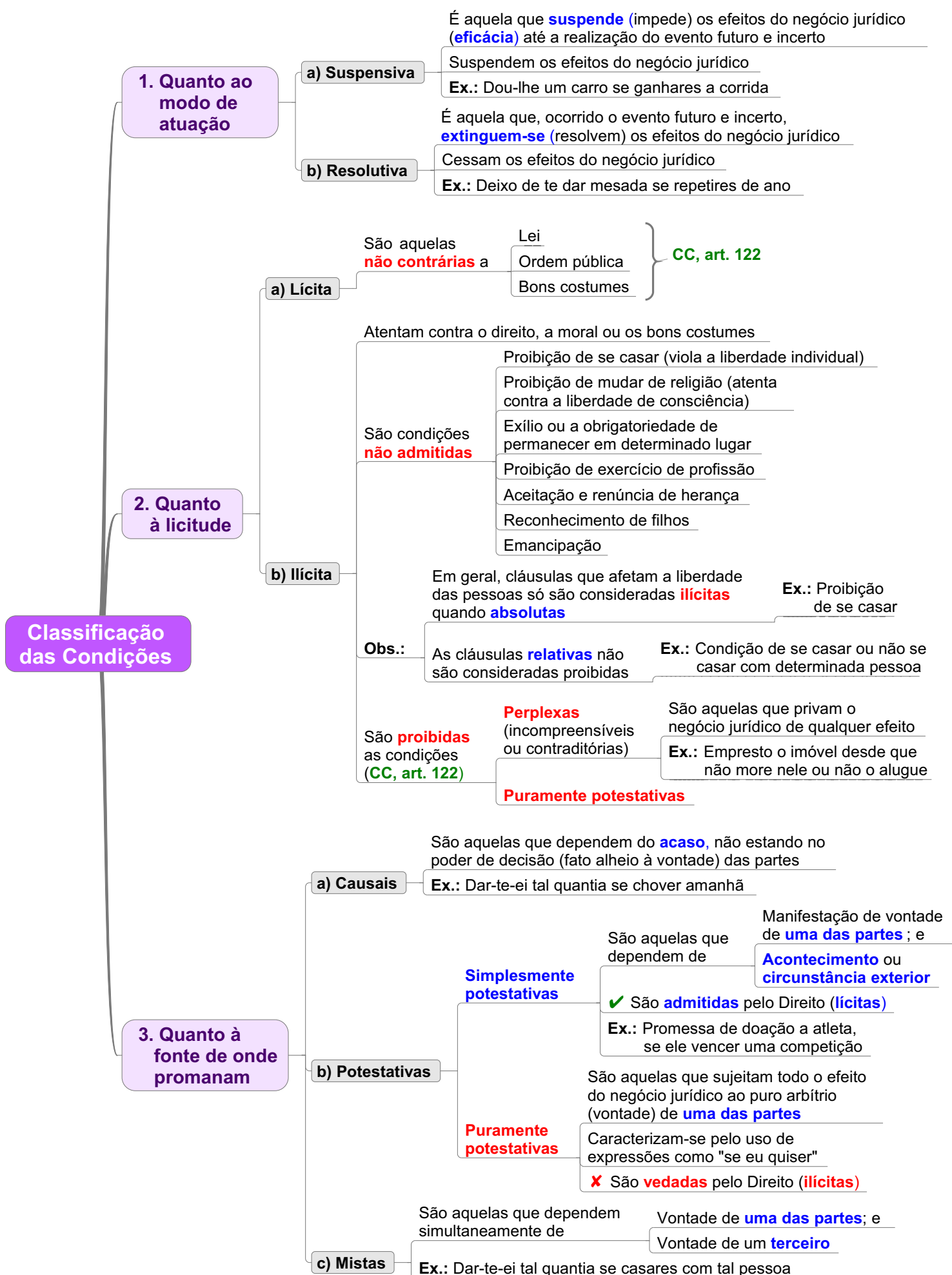
### d) Condições inexistentes

Condições **impossíveis**, quando **resolutivas**

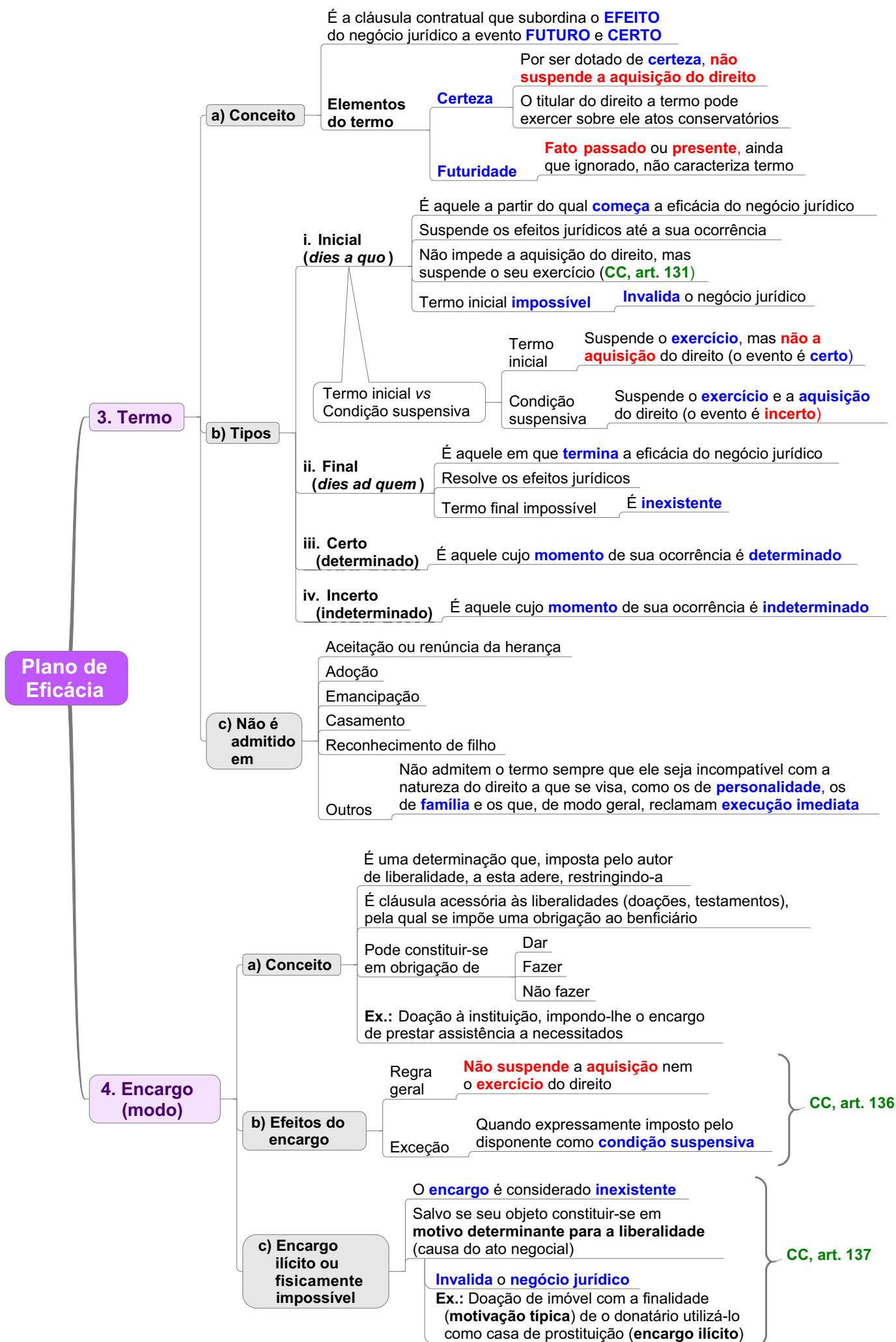
Condições de não fazer coisa impossível

**CC, art. 124**

# CLASSIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES



## PLANO DE EFICÁCIA - TERMO E ENCARGO





# DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO I

## Defeitos do Negócio Jurídico

### 1. Conceito

Trata dos **vícios** relativos à **formação da vontade** ou a sua **declaração**

#### Abrangem

#### a) Vícios de consentimento

São aqueles nos quais a **vontade declarada** **não** representa a **real intenção** do agente

Há uma **divergência** entre Vontade real do agente  
Vontade declarada

#### b) Vícios sociais

São aqueles em que a **vontade** é manifestada com a **intenção de prejudicar terceiro**

Apesar de haver **correspondência** entre a vontade interna do agente e a sua manifestação, são realizados em **desconformidade com a lei**, por faltar a intenção pura e de boa-fé de quem a declara

### 2. Erro ou ignorância

#### Vício de consentimento

Consiste em uma falsa representação (percepção) da realidade, na qual o **agente engana-se sozinho**

O erro somente será causa de anulabilidade do negócio jurídico se for

**substancial** (essencial), e  
puder ser **percebido** por  
pessoa de **diligência normal**

CC, art. 138

#### Espécies de erro

Ver Mapa Mental de "Espécies de Erro"

#### Vício de consentimento

É o artifício malicioso empregado para **induzir** alguém à prática de um ato que o prejudique e que beneficie

O autor do dolo; ou  
A terceiro (dolo de terceiro)

Enquanto o erro é espontâneo, o dolo é **provocado** intencionalmente

#### Principal

Também chamado de essencial ou substancial, é aquele que dá **causa** ao negócio jurídico (sem ele, a avença não teria se concretizado)

**Consequência** Negócio jurídico **anulável** (CC, art. 145)

#### Acidental

É aquele que **não impede** a realização do negócio, pois não afeta a declaração de vontade

Realiza-se o negócio em **condições mais onerosas**

**Consequência** Negócio jurídico **válido**, porém obriga a satisfação de **perdas e danos** (CC, art. 146)

#### Positivo (comissivo)

É a ação dolosa

#### Negativo (omissivo)

É a omissão dolosa (CC, art. 147)

**Ocultação** de algo que a parte contratante deveria saber

#### Espécies de dolo

#### Dolus bonus

Comportamento tolerado, destituído de gravidade suficiente para afetar a declaração de vontade

Ex.: Vendedor elogia exageradamente seu produto, realçando em demasia suas qualidades

**Consequência** **Não** torna **anulável** o negócio jurídico

#### Dolus malus

Manobras astuciosas para enganar alguém e lhe causar prejuízo

**Consequência** Negócio jurídico **anulável**

#### Recíproco

É a torpeza bilateral

**Consequência** Ocorre neutralização do delito  
Negócio jurídico **válido** (CC, art. 150)

#### De terceiro

É o dolo proveniente de terceiro (não é parte contratante)

Se o beneficiado pelo dolo **Sabia**, ou devesse saber

Negócio jurídico **anulável**

**Não sabia**, nem tinha como saber

Negócio jurídico **válido**  
O terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou

CC, art. 148

# DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO II - ESPÉCIES DE ERRO

Incide sobre as circunstâncias e os aspectos **relevantes** do negócio

Se o agente conhecesse a verdade, não realizaria o negócio

**Ex.:** Colecionador que, pensando estar adquirindo uma peça de marfim, compra uma de material sintético

## i. Natureza do negócio

Ocorre divergência quanto à **espécie de negócio**

Pretende-se celebrar determinado negócio, quando, na verdade, realiza-se outro diferente

**Ex.:** Pessoa empresta uma coisa e a outra entende que houve doação

## ii. Objeto principal da declaração

Incide sobre a **identidade do objeto**

**Ex.:** Aquisição de quadro de um aprendiz por supor se tratar de pintor famoso

## iii. Qualidade essencial do objeto principal

Ocorre quando o objeto **não possui** determinada **qualidade**, considerada **essencial** e **determinante** para o negócio

**Ex.:** Aquisição de anel imaginando ser de ouro, quando é de cobre

Pode recair sobre

## iv. Identidade ou qualidade da pessoa a quem se refere a declaração de vontade

Ocorre nos negócios **intuitu personae**

**Ex.:** Casar com uma pessoa e descobrir que é criminoso

## v. Erro de direito

É o falso conhecimento, ignorância ou interpretação errônea da **norma jurídica**

Para ser admitido, **não deve implicar recusa à aplicação da lei**, ou seja, ser alegado como justificativa para seu descumprimento

**Ex.:** Pessoa contrata a importação de mercadoria ignorando a existência de lei que proíbe a importação

O erro pode ser alegado para anular o contrato, mas não para justificar a contratação

## 1. Substancial

## Espécies de Erro

Negócio jurídico **anulável**, desde que **perceptível** por **pessoa de diligência normal** (**CC, art. 138**)

Consequência

Parte da doutrina entende que o erro deva ser **escusável** (perdoável)

Segundo essa corrente, a avaliação se dá sobre o **emissor da vontade (declarante)**

Erro escusável é aquele **perdoável**, dentro do que se espera do homem médio que atue com grau normal de diligência

Obs.:

Outra parte da doutrina interpreta o **art. 138** com base na **teoria da confiança**

Segundo essa corrente, a avaliação deve ser feita sobre o **destinatário da declaração (declaratário)**

A pessoa de diligência normal, a quem o erro deve ser **perceptível** para que possa haver anulação do contrato, é o destinatário da declaração, e **não o declarante**

O negócio será anulável se o vício era conhecido ou puder ser reconhecido pelo **contratante beneficiado**

**Obs.:** O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer a executá-la na conformidade da vontade real do manifestante (**CC, art. 144**)

Recai sobre qualidades **secundárias** do objeto ou da pessoa

Se conhecida a realidade, mesmo assim o negócio seria celebrado

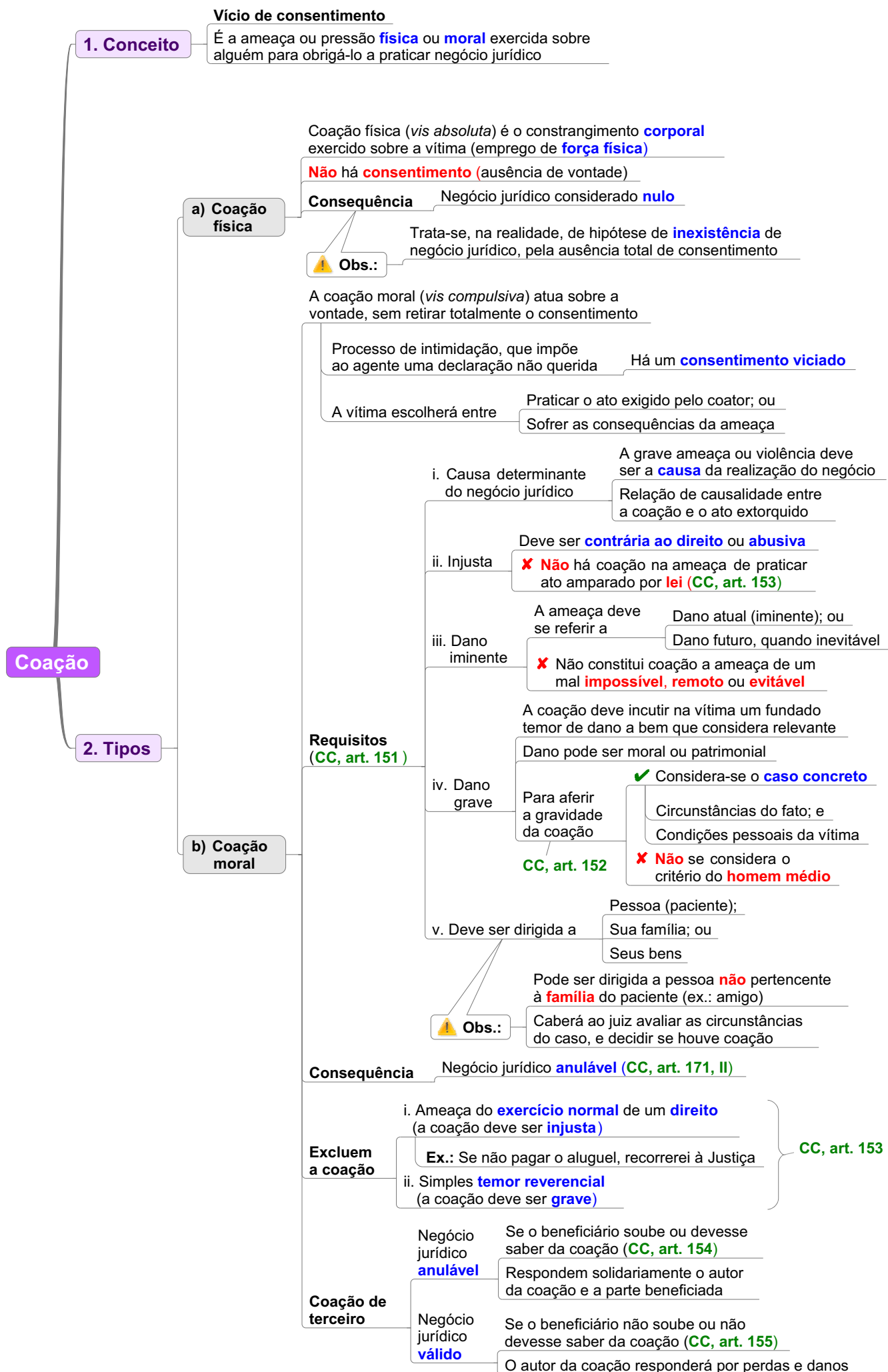
## 2. Acidental

Consequência

Negócio jurídico **válido**

**Obs.:** O erro de cálculo não é causa de anulação do negócio, mas de retificação da declaração da vontade (**CC, art. 143**)

# DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO III - COAÇÃO



## DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO IV

### Vício de consentimento

É a situação de **extrema necessidade** que conduz a pessoa a celebrar negócio jurídico no qual assume **obrigação desproporcional e excessiva**

Ocorre quando alguém, premido da necessidade de

Salvar-se; ou  
Salvar a pessoa de sua família

de **grave dano conhecido** pela **outra parte**, assume **obrigação excessivamente onerosa** (CC, art. 156)

No caso de pessoa **não** pertencente à **família** do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias

⚠ **Obs.:** Salvar pessoa próxima

**Ex.:** Cirurgião que exige honorários excessivos para atender paciente internado em emergência

### 4. Estado de perigo

#### a) Elementos do estado de perigo

i. Situação de necessidade, decorrente da iminência de dano atual e grave

ii. Nexo de causalidade entre a declaração e o perigo de grave dano

O perigo de dano deve ser o motivo determinante para declaração de vontade

iii. Pessoa ameaçada de dano

Próprio declarante

Pessoa de sua família

Pessoa não pertencente à família, conforme avaliação do juiz com base nas circunstâncias do caso

iv. Conhecimento do perigo pela parte beneficiária

Se a outra parte não sabia do perigo (boa-fé), não se anula o negócio jurídico, reduzindo-se o excesso contido na proposta onerosa

v. Obrigação excessivamente onerosa

Deve haver desequilíbrio contratual decorrente da desproporcionalidade entre as prestações avençadas

#### b) Consequência

Negócio jurídico **anulável** (CC, art. 171, II)

Ao estado de perigo (art. 156) aplica-se, por analogia, o disposto no art. 157, § 2º

⚠ **Obs.:**

Não se decretará a anulação do negócio se for oferecido **suplemento suficiente**, ou se a parte favorecida concordar com a **redução do proveito**

Enunciado 148 da III Jornada de Direito Civil

## Defeitos do Negócio Jurídico

### Vício de consentimento

É o prejuízo decorrente da **desproporção** existente entre as prestações de um negócio jurídico, em razão do abuso da **inexperiência** ou da **necessidade** de uma das partes

Ocorre quando uma pessoa

sob premente **necessidade**, ou  
por **inexperiência**

Se obriga a **prestação manifestamente desproporcional** ao valor da prestação oposta (CC, art. 157)

**Ex.:** Empregado que compra mantimentos em armazém da própria fazenda, a preços exorbitantes

### 5. Lesão

#### a) Requisitos

i. Objetivo (material)

**Manifesta desproporção** entre as prestações recíprocas

Da parte lesada

**Premente necessidade**

A necessidade se configura na impossibilidade de evitar o contrato

**Inexperiência**

ii. Subjetivo

✗ Não se exige o **dolo de aproveitamento** da parte beneficiada

**Dolo de aproveitamento**

Intenção de auferir vantagem exagerada às custas de outrem

#### b) Consequência

Negócio jurídico **anulável** (CC, art. 171, II)

✗ Não se decretará a **anulação**

Caso seja oferecido **suplemento suficiente**, ou

Se a parte favorecida concordar com a **redução do proveito**

CC, art. 157, § 2º



**Não confundir lesão com a teoria da imprevisão**

#### Lesão

Vício que surge concomitantemente com o negócio jurídico

O **momento** para verificação da lesão é o da **celebração** do negócio (CC, art. 157, § 1º)

#### Teoria da imprevisão

O negócio jurídico nasce válido, mas tem seu equilíbrio rompido pela superveniência de circunstância imprevisível pelas partes e a elas não imputáveis

## SIMULAÇÃO

## Vício social

É a **declaração enganosa da vontade**, visando a obter efeito diverso daquele que o negócio aparenta conferir

Celebra-se um negócio jurídico que possui aparência normal, mas que, na verdade, não pretende atingir o efeito que juridicamente devia produzir

## 1. Conceito

## 2. Características

## a) Número de declarantes

## Regra

A simulação é, em regra, ato jurídico bilateral

## Exceção

Admite-se em negócios jurídicos unilaterais em que exista declaração receptícia da vontade (produz efeitos a partir da sua ciência)

## b) Declaração deliberadamente dissonante com a intenção

Trata-se de defeito que não vicia a vontade do declarante

As partes maliciosamente disfarçam sua intenção, apresentada sob aparência irreal ou fictícia

## c) Finalidade

Enganar terceiros

Fraudar a lei

## 3. Espécies

## a) Absoluta

Simulação exprime um negócio jurídico, mas **não** há intenção de realizar **negócio jurídico** algum

É considerada **absoluta** pois a declaração se destina a **não** produzir **resultado**

Ex.: Marido que, ante iminente separação judicial, simula negócio com amigo, contraindo falsamente uma dívida, para transferir-lhe bens em pagamento, visando a prejudicar a esposa na partilha

## b) Relativa

Há dois negócios

## i. Simulado

**Negócio fictício**

É o que se **declara**, mas **não** se **quer**

Procura-se aparentar o que não existe para ocultar a efetiva intenção das partes

## ii. Dissimulado

**Negócio verdadeiro**

É o que traduz a **vontade real** das partes

É o negócio **oculto**, mas verdadeiramente **desejado**

## 4. Hipóteses legais de simulação

## i. Simulação por intermediação de pessoa

Declaração de vontade é emitida aparentando conferir direitos a uma pessoa, mas transferindo-os para terceiro, não integrante da relação jurídica (simulação relativa subjetiva)

Ex.: Terceiro adquire imóvel de homem casado para transferi-lo à concubina deste

art. 167, § 1º, CC

## ii. Simulação por falsidade de data

## iii. Simulação por ocultação da verdade

## 5. Consequências

CC, art. 167

## a) Simulação absoluta

Negócio jurídico **nulo** (nulidade absoluta)

## i. Negócio simulado

Negócio jurídico **nulo** (nulidade absoluta)

## b) Simulação relativa

## ii. Negócio dissimulado

Subsistirá (será mantido) se for válido

Na forma

Na substância

Na simulação relativa, o negócio **simulado** (aparente) é **nulo**, mas o **dissimulado** será **válido** se não ofender a lei nem causar prejuízos a terceiros



Obs.: A nulidade do ato simulado não pode prejudicar terceiros de boa fé que tenham negociado com um dos simuladores (CC, art. 167, § 2º)

# FRAUDE CONTRA CREDORES

## Vício social

Prática maliciosa de atos, pelo devedor **insolvente**, ou por ele **reduzido à insolvência**, que desfalcam seu patrimônio, com o fim de colocá-lo a salvo de uma execução por dívidas, em detrimento dos direitos dos credores

O patrimônio do devedor constitui garantia geral dos credores

A insolvência ocorre quando o valor das dívidas excede o valor dos bens

## 1. Conceito

A fraude contra credores não se confunde com a fraude à execução

**Obs.:**

### Fraude à execução

Ocorre em processo de judicial, quando o devedor atua ilicitamente, alienando ou onerando seu patrimônio, em prejuízo não apenas dos credores, mas também do processo. Caracteriza desrespeito à Justiça

O processo não precisa ser de execução, sendo cabível também nos processos de conhecimento

## 2. Elementos

### a) Objetivo (*eventus damni*)

É o **prejuízo** dos credores decorrente da insolvência

### b) Subjetivo (*consilium fraudis*)

É o **conluio fraudulento** (má-fé)

Presume-se a má-fé do adquirente quando a insolvência for **notória**, ou houver **motivo para ser conhecida** do outro contratante (**CC, art. 159**)

### Credor quirografário

**chiro** – mão; **grafo** - grafia - escrito

Escrito à mão, assinado

É o credor que tem seu crédito decorrente de título ou documento escrito

**Não** possui **garantia especial**. Tem como única garantia o **patrimônio** do devedor

**Obs.:**

### Credor privilegiado

É aquele que possui uma **garantia especial**

### a) Atos de transmissão gratuita de bens e a remissão de dívida

Se praticados por devedor insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, poderão ser anulados pelos credores quirografários (**CC, art. 158**)

**Não** há necessidade de se comprovar o **conluio fraudulento**, pois é **presumido** nos atos de transmissão gratuita

### b) Atos de transmissão onerosa

Requisitos para **anulabilidade** do negócio jurídico

**CC, art. 159**

i. Insolvência (*eventus damni*)

ii. Conhecimento da situação pelo adquirente (*consilium fraudis*)

Pode ser

**Real**

Insolvência é **notória** (ex.: devedor tem títulos protestados); ou

**Presumível**

Houver **motivos** para **ser conhecida** (ex.: preço vil ou parentesco próximo)

Se o adquirente ignorar a insolvência do alienante ou não tiver motivos para conhecê-la (adquirente de **boa-fé**)

Negócio jurídico será **válido**

### c) Pagamento antecipado de dívida

Dívida **vencida**

Caso **não** tenha sido instaurado o **concurso de credores**, o pagamento é normal e **válido**

Dívida **não vencida** (**CC, art. 162**)

Credor beneficiário ficará obrigado a **repor**, em proveito do acervo, o que recebeu, instaurado o **concurso de credores**

### d) Concessão fraudulenta de garantias

Presumem-se fraudulentárias dos direitos de outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor (**CC, art. 163**)

Trata das garantias reais (penhor, anticrese, hipoteca)

Anula-se a garantia retornando o credor à condição de quirografário

**Obs.:** Serão válidos os negócios ordinários indispensáveis

À manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial

À subsistência do devedor e de sua família

**CC, art. 164**

A anulação do ato praticado em fraude contra credores ocorre

por meio de uma **ação revocatória**, denominada **ação pauliana**

### a) Natureza jurídica

A ação pauliana tem **natureza desconstitutiva** do ato impugnado. A fraude contra credores acarreta a **anulabilidade** do negócio jurídico (**CC, art. 165**)

O Código Civil **não** adotou a tese de se tratar de **ação declaratória da ineficácia** do ato

### b) Legitimidade ativa

Podem ajuizar a ação

**CC, art. 158**

Credores quirografários preexistentes

São os credores que já o eram ao tempo da alienação fraudulenta

Credores privilegiados, cuja garantia se tornar insuficiente

### c) Legitimidade passiva

Figuram no polo passivo

Devedor insolvente

Pessoa com que o devedor celebrou o ato (adquirente)

Terceiro adquirente de má-fé, se o bem alienado já houver sido transmitido a outrem

## Fraude contra Credores

## 2. Negócios jurídicos passíveis de fraude

## 3. Ação Pauliana



# INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

Nulidade é sanção imposta pela norma jurídica, que determina a privação dos **efeitos jurídicos** do negócio que descumprir os **pressuposto de validade** por ela prescritos

- A **nulidade** pode ser
- i. **Absoluta**
    - Negócio **nulo**
    - Trata de vício mais grave, decorrente de ofensa a preceitos de **ordem pública**
  - ii. **Relativa**
    - Negócio **anulável**
    - Trata de vício menos grave, decorrente de violação de **interesses privados**

## 1. Introdução

- Se existe uma declaração de vontade, mas que não traduz a verdadeira intenção do agente ou que persiga resultado contrário às prescrições legais, haverá negócio jurídico, apesar de **defeituoso**
- Caso haja ausência de vontade, como no caso da coação física, o negócio jurídico não chega a se formar e, portanto, **inexiste**, por faltar-lhe elemento constitutivo essencial
- Obs.: Nesse sentido, Caio Mário aponta as três categorias de atos **inválidos**, relacionadas à
- i. Inexistência (negócio jurídico inexistente)
  - ii. Nulidade **relativa** (negócio jurídico **anulável**)
  - iii. Nulidade **absoluta** (negócio jurídico **nulo**)

## 2. Negócio jurídico inexistente

Ocorre quando o negócio não se constituiu juridicamente, por faltar elemento **essencial** a sua **formação**

A **declaração de inexistência** terá as mesmas consequências da declaração de nulidade

## 3. Nulidade relativa (anulabilidade)

### a) Hipóteses legais

- É **ANULÁVEL** o negócio jurídico quando (**CC, art. 171**)
- i. O agente for **relativamente** incapaz
  - ii. Houver vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores
  - iii. For expressamente **declarado em lei**

### b) Características

- i. Pode ser suprida pelo juiz, a requerimento das partes
- ii. Pode ser sanada, expressa ou tacitamente, pela confirmação, salvo direito de terceiro (**CC, art. 172**)
- Quando resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente (**CC, art. 176**)
- iii. **Não** pode ser pronunciada de **ofício**, senão a pedido dos legítimos interessados. Não tem efeito antes de julgada por sentença. Os seus efeitos aproveitam apenas aos que alegaram, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade (**CC, art. 177**)
- iv. Negócio anulável produz efeitos até que seja decretada a sua invalidade
- Sentença produz efeitos *ex nunc* (natureza desconstitutiva)

## Invalidade do Negócio Jurídico

## 4. Nulidade absoluta

### a) Hipóteses legais

arts. 166/167

Será **NULO** o negócio jurídico quando

- i. Agente for **absolutamente** incapaz
  - ii. O objeto for **ilícito**, **impossível** ou **indeterminável**
  - iii. Não observar
    - Forma prescrita em lei
    - Solenidade que a lei considere essencial
  - iv. O motivo determinante, comum as partes, for **ilícito**
  - v. Tiver por objetivo **fraudar lei** imperativa
  - vi. A lei taxativamente o declarar nulo (**nulidade textual**), ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção
  - vii. Tiver havido **simulação**
- Condição subjetiva
- Condição objetiva
- Condição formal
- Poderá subsistir o que se dissimulou, se válido na substância e na forma

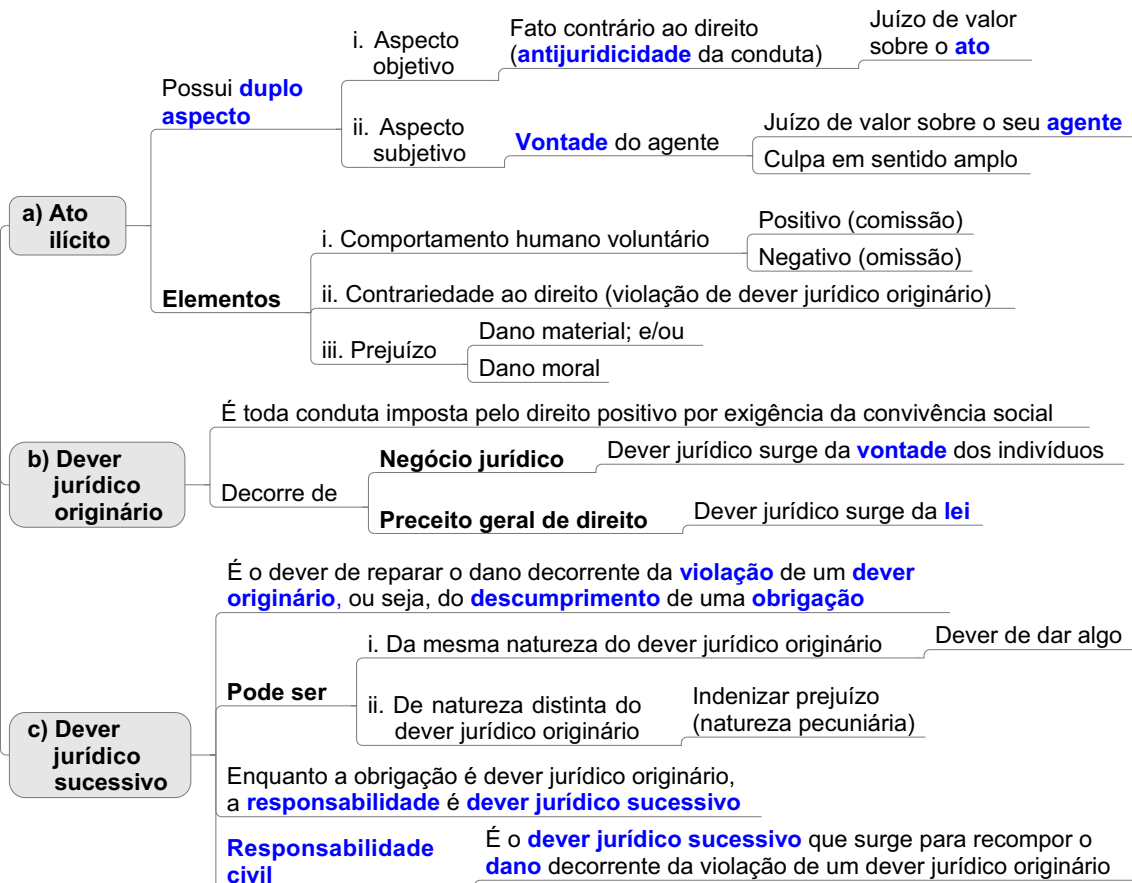
### b) Características

- i. **Não** pode ser **sanada** pela confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo (**CC, art. 169**)
- Conversão substancial** (**CC, art. 170**)
  - Caso o negócio jurídico nulo contenha os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade
  - Ex.: Constituição de hipoteca, ineficaz por ausência de autorização da mulher, poderá ser aproveitada como confissão da obrigação, não prevalecendo como ônus real, mas subsistindo como reconhecimento do débito
- ii. **Não** pode ser **suprida** pelo **juiz**
- iii. Deve ser **declarada de ofício** pelo juiz (**CC, art. 168**)
- iv. Pode ser alegada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público (**CC, art. 168**)
- v. Negócio nulo não produz efeitos
- Decreto judicial de nulidade produz efeitos *ex tunc* (natureza declaratória)

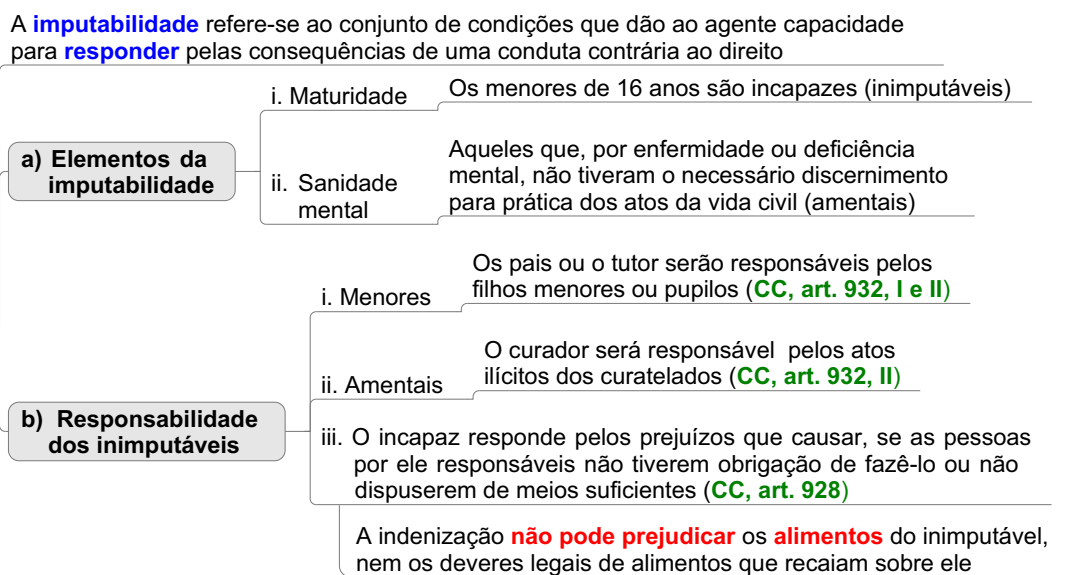
# ATOS ILÍCITOS

## Atos ilícitos

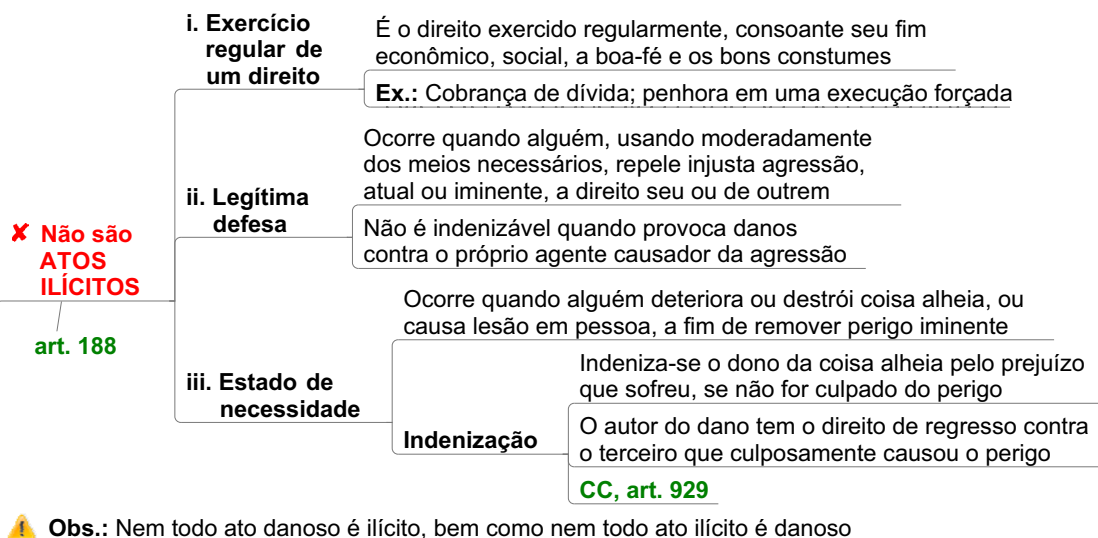
### 1. Noções gerais



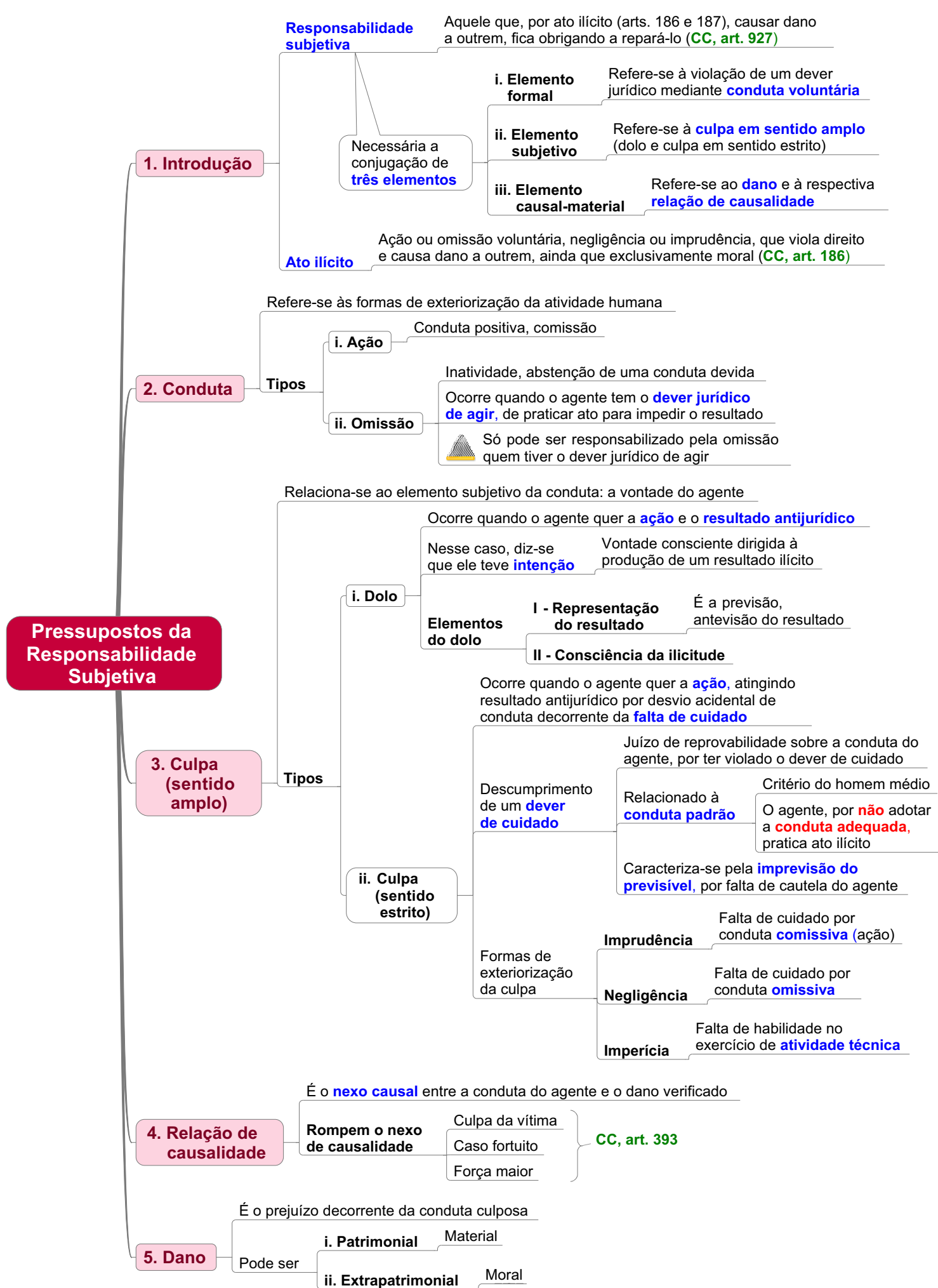
### 2. Imputabilidade



### 3. Exclusão de ilicitude



# PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA



# PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA - NOÇÕES GERAIS

Por preservação da **estabilidade social** e da **segurança jurídica**, o direito limita no tempo a exigibilidade e o exercício de determinados direitos

O direito não socorre aos que dormem

## 1. Introdução

Efeito do **TEMPO** nas relações jurídicas

### i. Aquisição de direitos

Prescrição aquisitiva (usucapião)

Aquisição do direito real pelo decurso do tempo

Elementos essenciais

Tempo

Posse

### ii. Extinção de pretensão jurídica

Prescrição extintiva

Elementos essenciais

Tempo

Inércia do titular

### iii. Perecimento do direito potestativo

Decadência

Elementos essenciais

Tempo

Inércia do titular

É a perda do direito da **pretensão**, pela inércia do seu titular

A prescrição **não** atinge o **direito de ação**, mas sim a **pretensão** que surge do direito material violado

### Direito de ação

É o direito de pedir ao Estado um provimento jurisdicional que ponha fim ao litígio

Trata-se de direito público, abstrato, de natureza essencialmente **processual** e **indisponível**

### Pretensão

É o poder de exigir de outrem coercitivamente o cumprimento de um dever jurídico

É o poder que o credor da prestação tem de exigir, judicialmente, que o devedor cumpra a prestação assumida

Afeta **direitos SUBJETIVOS** patrimoniais e disponíveis

A prescrição

✗ **Não afeta** direitos **sem** conteúdo **patrimonial**

Direitos personalíssimos

Direitos de estado

Direitos de família

Irrenunciáveis e indisponíveis

**Fundamento da prescrição**

Interesse de ordem pública referente a não perturbação de situações contrárias, constituídas através do tempo

É a perda do **direito POTESTATIVO** (direito material), em razão do seu não exercício em um prazo predeterminado

A decadência

Afeta **direitos POTESTATIVOS**

Conferem ao titular, por ato unilateral, o poder de influir ou determinar mudanças na esfera jurídica de outrem

São direitos insuscetíveis de violação, pois a eles **não** corresponde qualquer **prestação**

**Ex.:** Despedida sem justa causa de empregado

O direito é irrenunciável

**Fundamento da decadência**

Não ter o sujeito utilizado um poder de ação, dentro dos limites temporais estabelecidos à sua utilização

A decadência pode ser arguida em qualquer estado da causa e em qualquer instância

O Juiz pode decretá-la de ofício (independentemente de provocação - *ex officio*)

## Prescrição e Decadência

## 3. Decadência



**Não confundir** prescrição e decadência com

### Preclusão

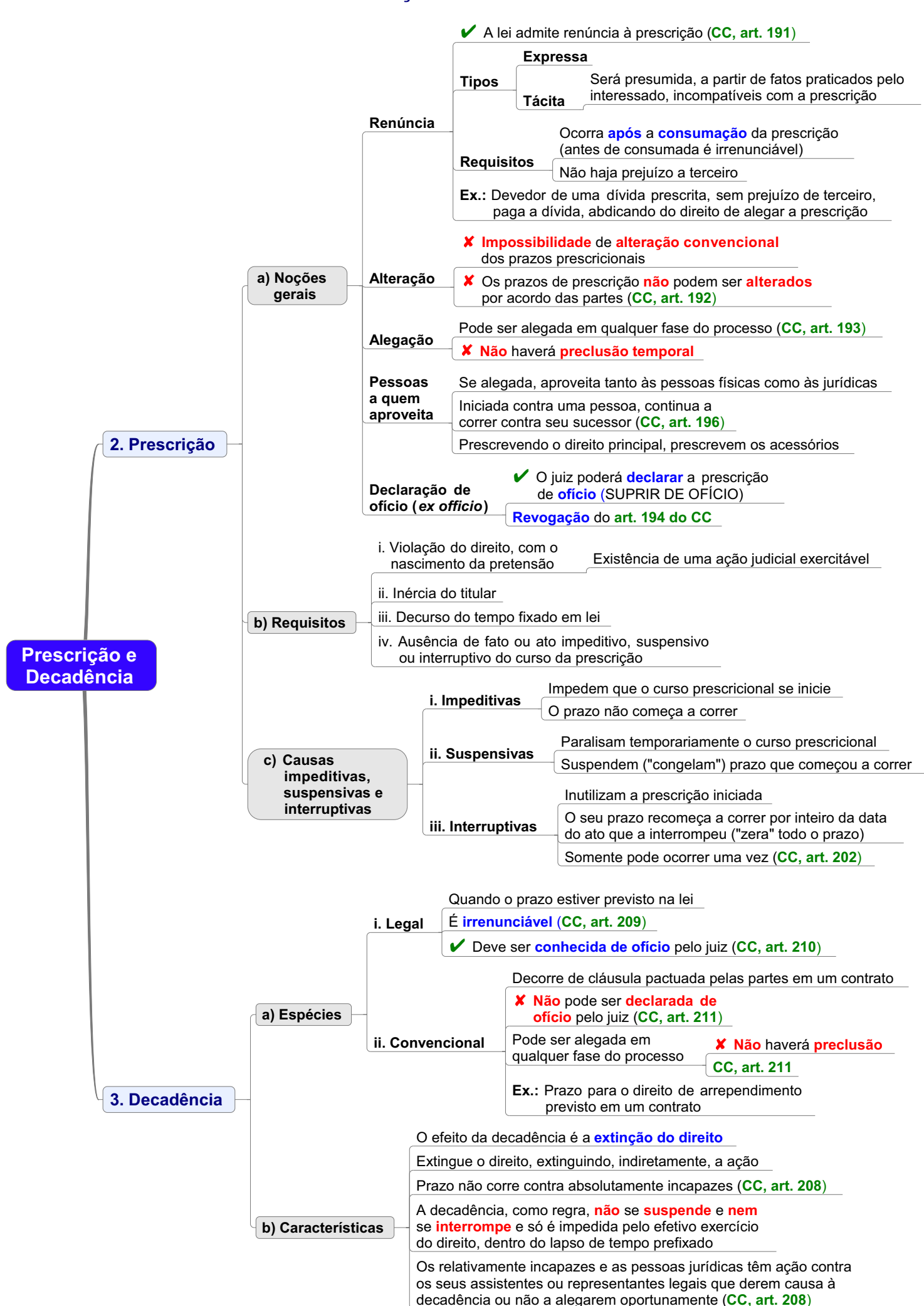
Perda do direito de agir nos autos de um processo, pelo ato não ter sido exercido em momento oportuno

Referente a direito processual

### Perempção

Extinção do processo, sem julgamento de mérito, como sanção pelo não cumprimento de diligências que cabiam ao autor

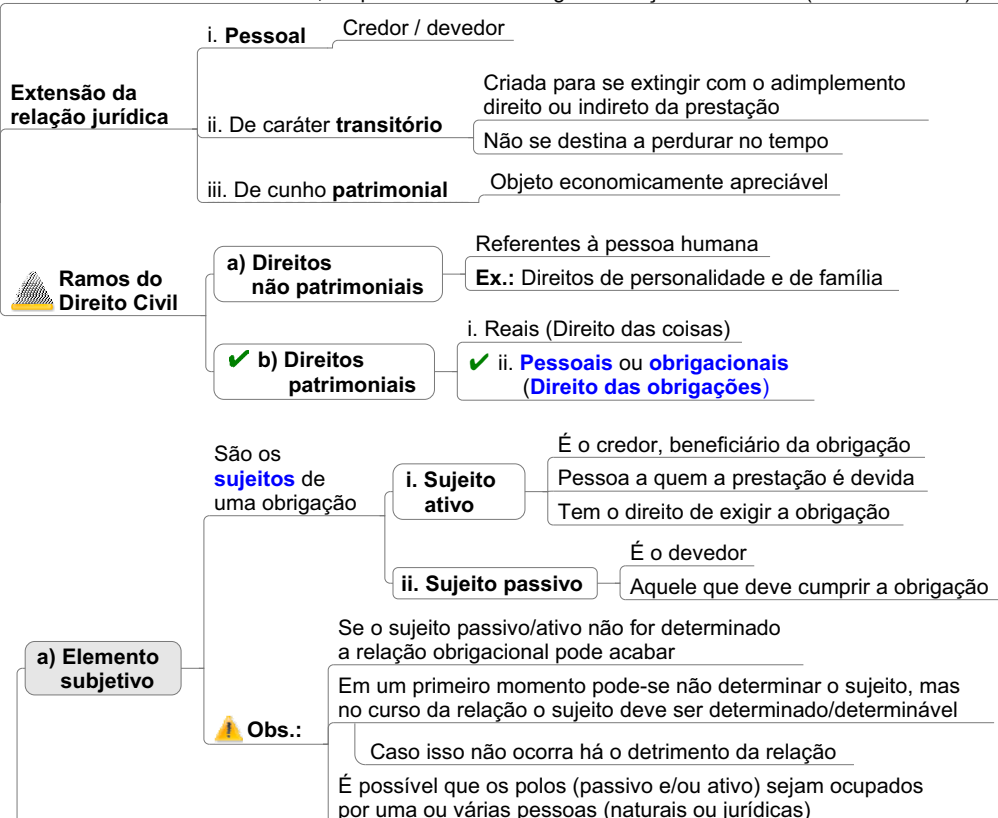
# PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA II



# DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

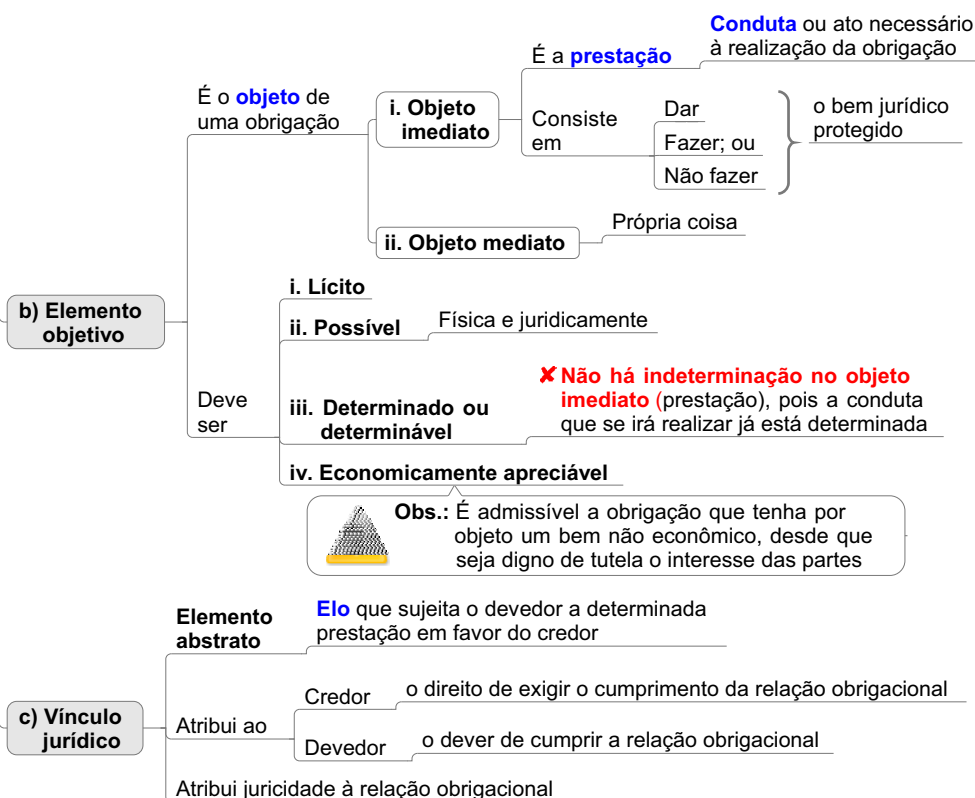
Obrigação é a relação **transitória** de direito, que constrange a **dar, fazer** ou **não fazer** alguma coisa **economicamente** apreciável, em proveito de alguém que, por ato próprio ou de alguém juridicamente relacionado ou em virtude de lei, adquiriu o direito de exigir essa ação ou omissão (Orlando Gomes)

## 1. Introdução

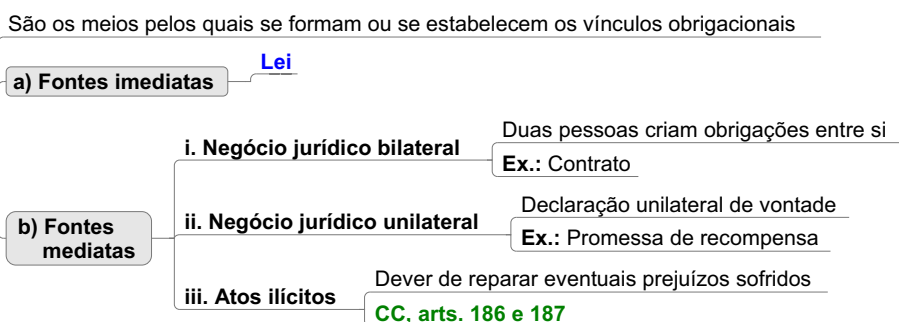


## Direito das Obrigações

## 2. Elementos constitutivos



## 3. Fontes das obrigações

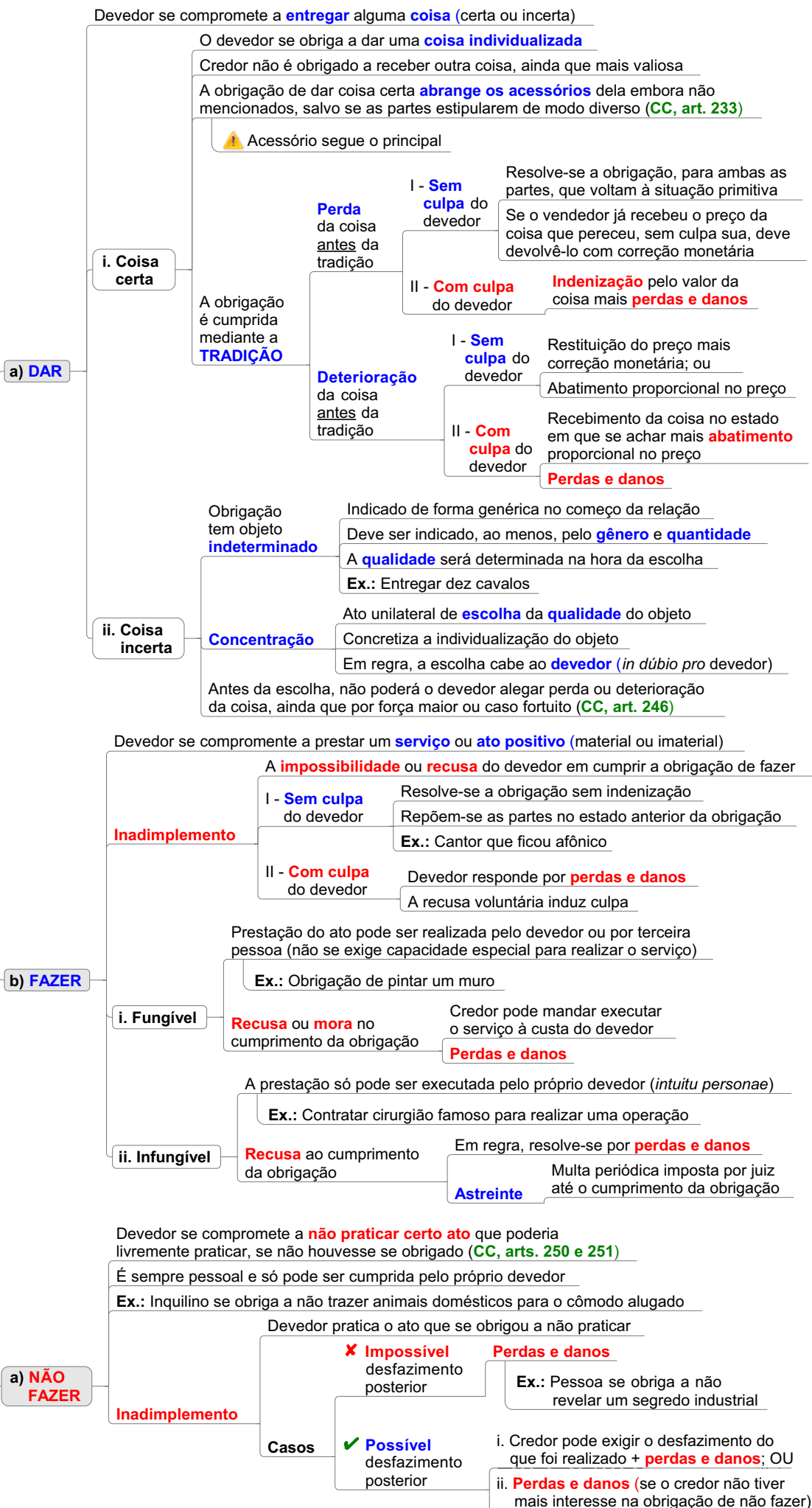




# CLASSIFICAÇÃO BÁSICA DAS OBRIGAÇÕES

## 1. POSITIVAS

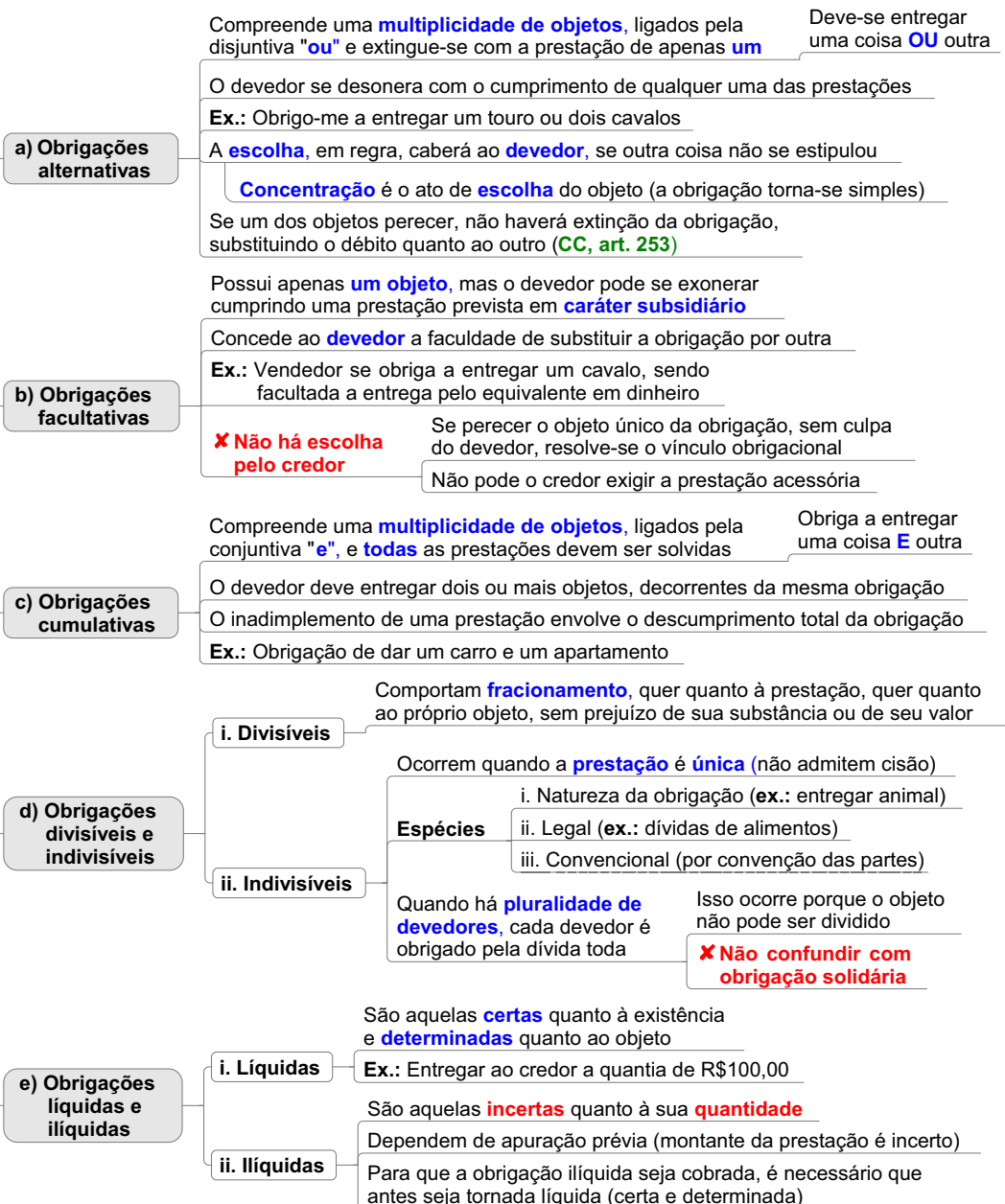
### Classificação Básica das Obrigações



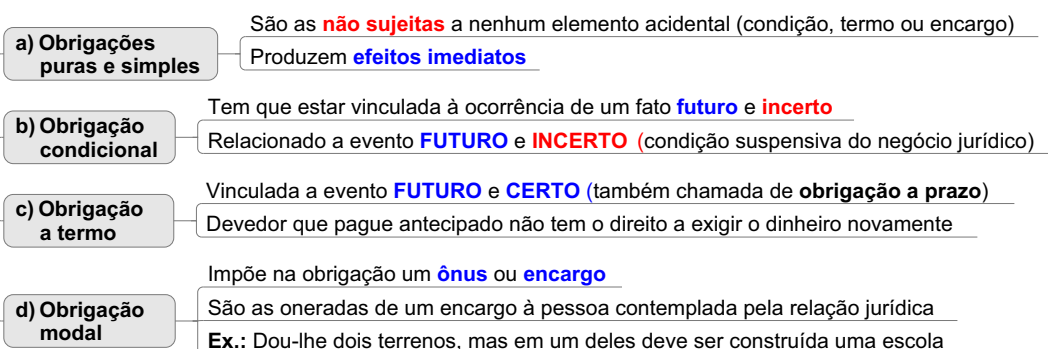
# CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES I

## Classificação Especial das Obrigações

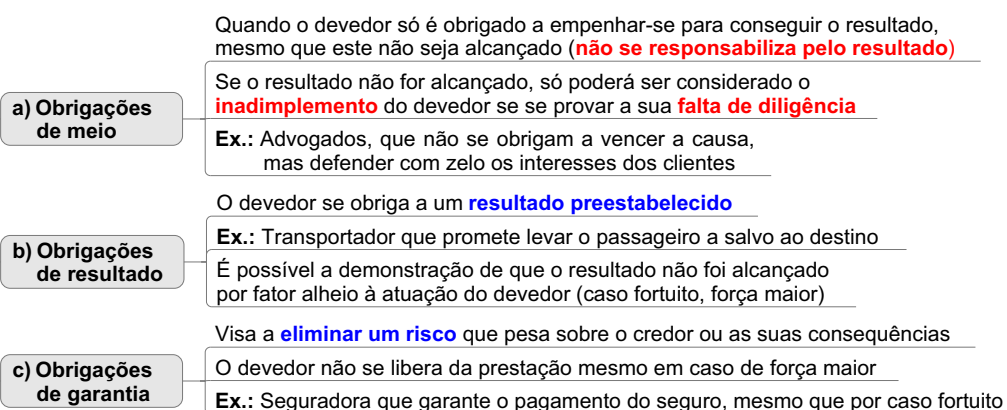
### 1. Quanto ao elemento objetivo



### 2. Quanto ao elemento accidental



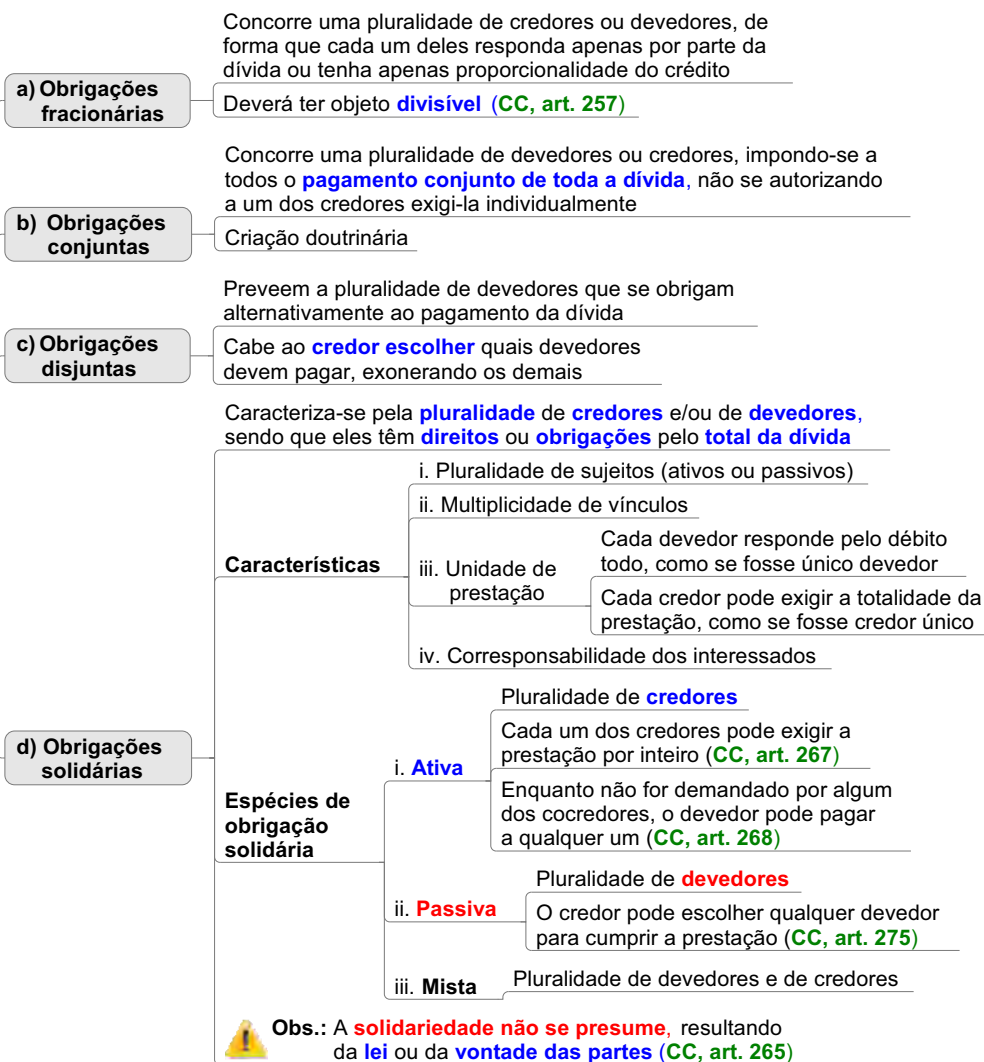
### 3. Quanto ao conteúdo



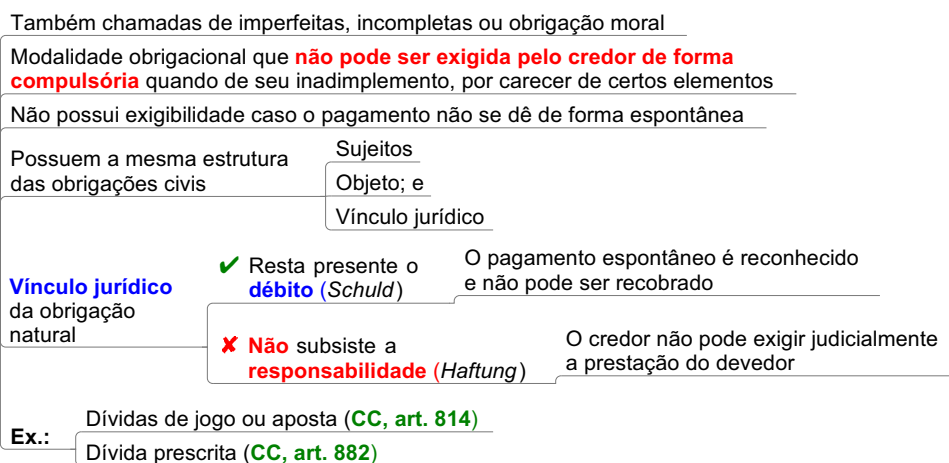
# CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES II

## Classificação Especial das Obrigações

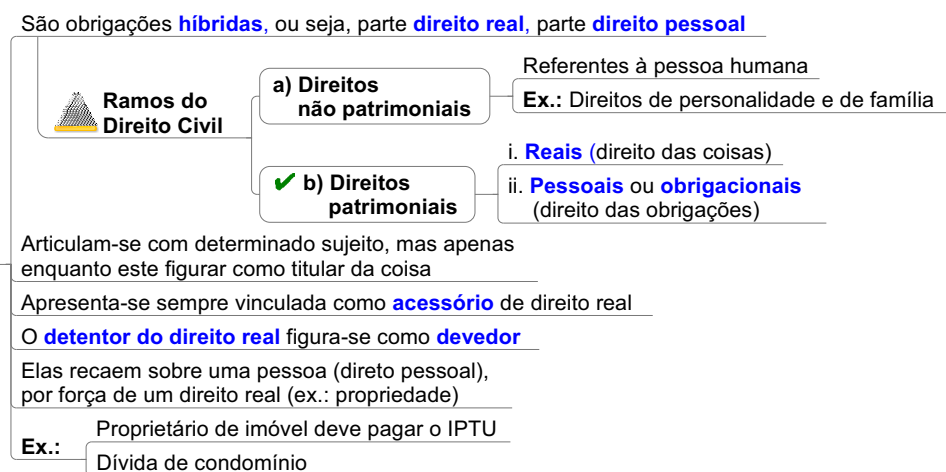
### 4. Quanto ao elemento subjetivo



### 5. Obrigações naturais

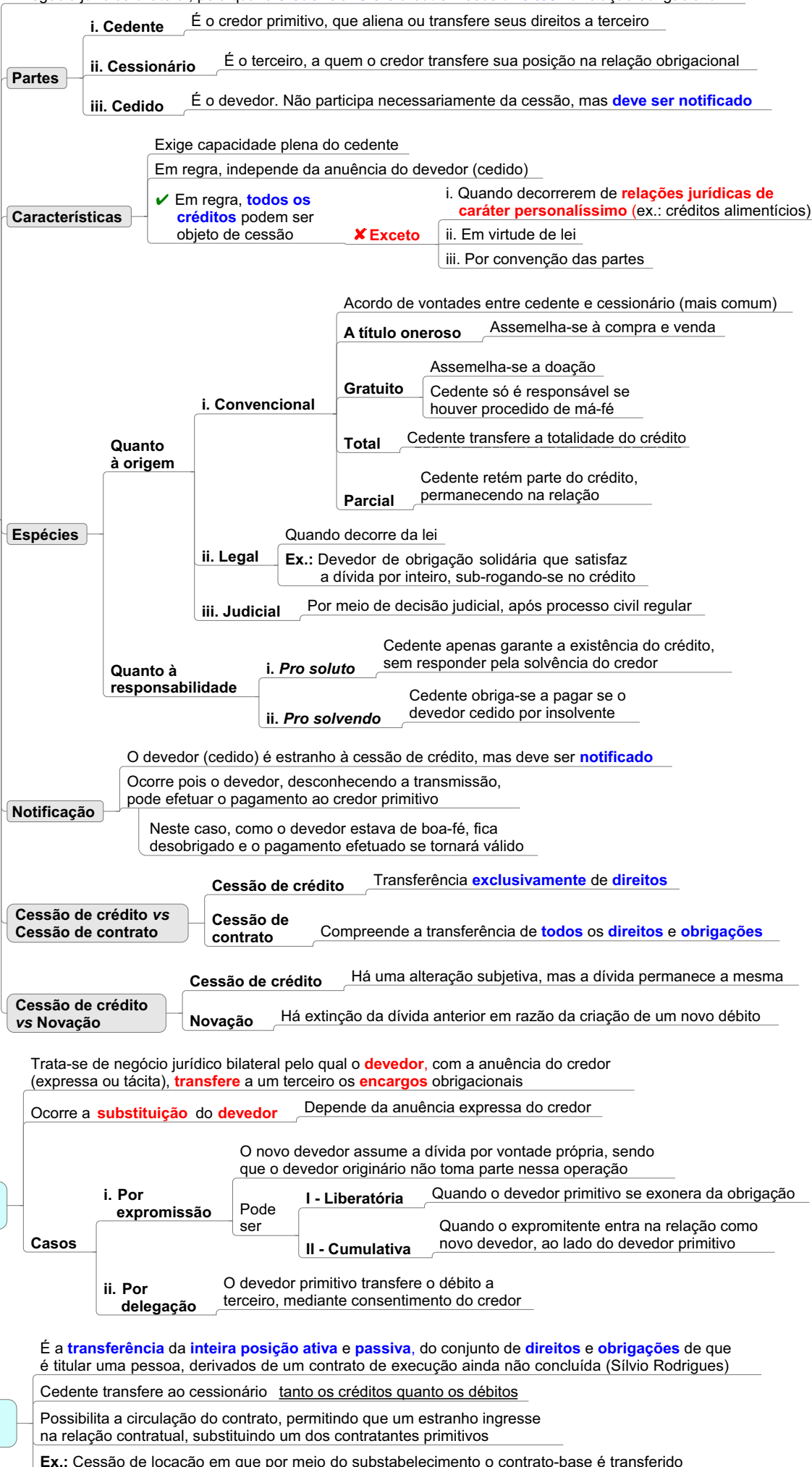


### 6. Obrigações "propter rem"



# TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

É negócio jurídico bilateral, pelo qual o **credor transfere** a outrem seus **direitos** na relação obrigacional



# DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES - PAGAMENTO DIRETO

## Pagamento Direto

### 1. Noções gerais

- O **pagamento** é a forma **direta** de **adimplemento** das obrigações
- O **pagamento** libera o sujeito passivo da obrigação (extingue a obrigação)
- Execução voluntária de **qualquer espécie de obrigação** (não somente dinheiro !)
- Pode haver a extinção da obrigação sem pagamento **Ex.:** Prescrição, remissão

### 2. Partes

- É o **devedor** (pessoa que deve pagar)
    - i. **Interessado** na extinção da dívida
        - Sub-roga-se** nos direitos do credor primitivo
        - Ex.:** Fiador, avalista
      - ii. Terceiro **não interessado**
        - Se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste **✗ Não tem direito a reembolso**
        - Se paga em nome próprio, **tem direito a reembolso** pelo devedor, mas **não se sub-roga** nos direitos do credor
        - O credor não pode recusar o pagamento de terceiro, salvo cláusula contrária ou nas obrigações *intuitu personae*
  - Além do devedor, podem efetuar o pagamento
- a) **Solvens**
- É o **credor** (pessoa a quem se deve pagar)
  - O pagamento deve ser feito ao
    - i. Credor
    - ii. Representantes do credor
    - iii. Sucessores do credor
  - b) **Accipiens**
  - ✗ O pagamento **não valerá** se for feito a
      - i. Credor **incapaz** de quitar **Ex.:** Credor absolutamente incapaz
      - ii. Credor **impedido** legalmente de receber **Ex.:** Crédito penhorado
    - ✓ Exceção: Pagamento feito de boa-fé ao **credor putativo é válido**
    - Credor putativo:** quem aparentava ser credor, mas não o era

### 3. Objeto e prova do pagamento

- O **objeto** do pagamento é a **prestação**
- O credor não é obrigado a aceitar pagamento parcial
- a) **Princípio do nominalismo**
    - O pagamento em **dinheiro** deve ser feito em **moeda corrente** e pelo **valor nominal**
    - São **nulas** as convenções de pagamento em **ouro** ou em **moeda estrangeira**
  - b) **Princípio da justiça contratual**
    - Intervenção judicial para correção do valor do pagamento
    - Ocorre quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução
  - c) **Quitação**
    - É a **prova** do pagamento
    - Documento pelo qual o credor reconhece que recebeu o pagamento e exonera o devedor da obrigação
    - Devedor tem o direito de exigir do credor a **quitação**
    - A quitação da última prestação ou quota periódica faz presumir a quitação das anteriores, salvo prova em contrário (**CC, art. 322**)

### 4. Lugar do pagamento

- a) **Quérable ou quesível**
    - Quando o pagamento se faz no domicílio do **devedor**
    - Quando não houver nada estipulado, há uma presunção de que o pagamento é **quesível** (é a regra geral)
    - Quérable** → **devedor**
  - b) **Portable ou portátil**
    - Quando se estipula expressamente que o local do cumprimento da obrigação é o domicílio do **credor**
    - Portable** → **credor**
  - c) **Bens imóveis**
    - Pagamento há de ser feito no lugar onde estiver situado o bem

### 5. Tempo do pagamento

- a) **Vencimento**
    - Momento a partir do qual se verifica a exigibilidade da obrigação
  - b) **Hipóteses de antecipação do vencimento da dívida**
    - i. Em caso de falência do devedor ou concurso de credores
    - ii. Se os bens dados em garantia real forem penhorados em execução por outro credor
    - iii. Cessarem ou tornarem-se insuficientes as garantias reais ou fidejussórias e o devedor se negue a reforçá-las
  - Obs.:
      - i. Garantia real **Penhor, hipoteca e anticrese**
      - ii. Garantia fidejussória **É o mesmo que garantia pessoal (fiança e aval)**



# ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES - PAGAMENTOS ESPECIAIS I

## Formas Especiais de Pagamento

### 1. Pagamento em consignação

CC, arts. 334/345

#### a) Conceito

Consiste no **depósito**, pelo devedor, da coisa devida, com o objetivo de liberar-se da obrigação (meio **indireto** de pagamento)

A consignação **libera o devedor** do vínculo obrigacional, isentando-o do risco e de eventual obrigação de pagar os juros

#### b) Objeto da consignação

✓ Limitada às obrigações de **DAR** (bens móveis ou imóveis)

Na **consignação** de **dinheiro**, pode o devedor optar pelo

i. Depósito extrajudicial; ou

ii. Ajuizamento de ação de consignação em pagamento

✗ Não cabe a consignação

i. Nas obrigações de **fazer**

ii. Nas obrigações de **não fazer**

#### c) Hipóteses que autorizam a consignação (CC, art. 335)

Rol **não taxativo**

##### i. Mora do credor

I - Se o **credor** não puder, ou, sem justa causa, se **recusar** a receber o **pagamento**, ou dar quitação na devida forma

II - Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condições devidas

##### ii. Situações inerentes à pessoa do credor

I - Se o **credor** for **incapaz** de receber, for **desconhecido**, estiver declarado **ausente**, ou residir em lugar incerto, ou de acesso perigoso ou difícil

II - Se ocorrer **dúvida** sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento

III - Se pender **litígio** sobre o objeto do pagamento

IV - Se houver concurso de preferência aberto contra o credor

### 2. Pagamento com sub-rogação

**Sub-rogação** é a **substituição** de uma pessoa ou de coisa por outra em uma relação jurídica

#### a) Conceito

CC, arts. 346/351

#### b) Espécies

##### i. Pessoal

Ocorre a transferência dos direitos do credor originário a terceiro que solver a dívida

Modifica-se a **titularidade** do crédito

##### ii. Real

Substituição da **coisa** por outra com os mesmos ônus e atributos da primeira

##### i. Legal (CC, art. 346)

I - **Credor** que paga a dívida do devedor comum

II - **Adquirente** do imóvel hipotecado, que paga ao credor hipotecário

III - **Terceiro interessado**, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte

##### ii. Convencional (CC, art. 347)

I - O credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos

II - Terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante subrogado nos direitos do credor satisfeito

#### c) Efeitos da sub-rogação

##### i. Liberatório

Efetivado o pagamento por terceiro, o credor ficará satisfeito e não mais poderá reclamar a obrigação

Exonera o devedor ante o credor originário

No entanto, como o devedor não pagou a obrigação, continuará obrigado ante o terceiro

Não se tem a extinção da obrigação, mas substituição do sujeito ativo

##### ii. Translativo

Transferência ao novo credor de todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo (CC, art. 349)

Ex.: Avalista que paga uma dívida pela qual se obrigou, sub-roga-se nos direitos do credor

#### d) Sub-rogação parcial

Crédito fica dividido em duas partes

i. Parte **não paga** Continua a pertencer ao credor primitivo

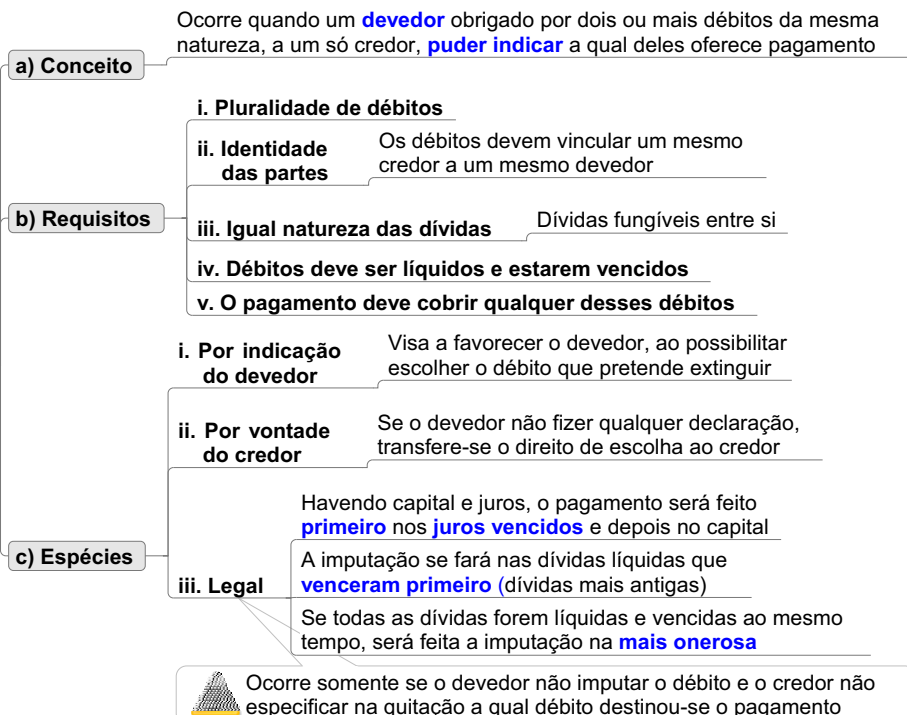
ii. Parte **paga** **Sub-rogada** pelo novo credor, por meio do pagamento

O credor originário, só em parte reembolsado, terá preferência sobre o terceiro sub-rogado para a cobrança do restante do débito (CC, art. 351)

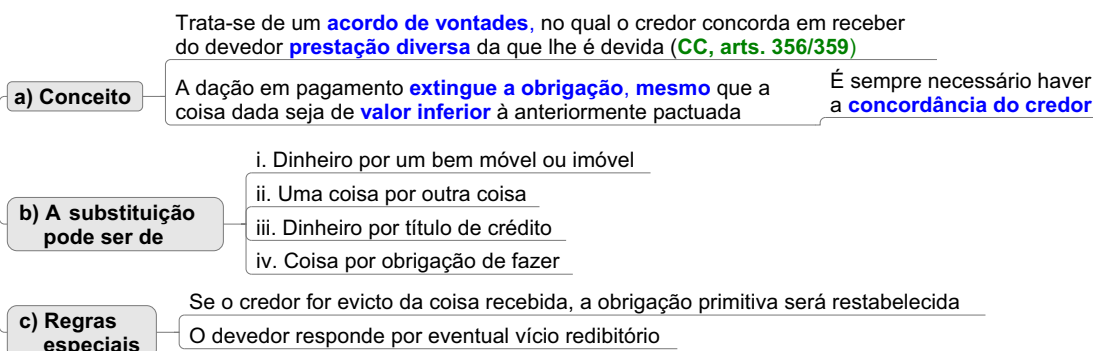


# ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES - PAGAMENTOS ESPECIAIS II

## 3. Imputação ao pagamento

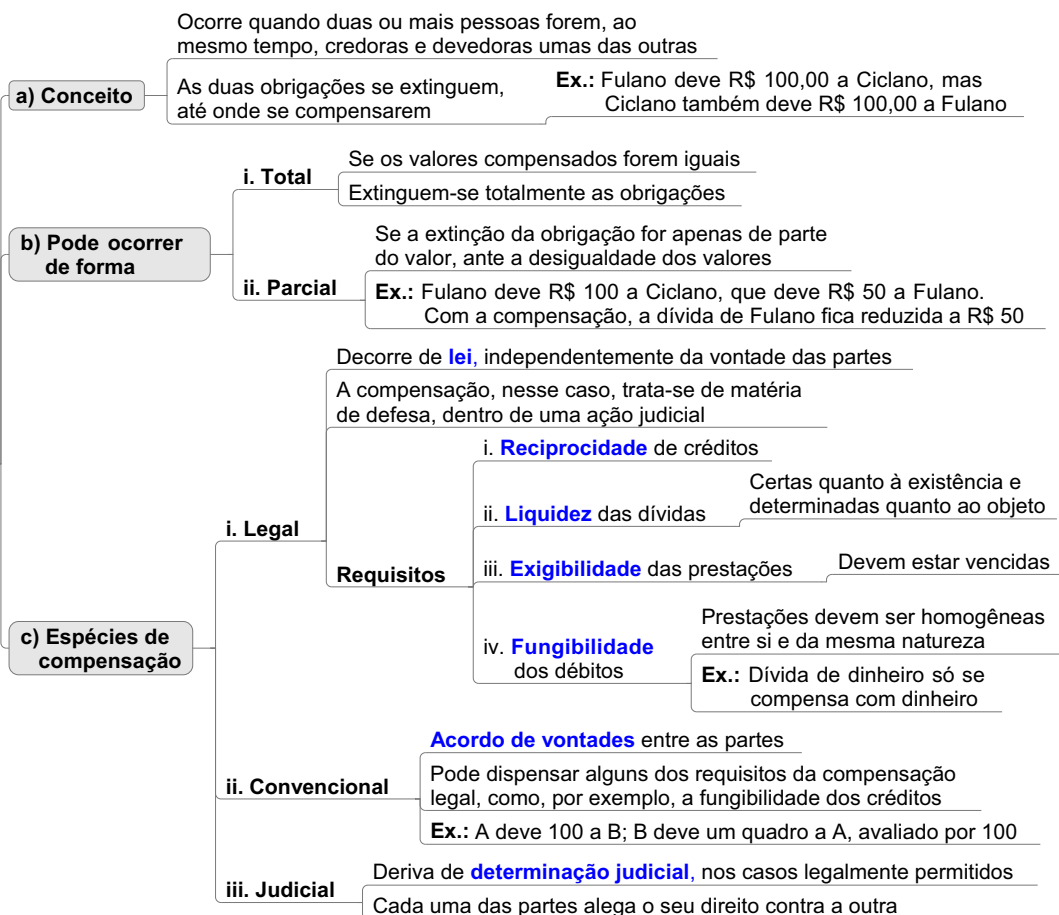


## 4. Dação em pagamento



## Formas Especiais de Pagamento

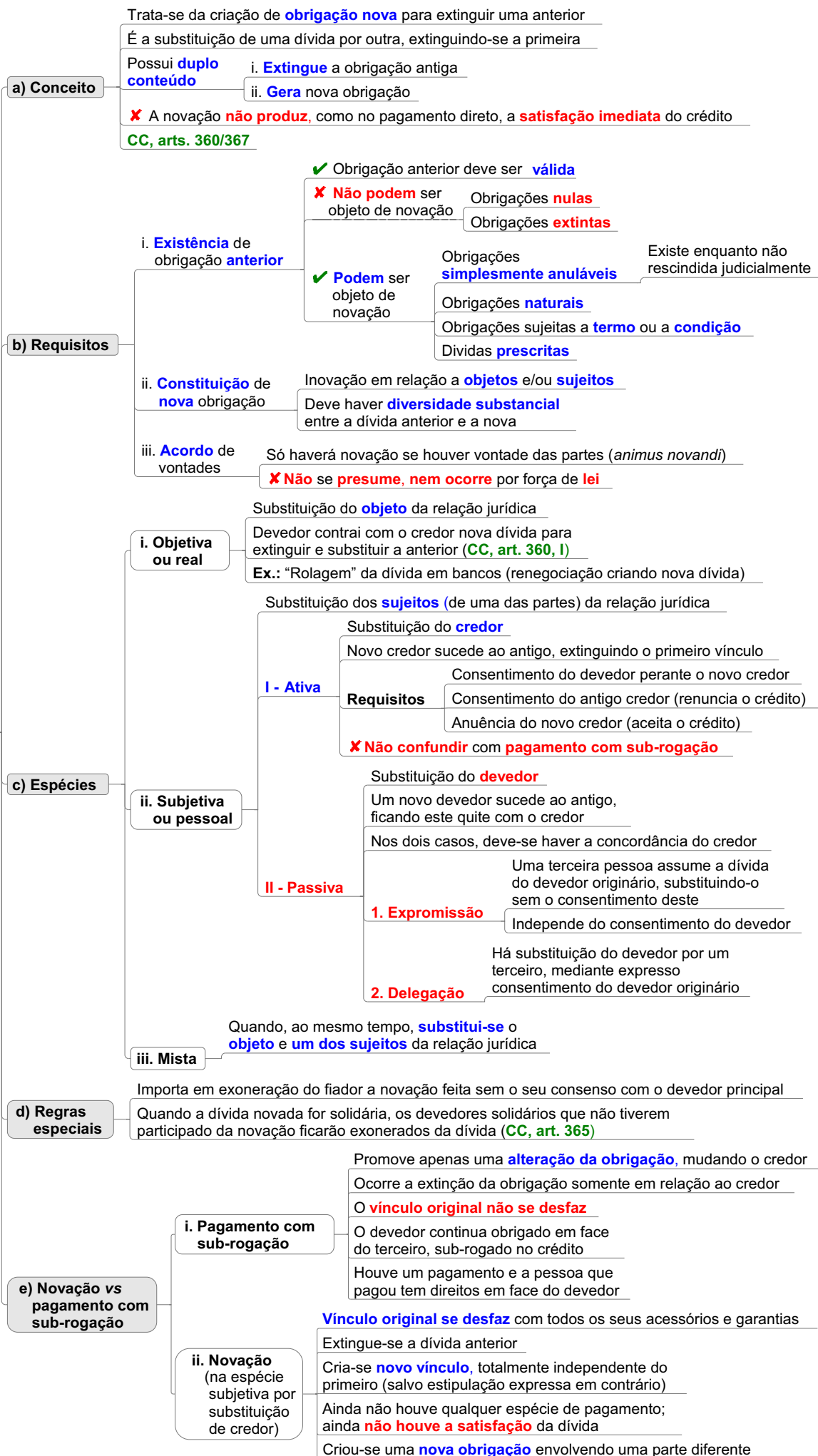
## 6. Compensação



# ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES - PAGAMENTOS ESPECIAIS III

## 6. Novação

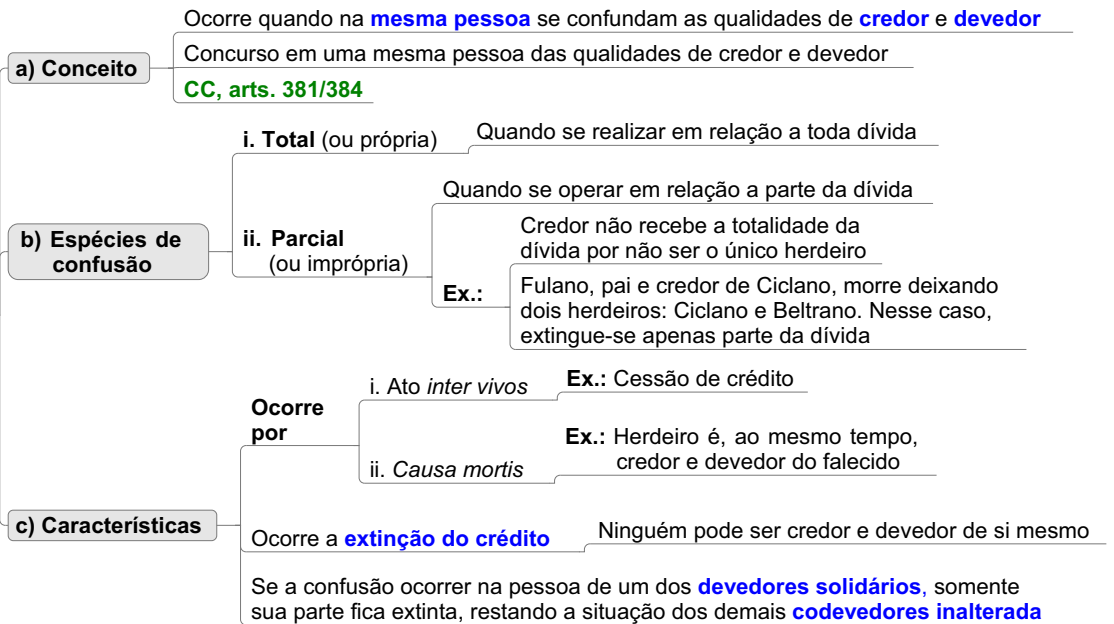
### Formas Especiais de Pagamento



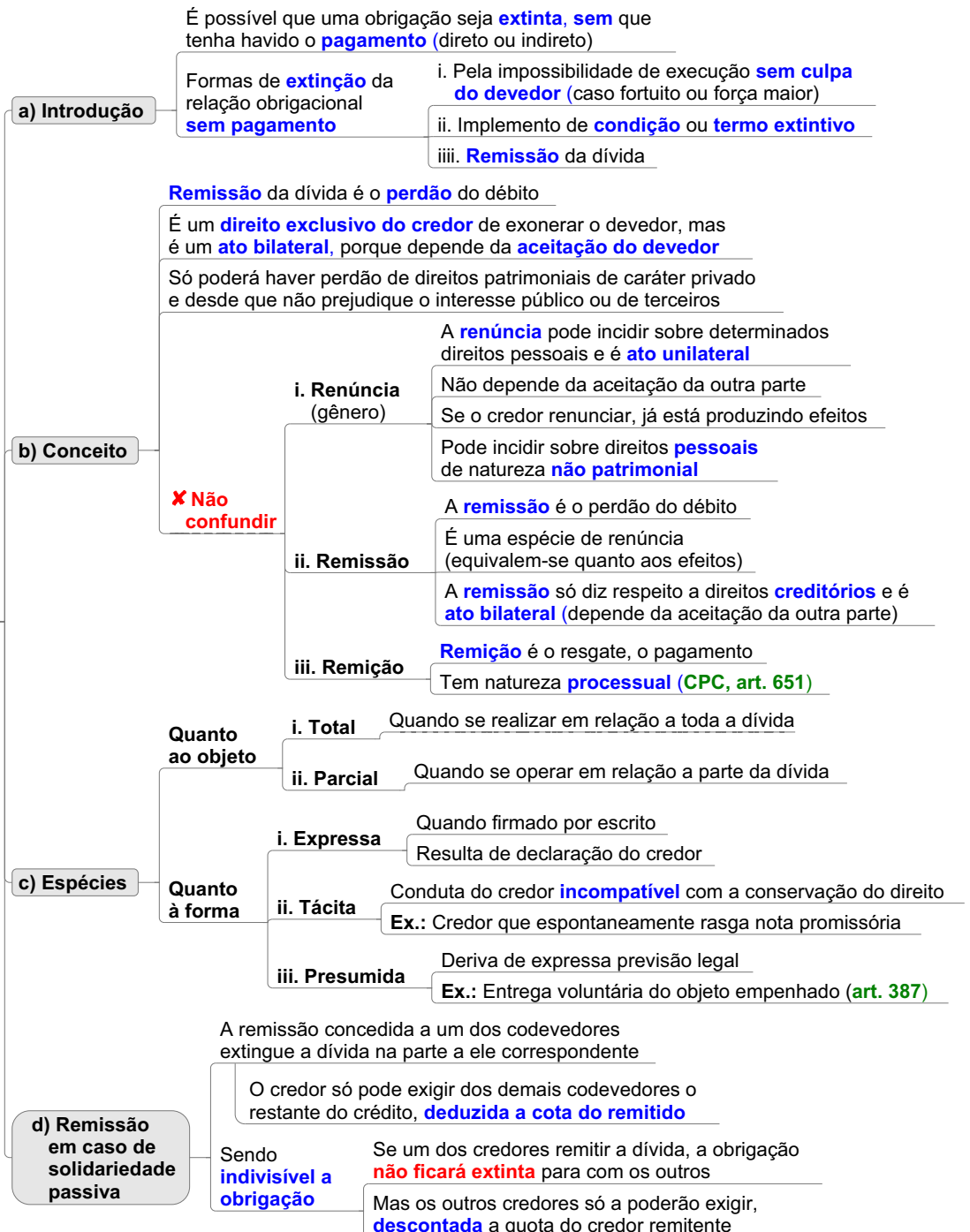
# ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES - PAGAMENTOS ESPECIAIS IV

## Formas Especiais de Pagamento

### 7. Confusão



### 8. Remissão da dívida



# DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I - DISPOSIÇÕES GERAIS

## Inadimplemento das Obrigações

### 1. Introdução

- ✓ Regra geral
  - Princípio do **pacta sunt servanda**
  - As relações obrigacionais devem ser cumpridas conforme as bases de sua formação
- ✗ Exceção
  - O descumprimento, a inexecução, o **inadimplemento da obrigação**
  - O **inadimplemento das obrigações** é a exceção ao princípio *pacta sunt servanda*

### 2. Formas de inadimplemento

- a) Culposo
  - Decorre de um fato **imputável ao devedor** a título de **dolo** ou **culpa**
  - Garante ao credor o direito de pleitear
    - i. O **cumprimento forçado** da obrigação; ou
    - ii. A **indenização** cabível
      - Perdas e danos +
      - Juros e atualização monetária +
      - Honorários advocatícios
- b) Fortuito
  - Inadimplemento decorrente de **fato não imputável** ao devedor
    - i. Por **terceiro** (ex.: terceiro inutiliza a coisa devida)
    - ii. Pelo **credor** (ex.: não posou para o pintor contratado)
    - iii. Pelo próprio **devedor**, embora **sem culpa** (ex.: surgimento de uma incapacidade)
    - iii. Por **caso fortuito** ou **força maior**
  - O **devedor**, em regra, **não responde pelos prejuízos**
    - Exceto quando
      - i. Expressamente se responsabilizou pelo fato
      - ii. Estava em mora por ocasião da verificação do fato; e
      - iii. Se tratar de dar coisa incerta (o gênero não perece - **CC, art. 246**)

### 3. Espécies de inadimplemento

- a) Absoluto
  - Ocorre quando a **obrigação não for cumprida** em tempo, lugar ou forma convencionados, e o **cumprimento tardio** for **inútil** ao credor
  - A possibilidade de cumprimento da obrigação deve ser analisada sob o prisma da **utilidade** para o credor
  - Ex.: Descumprimento da entrega do bolo de casamento antes da festa
  - Responsabilidade patrimonial
    - Pelo inadimplemento das obrigações, respondem todos os bens do devedor (**CC, art. 391**)
    - O patrimônio do devedor que responde por suas obrigações
- b) Relativo ou mora
  - i. Mora do devedor (mora *solvendi* ou *debitoris*)
    - O devedor em mora, além de ser obrigado a cumprir a prestação, ainda responde pelas **perdas e danos** (prejuízos) advindos da mora, mais **juros, atualização monetária e honorários advocatícios** (**CC, art. 389**)
    - Requisitos
      - i. Culpa do devedor
      - ii. Vencimento da dívida
      - iii. Viabilidade do cumprimento tardio da prestação
  - ii. Mora do credor (mora *accipiendi* ou *creditoris*)
    - Ocorre quando o credor, injustificadamente, se recusa a receber o pagamento ou a fornecer a quitação
    - Requisitos
      - i. Existência de dívida líquida e vencida
      - ii. Oferta real da prestação pelo devedor ou terceiro interessado
      - iii. Recusa injustificada do credor em receber o pagamento ou fornecer a quitação
      - iv. Ajuizamento da ação de consignação em pagamento

## DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II - MORA

Mora é o **inadimplemento relativo**, consubstanciado pelo **retardamento** ou **imperfeito** cumprimento da obrigação

## 1. Introdução

## Espécies de inadimplemento das obrigações

## i. Absoluto ou definitivo

Quando o cumprimento se torna impossível ou houve a perda do interesse, já que se tornou **inútil ao credor**

## ✓ ii. Relativo ou mora

Quando ainda é **possível** e **útil** a realização da prestação  
✓ Neste caso estamos diante da **mora**

Considera-se em **mora (CC, art. 394)**

- i. O **devedor** que **não efetuar o pagamento**
- ii. O **credor** que **não quis recebê-lo**

no tempo, lugar e forma convencionados

Também denominada **mora debitoris** ou **mora do devedor**

É o atraso ou imperfeito cumprimento da obrigação, por **ato culposo** do **devedor**

## Espécies

a) **Mora solvendi**i. **Mora ex re**

Se decorrer de fato previsto em lei ou em contrato

## Obrigações positivas (dar ou fazer)

O não cumprimento de obrigação positiva no dia do vencimento constitui em mora o devedor

**Ex.:** O atraso do pagamento no dia convencionado de aluguel coloca o devedor automaticamente em mora

## Obrigações provenientes de ato ilícito

Considera-se o devedor em mora, no momento em que o ato ilícito foi praticado

## Obrigações negativas (não fazer)

Considera-se o devedor em mora, no dia em que este executar o ato do qual deveria se abster

ii. **Mora ex persona**

Se não houver estipulação de uma data certa para a execução da obrigação, a mora depende de providência (ex.: interpelação, notificação) do credor

Não havendo um prazo determinado é necessária uma interpelação (judicial ou extrajudicial)

**Ex.:** No comodato sem prazo de duração, a mora do comodatário somente se configurará depois de notificado pelo comodante, com o prazo de 30 dias

## Efeitos da mora solvendi

- i. Responsabilização por todos os prejuízos causados ao credor, podendo incluir **(CC, art. 395)**
- ii. Perpetuação da obrigação **(CC, art. 399)**

- I - Juros moratórios
- II - Atualização monetária
- III - Honorários advocatícios
- IV - Cláusula penal
- V - Reparação de qualquer outro prejuízo que houve sofrido

Também denominada **mora creditoris** ou **mora do credor**

Ocorre com a **injusta recusa de aceitar o adimplemento** (cumprimento) da obrigação no tempo, lugar e forma devidos

A mora **accipiendi** **não necessita de culpa do credor**, mas apenas de sua recusa ou impossibilidade de receber a prestação

A ação de consignação judicial da coisa pelo devedor é requisito para a constituição da mora do credor

b) **Mora accipiendi**

## Efeitos da mora accipiendi

- i. Não responsabilidade do devedor pela conservação da coisa
  - Se o credor não quiser aceitar a coisa e esta vier a estragar, o devedor não responde por estes danos
- ii. Responsabilidade do credor pelo pagamento das despesas efetuadas pelo devedor para a conservação da coisa
- iii. Sujeição do credor ao recebimento da coisa pela estimação mais favorável ao devedor

**Purgar** (ou emendar) a mora é **neutralizar** os seus efeitos

A parte que incorreu em mora **corrige a sua falta**, de forma voluntária, cumprindo a obrigação que foi descumprida

Deve ressarcir, também, os eventuais prejuízos causados à outra parte

## 3. Purgação da mora

Purga-se a mora **(CC, art. 401)**

- i. Por parte do devedor
  - Ocorre com a oferta da prestação pelo devedor, acrescida da importância dos prejuízos ocorridos até o dia deste pagamento
- ii. Por parte do credor
  - Ocorre quando o credor se oferece para receber o pagamento, sujeitando-se aos efeitos da mora já ocorridos

## DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES III

Constituem o equivalente em dinheiro referente ao dano suportado pelo credor, em virtude do inadimplemento da obrigação

### a) Conceito

Se a prestação se tornar **inútil** ao credor, devido ao inadimplemento da obrigação, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das **perdas e danos** (CC, art. 395, p. único)

### b) Abrangência das perdas e danos

#### i. Dano positivo ou emergente

Prejuízo real e efetivo no patrimônio do credor  
Diminuição patrimonial sofrida pela vítima

#### ii. Lucro cessante

Lucro que o credor deixou de auferir, em razão do descumprimento da obrigação pelo devedor

Engloba o que a vítima "**razoavelmente**" deixou de lucrar (CC, art. 402)

Também denominado **dano negativo** ou **lucro frustrado**

## 3. Perdas e danos

### c) Nexa de causalidade

Relação entre a inexecução da obrigação pelo devedor e o prejuízo apurado pelo credor

Deve estar presente, ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor

✗ **Dano remoto** ou **indireto não é indenizável**  
CC, art. 403

### d) Perdas e danos nas obrigações de pagamento em dinheiro

Serão pagas incluindo-se

#### i. Atualização monetária segundo índices oficiais

Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor **indenização suplementar** (CC, art. 404, p. único)

#### ii. Juros

Contam-se os **juros de mora** desde a **citação inicial** (CC, art. 405)

#### iii. Custas

#### iv. Honorários advocatícios

**v. Cláusula penal** Se houver previsão no contrato

## Inadimplemento das Obrigações

## 4. Juros legais

### a) Conceito de juros

Juros são os frutos ou **rendimentos** do capital empregado

São bens acessórios, entendidos como **frutos civis**, assim como os aluguéis

#### i. Juros compensatórios

Decorrem de uma **utilização** consentida do **capital alheio**

São ajustados entre as partes de modo a proporcionar a uma delas uma **remuneração** pelo **uso do capital** pela parte contrária

Devem estar previstos em contrato e não podem exceder a taxa a que se refere o art. 406, CC

#### ii. Juros moratórios

Ocorrem em função do inadimplemento das obrigações

São devidos a partir da constituição em mora, independentemente da alegação de prejuízo

Podem ser  
**I - Convencionais** (art. 406, CC)  
**II - Legais** (art. 407, CC)

### b) Espécies de juros

#### i. Convencionais

Ocorrem quando as partes estabelecem a taxa de juros

#### ii. Legais

Ocorrem quando as partes não os convencionam

Os juros moratórios não convencionados são devidos na taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (CC, art. 406)

Para o STJ, o critério para cobrança de juros moratórios legais corresponde à taxa SELIC

#### i. Simples

São sempre calculados sobre o capital inicial

#### ii. Compostos

São os que se verificam quando houver **capitalização**

Soma-se os juros ao capital inicial

A nova incidência do cálculo se faz sobre os acréscimos dos juros anteriores

São os "juros sobre juros"

✓ Só é permitida a **capitalização anual**

Também denominado **ANATOCISMO**



## DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES IV

A **cláusula penal** é obrigação **acessória** cujo objetivo é reforçar o cumprimento da obrigação principal, por acarretar uma **punição ao inadimplente**

Representa a **fixação antecipada** do valor das **perdas e danos** para a hipótese de descumprimento culposo da obrigação

É também chamada de **multa contratual** ou **pena convencional**

## a) Conceito

i. **Coercitiva** Intimida o devedor a cumprir a obrigação principal, funcionando como acessório coercitivo

## b) Funções

## i. Coercitiva

ii. **Ressarcitória** Pré-fixação das perdas e danos devidos no caso de inadimplemento da obrigação

✗ **Não é necessário** que o **credor** alegue **prejuízo**

## c) Espécies

## i. Compensatória

Estipulada para a hipótese de **inadimplemento total** da obrigação (**CC, art. 410**)

## ii. Moratória

Quando corresponder simplesmente à mora (**CC, art. 411**)

## d) Limite

O valor da cláusula penal não poderá ultrapassar o valor da obrigação principal

A cláusula penal deverá ser **reduzida** no caso de

i. **Cumprimento parcial** da obrigação, a pena deverá ser reduzida proporcionalmente

ii. **Excessividade** da cláusula penal

**CC, art. 413**

## e) Cláusula penal vs Perdas e danos

## i. Cláusula penal

Nas cláusulas penais o valor é antecipadamente pactuado pelos próprios contratantes

## ii. Perdas e danos

Nas perdas e danos o valor será fixado pelo juiz com base nos prejuízos alegados e provados

## f) Cláusula penal vs Arras

## i. Cláusula penal

Cláusula penal é exigível em caso de inadimplemento ou mora

A cláusula penal pode ser reduzida pelo juiz

## ii. Arras

As arras são pagas por antecipação, servindo para garantir o cumprimento do contrato

A parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo (as arras são a taxa mínima)

## g) Cláusula penal nas obrigações indivisíveis e divisíveis

## i. Divisíveis

Existindo mais de um devedor, caindo um em falta, somente sobre ele recai a pena

A pena é proporcional à sua parte na obrigação

## ii. Indivisíveis

Existindo mais de um devedor, caindo um deles em falta, todos incorrerão na pena

## Inadimplemento das Obrigações

## 6. Arras

## a) Conceito

**Arras** ou **sinal** é uma quantia ou coisa entregue por um dos contraentes ao outro, para

i. Garantir a confiabilidade da negociação

ii. Pré-estipular perdas e danos

Possui natureza **acessória**

## b) Espécies de arras

## i. Arras confirmatórias

Tem a função de **confirmar** o contrato, o qual se torna obrigatório após a sua entrega

Garante a seriedade das negociações do contrato

✗ **Não** admitem **direito de arrependimento**

A parte inadimplente perde o sinal dado para a parte inocente

A parte inocente pode

I - Pedir **indenização suplementar**, se provar maior prejuízo, valendo as **arras** como **taxa mínima**; ou

II - Exigir a execução do contrato, com as perdas e danos, valendo as **arras** como o **mínimo da indenização**

## ii. Arras penitenciais

Atuam como **pena convencional**, pré-estipulando perdas e danos em caso de inexecução

✓ Podem as partes convencionar o **direito de arrependimento**

✗ **Não** se admite a cobrança de **indenização suplementar**, ainda que a parte inocente tenha sofrido prejuízo superior ao valor do sinal

O sinal constitui pré-estipulação das perdas e danos em favor da parte inocente

## c) Funções das arras

i. **Garantir o cumprimento do contrato**, confirmando e o tornando obrigatório (arras confirmatórias)

ii. **Pré-estipulação das perdas e danos** quando convencionado o direito de arrependimento (arras penitenciais)

iii. Atuar como **começo de pagamento**, quando a coisa entregue for do mesmo gênero da prestação principal (ambos os tipos de arras)

# DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

## Direito das Obrigações

### 1. Enriquecimento sem causa

#### CC, arts. 884/886

Ocorre quando uma das partes de determinada relação jurídica experimenta injustificado benefício, em detrimento de outra, que se empobrece, **inexistindo causa para tanto**

A **vedação ao enriquecimento sem causa** inspira-se no **princípio da equidade**

Também chamado de **locupletamento de coisa alheia**

✓ Aplica-se o **enriquecimento sem causa** quando (CC, art. 885)

- i. Não tenha havido causa que justifique o enriquecimento
- ii. A causa do enriquecimento deixou de existir

#### CC, arts. 876/883

Ocorre quando uma pessoa paga para a outra erroneamente, pensando estar extinguindo a obrigação

O **enriquecimento sem causa** é um **gênero**, do qual o **pagamento indevido** é apenas uma **espécie**

#### a) Noções gerais

Quem paga o indevido pode pedir **restituição**, desde que prove que pagou por **erro**

O pagamento indevido, contudo, não libera a pessoa de pagar novamente à pessoa certa (quem paga mal paga duas vezes)

Quem recebeu é obrigado a **restituir**

#### b) Espécies

##### i. Pagamento objetivamente indevido

Quando há erro quanto à existência ou extensão da obrigação

Pagamento enquanto pendente condição suspensiva

Ex.: Pagamento em quantia superior à devida

##### ii. Pagamento subjetivamente indevido

Ocorre quando há erro quanto a uma das partes

- I - Realizado por alguém que não é devedor; OU
- II - Feito a alguém que não credor

### 2. Pagamento indevido

#### c) Ação de repetição de indébito

##### Ação *in rem verso*

Ação cujo objetivo é evitar o locupletamento de coisa alheia

**Repetir**, em Direito, é pedir **devolução** ou **restituição** do indevido

A **ação de repetição de indébito** é cabível no caso de **pagamento indevido**

✗ **Não cabe repetição** (pedir de volta)

- i. Ao que se pagou para solver **dívida prescrita**
- ii. Ao que se deu para obter **fim ilícito** ou **imoral**
- iii. Pagamento de **dívida** ainda **não vencida**

#### d) Pressupostos da repetição de indébito

- i. Enriquecimento do *accipiens* De quem recebe (do credor)
- ii. Empobrecimento do *solvens* De quem paga (do devedor)
- iii. Relação de causalidade entre o enriquecimento de um e o empobrecimento de outro
- iv. Inexistência de causa jurídica (contrato ou lei)
- v. Inexistência de ação específica

# CONTRATOS - DISPOSIÇÕES GERAIS I

Trata-se de **negócio jurídico** que, por acordo de vontades, tem por fim adquirir, resguardar, modificar ou extinguir relações jurídicas

Constitui fonte de obrigação

## 1. Conceito

### Função social do contrato

Subordina a liberdade contratual à sua função social

Garante que a liberdade privada de contratar

Não extrapole os limites dos interesses coletivos; e

Não ameace os bons costumes

## 2. Requisitos de validade

### a) Capacidade das partes

#### Capacidade genérica

Capacidade plena das partes de contratar

Se as partes não forem capazes o contrato poderá ser **nulo** ou **anulável**

No caso de **absolutamente incapaz** que não foi representado

i. **Nulo**

No caso de **relativamente incapaz** que não foi assistido

ii. **Anulável**

#### Capacidade especial

Capacidade **exigida por lei** em certos casos

Ex.: Outorga uxória para alienar bem imóvel (**CC, art. 1.647**)

### b) Objeto

O objeto não pode ser contrário à lei, à moral, aos princípios da ordem pública e aos bons costumes

#### i. Lícito

Se o objeto for ilícito, o contrato será considerado nulo

Ex.: Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva (**CC, art. 426**)

#### ii. Possibilidade física ou jurídica do objeto

A impossibilidade do objeto gera nulidade absoluta do contrato

#### iii. Determinação de seu objeto

O objeto deve ser certo, determinado ou, pelo menos, determinável

Deve conter os elementos necessários para que possa ser determinado (indicação de pelo menos o gênero e a quantidade)

#### iv. Economicamente apreciável

Deverá versar sobre o interesse capaz de se converter, direta ou indiretamente, em dinheiro

Ex.: A venda de um grão de arroz não interessa ao Direito

### c) Forma prescrita ou não defesa em lei

✓ No Direito brasileiro, a **forma** é, em regra, **livre**

#### Forma solene

Ocorre quando a lei exigir, como requisito de validade, que um contrato tenha uma forma especial

Não pode ser utilizada alguma forma que seja expressamente proibida

Qualquer vício quanto à forma torna o contrato nulo

### d) Consentimento

Consentimento recíproco ou acordo de vontades

As vontades devem ser isentas de vícios

Erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude

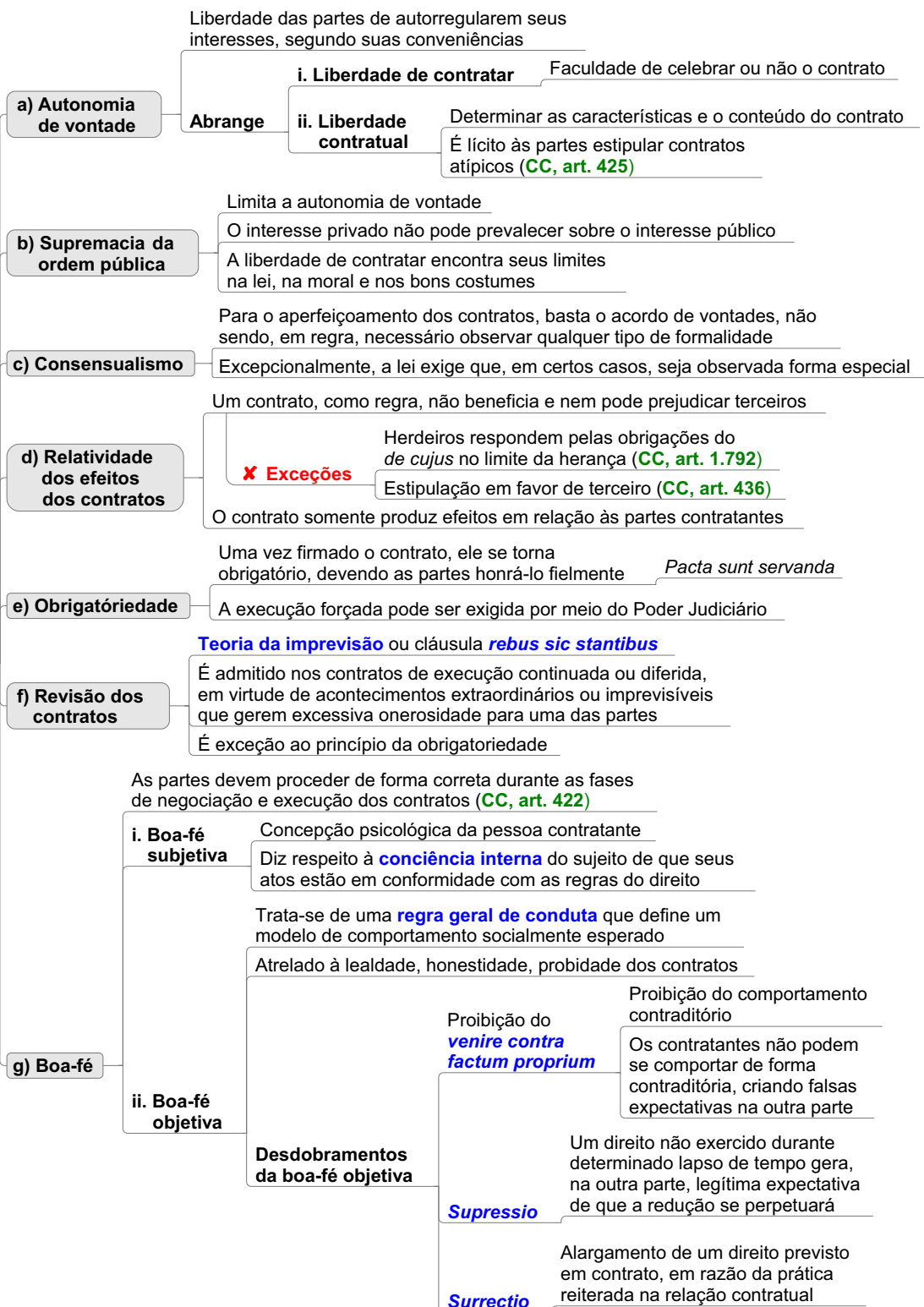
Existência de duas ou mais pessoas

Contrato é ato jurídico bilateral

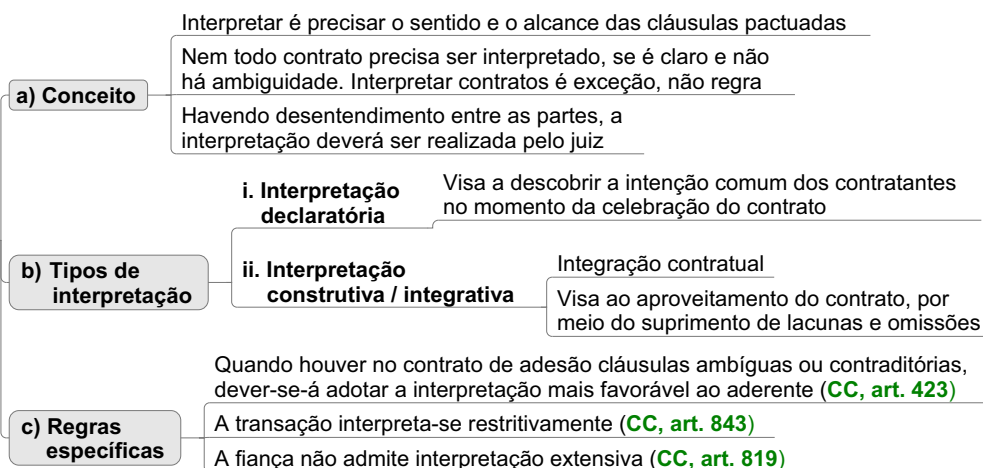
# CONTRATOS - DISPOSIÇÕES GERAIS II

## Contratos

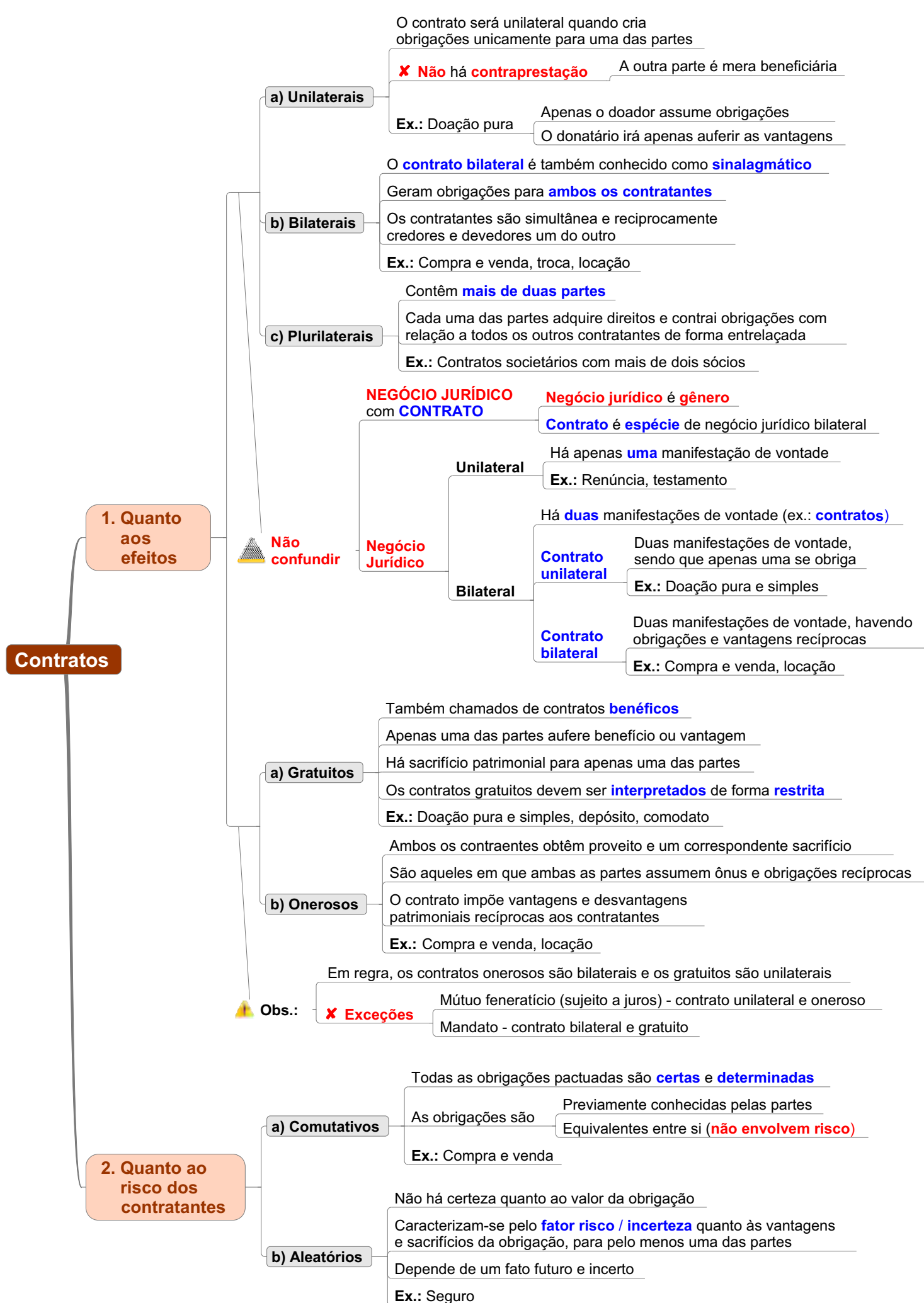
### 3. Princípios



### 4. Interpretação dos contratos



# CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS I



# CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS II

## Contratos

### 3. Quanto à formação

#### a) Paritários

Há **igualdade de forças** entre os contratantes, que livremente debatem e negociam seus interesses e condições do contrato

#### b) Adesão

Há a **preponderância de vontade** de um dos contratantes, que elabora as cláusulas

A manifestação de vontade da outra parte se reduz à mera anuência das cláusulas já estabelecidas

Nos contratos de adesão, as cláusulas

Ambíguas ou contraditórias

Devem ser interpretadas de modo mais favorável ao aderente (**CC, art. 423**)

Que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito

São nulas (**CC, art. 424**)

### 4. Quanto à forma

#### a) Solenes (formais)

São os contratos em que a lei exige, para seu aperfeiçoamento, uma **forma especial**

A ausência da formalidade leva à nulidade do negócio

A solenidade só é admitida nos casos expressamente previstos em lei

**Ex.:** A compra e venda de bens imóveis exige escritura pública e registro imobiliário

#### b) Não solenes (forma livre)

São os contratos de **livre formação**, bastando o consenso das partes envolvidas para se perfazerem

Decorrem do **princípio do consensualismo**

Pode ser pactuada de forma verbal

**Ex.:** Compra e venda de bens móveis, a locação, o contrato de transporte

#### a) Consensuais

Formam-se unicamente pelo acordo de vontades

Independem de

Entrega da coisa

Forma especial

São também considerados contratos não solenes

#### b) Reais

São os contratos que apenas se aperfeiçoam com a **entrega do objeto** contratado, feita de um contratante para outro

**Ex.:** Depósito, comodato, mútuo, penhor

### 5. Quanto ao vínculo

#### a) Principais

São os contratos que **existem por si**, de forma autônoma, exercendo sua função e finalidade independente de outro

**Ex.:** Locação imobiliária, compra e venda

#### b) Acessórios

São os contratos cuja existência é subordinada à do principal, pois visam a assegurar a execução da obrigação principal

A nulidade do contrato principal atinge o acessório (também será nulo)

**Ex.:** Fiança (acessório) estabelecida para garantir a locação (principal)

#### c) Derivados

São **subcontratos** que possuem como objeto jurídico direito estabelecido em outro contrato

**Ex.:** Contrato de sublocação

### 6. Quanto ao momento da execução

#### a) Instantâneos

São contratos de execução única

Consumam-se em um só ato, sendo cumpridos imediatamente após a celebração

#### b) Diferidos

São cumpridos em um só ato, mas em momento futuro

A prestação de uma das partes não ocorre imediatamente, mas a termo

#### c) Trato sucessivo

São os contratos de execução continuada

Cumprem-se por meio de atos reiterados

**Ex.:** Locação



# FORMAÇÃO DOS CONTRATOS I

O contrato é um **acordo de vontades** que tem por fim criar, modificar ou extinguir direitos

## 1. Introdução

A formação dos contratos pressupõe a ocorrência de **duas manifestações de vontade**

- i. A **proposta**
- ii. A **aceitação**

## 2. Negociações preliminares

Também denominada **fase da pontuação**

Caracteriza-se pela sondagem de informações e condições necessárias para a equalização dos interesses dos contratantes

Em regra, **não vinculam** as partes (não houve consentimento)



### Exceções

- i. Expectativa de contratar Pode gerar responsabilidade civil pré-contratual
- ii. Responsabilidade civil pré-contratual, pautada no dolo ou na culpa, sempre que a conduta causar prejuízos Princípio da boa-fé objetiva

Também denominado **oferta, policação ou oblação**

A proposta é um negócio jurídico unilateral, que cria para o proponente a obrigação de cumpri-la (tem força vinculante)

### a) Conceito

A oferta traduz uma vontade definitiva de contratar

Trata-se de negócio jurídico unilateral

Constitui elemento da formação contratual

**arts. 427 e 428, CC**

### b) Características

A proposta deve ser inequívoca, precisa e completa

É **receptícia** Só produz efeitos ao ser recebida pela outra parte

Vinculação das partes

Força vinculante da oferta

A proposta **vincula o proponente**

i. Se contiver cláusula expressa a respeito

**Ex.:** "Proposta sujeita a confirmação"

ii. Em razão da natureza do negócio

**Ex.:** Propostas abertas ao público (limitadas ao estoque existente)

### c) Proposta não obrigatória

iii. Em razão das circunstâncias do caso

I - Se for feita sem prazo determinado a uma pessoa presente, não sendo imediatamente aceita

II - Se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente

III - Se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado

IV - Se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente

**art. 429, CC**

### d) Oferta ao público

Equivale à proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos locais

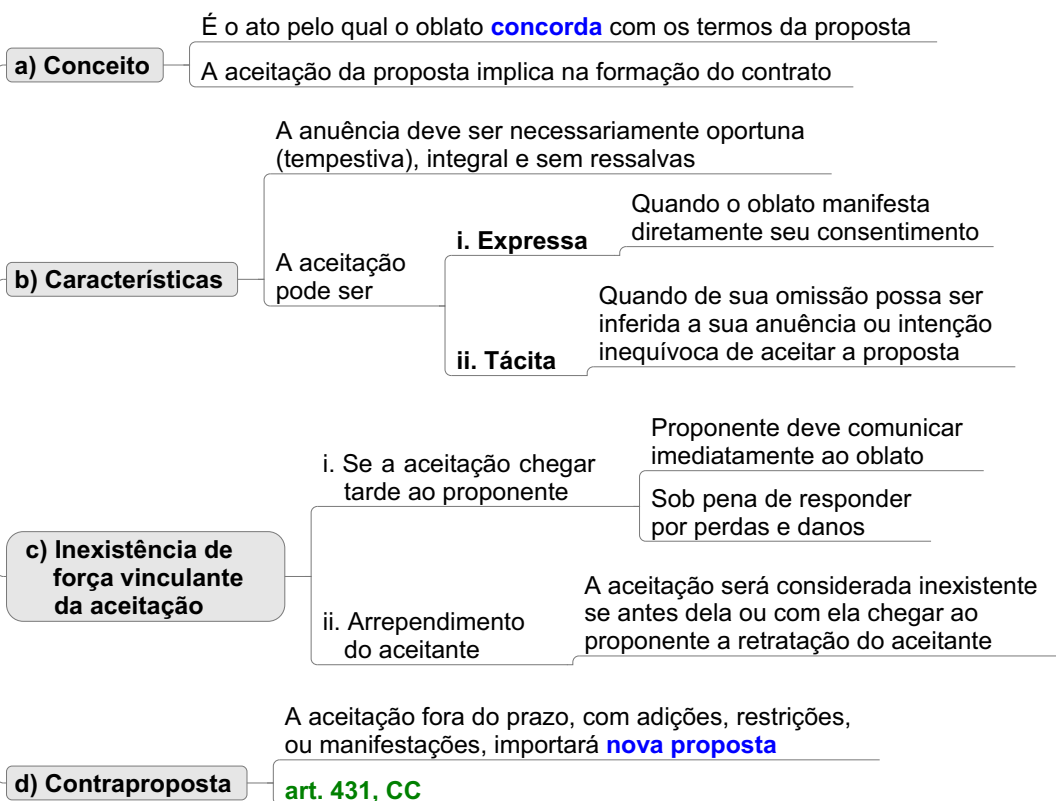
## Formação dos Contratos

## 3. Proposta

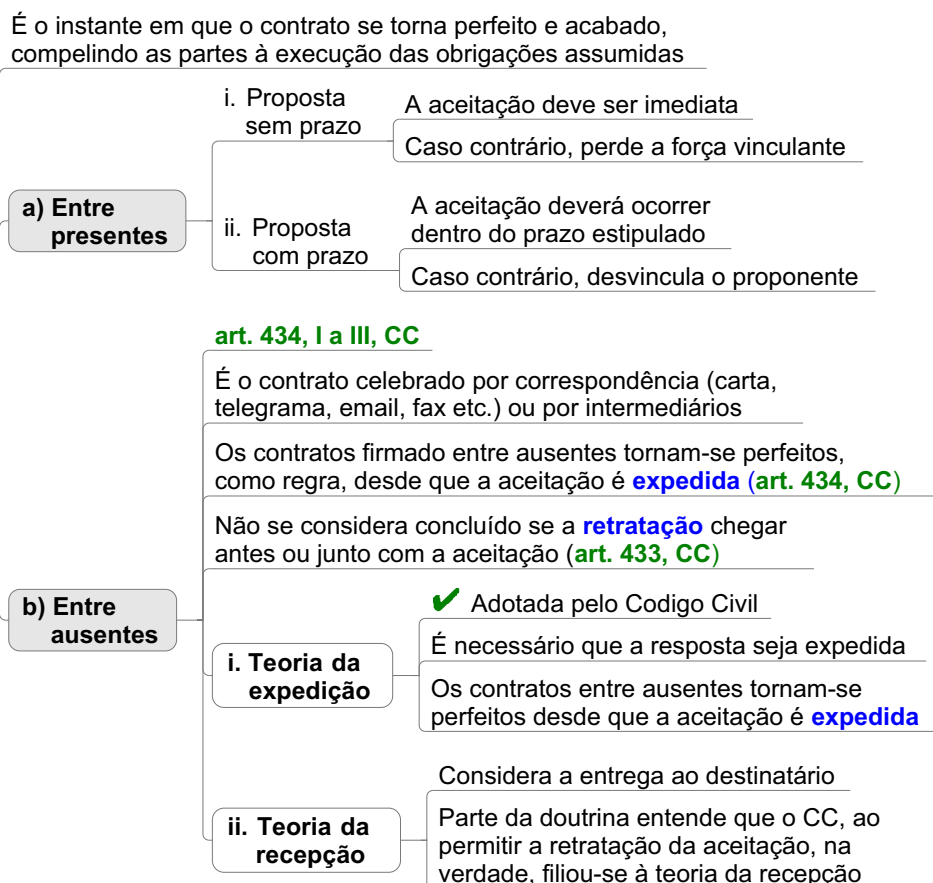
## FORMAÇÃO DOS CONTRATOS II

### Formação dos Contratos

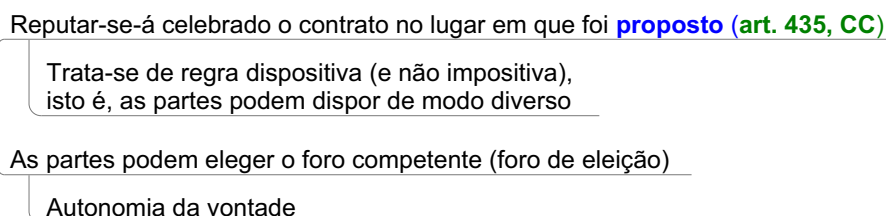
#### 4. Aceitação



#### 5. Momento da conclusão do contrato



#### 6. Lugar da celebração do contrato



# CONTRATOS - DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

## Vícios Redibitórios

### 1. Noções gerais

É um **defeito oculto** existente na coisa recebida em virtude de contrato comutativo que

- i. Torna a coisa imprópria ao uso a que se destina; ou
- ii. Diminui-lhe o valor, de tal modo que o negócio não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos

art. 441, CC

#### Fundamento jurídico

##### Princípio da garantia

Trata-se de uma **garantia** para o comprador

É um efeito dos contratos comutativos e bilaterais

Ex.: Defeitos em peças de automóveis

### 2. Requisitos

- i. Que a coisa tenha sido recebida em virtude de contratos **comutativo** ou **doação onerosa**

Contratos comutativos - prestações certas e determinadas

- ii. Que o defeito seja **oculto**

Não vale para defeitos aparentes

- iii. Que o vício **exista** no momento da **celebração do contrato** e perdure até a ocasião da reclamação

O vício deve preexistir ao contrato

Se lhe for superveniente, presume-se decorrente do mau uso da coisa

- iv. Que sejam **desconhecidos** do adquirente

Se tinha o conhecimento, presume-se que renunciou à garantia

- v. Que o vício seja **grave** de tal modo que

i. Torne a coisa imprópria ao uso a que se destina; ou

ii. Diminui-lhe o valor, de tal modo que o negócio não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos

### 3. Consequências jurídicas

#### a) Efeitos

O vício redibitório possibilita ao adquirente

art. 442, CC

i. Redibir o contrato (devolver a coisa defeituosa); ou

ii. Reclamar abatimento no preço

#### b) Ações edilícias

- i. Ação **redibitória**

Visa a rejeitar a coisa, redibindo o contrato

O adquirente pleiteia a devolução do preço pago

- ii. Ação **estimatória** ou "**quantum minoris**"

Visa a reclamar o abatimento no preço

Conserva-se o objeto do contrato

### 4. Responsabilidade do alienante

#### a) Boa-fé do alienante

- i. Se o alienante **conhecia** o defeito da coisa

Restituirá o que recebeu com **perdas e danos**

Presume-se a **má-fé** do alienante

- ii. Se o alienante **não conhecia** o vício

Tão somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato (sem perdas e danos)

Presume-se a **boa-fé** do alienante

art. 443, CC

#### b) Perecimento da coisa

A responsabilidade do alienante **subsiste** se o perecimento decorrer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição

Mesmo que a coisa pereça em poder do adquirente

art. 444, CC

art. 445, CC

Os prazos para o ajuizamento das ações edilícias são **decadenciais**

**Bem móvel** 30 (trinta) dias

**Bem imóvel** 1 ano

Os prazos são contados a partir da entrega definitiva da coisa (**tradição**)

Se o adquirente já estava na posse do bem, o prazo conta-se da alienação, **reduzido à metade**

### 5. Prazos

Se o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo decadencial terá início no momento em que dele se tiver ciência, até o prazo máximo de

**Bens móveis** 180 dias

**Bens imóveis** 1 ano

Os prazos **não correrão** na constância de **cláusula de garantia**

A garantia dos vícios redibitórios pode ser livremente negociada entre as partes

Entretanto, o adquirente deverá denunciar o defeito ao alienante nos trinta dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência

art. 446, CC

# CONTRATOS - DA EVICÇÃO

**Evicção** consiste na **perda da coisa** por força de decisão judicial que atribui a um terceiro o direito sobre o bem demandado, em virtude de causa jurídica preexistente ao contrato

Ex.: Aquele que vende coisa que não é sua

## 1. Noções gerais

### a) Conceito

#### Princípio da garantia

Evicção é uma garantia que se estende ao direito transmitido em contratos onerosos

É obrigação de fazer, a cargo do alienante, que nasce do próprio contrato

### b) Fundamento jurídico

#### i. Alienante

É o responsável pela evicção, perante o adquirente (**art. 447, CC**)

#### ii. Evicto

É o **adquirente** que sofre a evicção (perde a posse ou o domínio)

### c) Partes

#### iii. Evictor

É o titular do direito sobre o objeto alienado

## 2. Requisitos

### i. Perda total ou parcial da propriedade ou da posse da coisa adquirida

### ii. Onerosidade na aquisição da coisa

É garantia típica dos **contratos comutativos onerosos**

✗ Não se aplica a **contratos gratuitos**

✓ Salvo nos casos de doações modais (onerosas ou com encargo)

### iii. Ignorância, pelo adquirente, de que a coisa era alheia ou litigiosidade

O adquirente não pode demandar pela evicção se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa (**art. 457, CC**)

### iv. Anterioridade do direito do terceiro

O direito do terceiro deve ser **preexistente** ao negócio celebrado entre o alienante e o adquirente

### v. Denúnciação da lide ao alienante

Para poder responsabilizar o alienante, o adquirente deve chamar o alienante ao processo (**art. 456, CC**)

⚠ Se o alienante foi citado como parte na ação, não é necessária a denúnciação da lide

### vi. Perda da coisa em virtude de sentença judicial transitada em julgado

A evicção somente pode ser declarada pela autoridade judicial competente

✗ **Exceções:** evicção independentemente de pronunciamento judicial

Perda do domínio pelo implemento de condição resolutiva

Privação da coisa por ato inequívoco de autoridade administrativa

**STJ, REsp 259.726/RJ**

⚠ A evicção atinge os bens ainda que a aquisição tenha se realizado em **hasta pública** (**art. 447, CC**)

## Evicção

## 3. Espécies

### a) Total

Perda total do bem

### b) Parcial

Perda parcial do bem

#### i. Se for considerável

**Parte considerável**

O contrato não se aperfeiçoaria caso o adquirente conhecesse a verdadeira situação

O evicto poderá optar entre

I - A **rescisão** do contrato; OU

II - A **restituição da parte** do preço correspondente ao desfalque sofrido

#### ii. Se não for considerável

Teoria do **inadimplemento mínimo** ou adimplemento substancial

Caberá somente a **indenização** em relação à **parcela** da coisa que se evenceu (**art. 455, CC**)

## 4. Responsabilidade pela evicção

### a) Ausência de cláusula de exclusão de garantia

Responsabilidade integral do alienante

O alienante deve indenizar o adquirente em todas as verbas devidas (**art. 450, CC**)

### b) Cláusula expressa de exclusão de garantia

#### i. Se o adquirente conhece e assume o risco

Isenção do alienante de toda responsabilidade

#### ii. Se o adquirente não conhece o risco ou se não o assume se informado

Responsabilidade do alienante apenas pelo preço pago pelo adquirente pela coisa evicta

## 5. Direitos do evicto

### i. Obter a **restituição integral** do **preço** ou das **quantias** que pagou

### ii. **Indenização dos frutos** que for obrigado a restituir

### iii. Ser indenizado pelas **despesas dos contratos**

### iv. Ser ressarcido das **custas judiciais** e **honorários** do advogado que houver constituído

### v. Todos os **demaís prejuízos** decorrentes da evicção

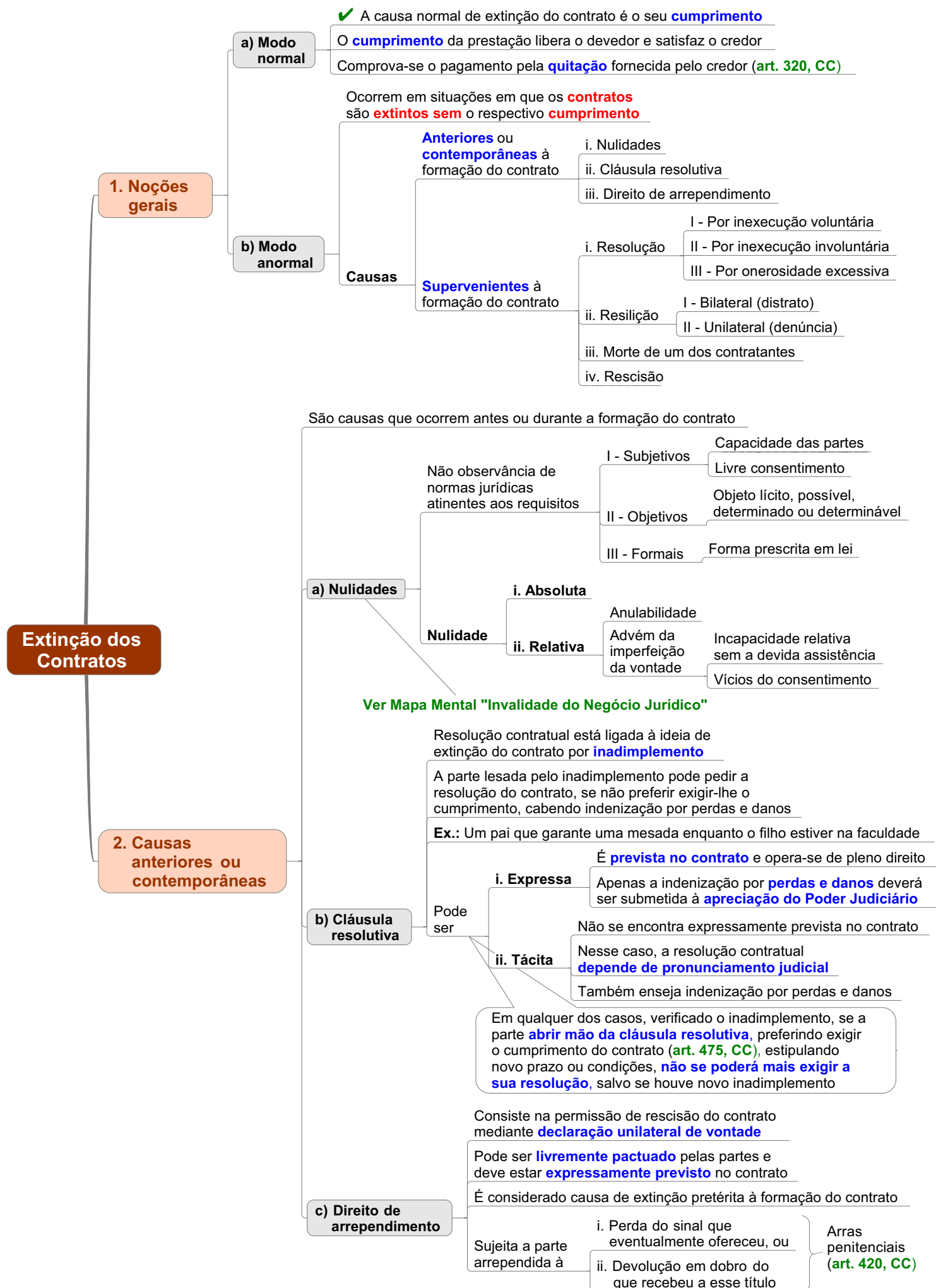
Ressarcimento amplo e completo

Impostos e despesas com escritura, juros legais, correção monetária, perdas e danos

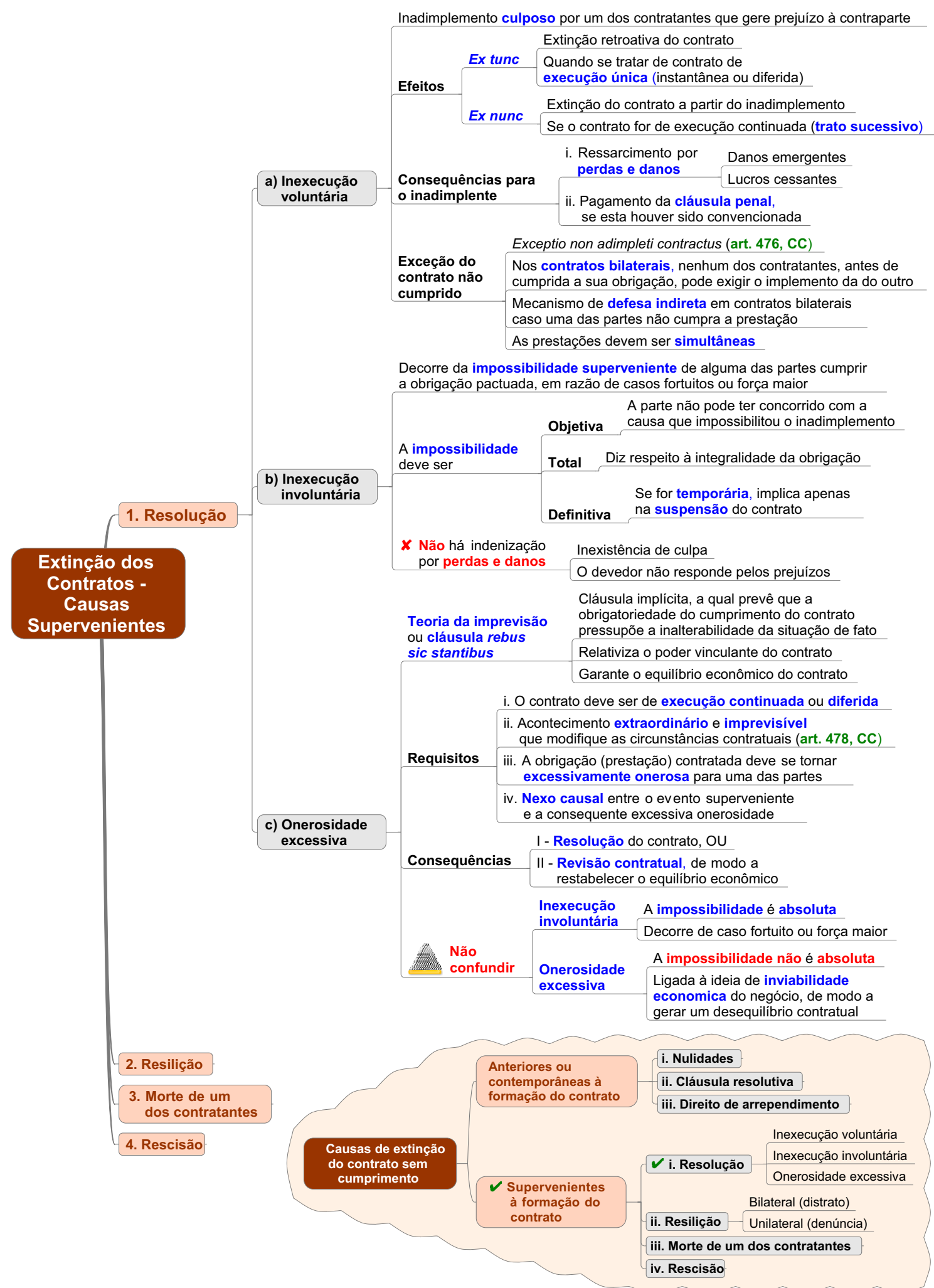
Indenização pelas **benfeitorias necessárias e úteis** que não lhe forem pagas (**art. 453, CC**)

**art. 450, CC**

# EXTINÇÃO DOS CONTRATOS I

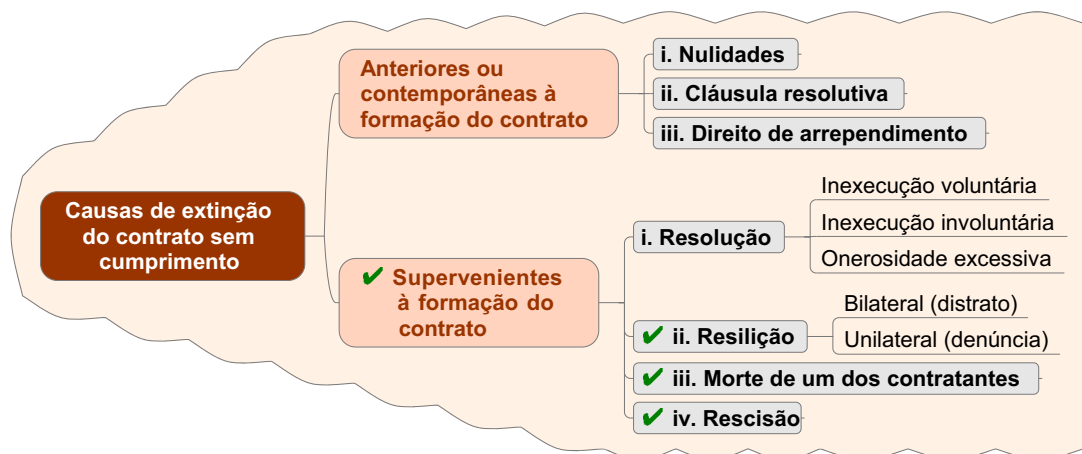


# EXTINÇÃO DOS CONTRATOS II - CAUSAS SUPERVENIENTES





# EXTINÇÃO DOS CONTRATOS III - CAUSAS SUPERVENIENTES



## 1. Resolução

**Conceito**

- ✗ Não deriva do **inadimplemento contratual**
- Deriva apenas da **manifestação de vontade**, que pode ser **bilateral** ou **unilateral**
- ✓ É voluntário
- ✗ Não há que se falar em **culpa**

É a dissolução do vínculo contratual por **acordo de vontade dos contratantes**

### a) Bilateral (distrato)

#### Distrato

É o contrato que desfaz (extingue) um contrato existente, liberando as partes das obrigações assumidas

Submete-se aos mesmos requisitos e formalidades do contrato que visa a extinguir (**art. 472, CC**)

Opera seus efeitos para o futuro (eficácia **ex nunc**), não atingindo, nem desfazendo aqueles já produzidos

Há contratos que admitem dissolução pela simples **declaração de vontade de uma das partes** (também chamada de **denúncia vazia**)

Opera-se mediante **denúncia** notificada à outra parte

**Ex.:** Contratos de mandato, comodato e depósito

Trata-se de **direito potestativo**

Independente de decisão judicial para produzir efeitos

Os efeitos se operam para o futuro (eficácia **ex nunc**)

**Pode ser exercida nos contratos**

I - Por tempo indeterminado

II - De execução continuada ou periódica

III - Benéficos

IV - De atividade

**Outros denominações**

Denúncia (**art. 473, CC**)

Revogação (**art. 682, I, CC**)

Renúncia (**art. 688, CC**)

Resgate (**art. 2038, CC**)

**Obs.:** Se uma das partes houver feito **investimentos consideráveis**

A denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos

**art. 473, p. único, CC**

## 2. Resilição

## Extinção dos Contratos - Causas Supervenientes

## 3. Morte de um dos contratantes

Como regra, morrendo um dos contratantes, a obrigação se transmite aos seus herdeiros

No entanto, quando se tratar de **negócio jurídico personalíssimo** (*intuitu personae*), a morte é causa extintiva do vínculo

## 4. Rescisão

O termo **rescisão** é utilizado de modo geral como **gênero** das espécies resolução e resilição

Para Orlando Gomes, contudo, rescisão deve ser utilizado para a dissolução de contratos em que

i. Ocorreu **lesão**

ii. Foram celebrados em **estado de perigo**